



Relatório de Gestão e Contas 2017

Plano de atividades e orçamento 2018-2020

Índice (por página)

3. ÓRGÃOS SOCIAIS

4. CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

5. RELATÓRIO DE GESTÃO

- 5. Enquadramento Económico e Social
- 6. A atividade seguradora; a Pesca
- 8. Factos relevantes em 2017
- 10. A atividade da Mútua em 2017
- 11. Análise da carteira de prémios
- 12. Análise de sinistros
- 16. Resseguro; Cobranças; Custos por Natureza
- 17. Investimentos
- 19. Garantias Financeiras
- 20. Recursos Humanos; Formação; Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno
- 21. A cooperativa
- 23. Políticas de remuneração
- 24. Outras informações; Aplicação de Resultados
- 25. Perspetivas para o triénio 2018-2020; Agradecimentos

26. BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS

- 26. Demonstração da Posição Financeira a 31/12/2017
- 28. Conta de Ganhos e Perdas a 31/12/2017
- 30. Variações de Capital Próprio a 31/12/2017
- 31. Demonstração do rendimento integral a dezembro

32. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E CONTA DE GANHOS E PERDAS

- 32. Informação por segmentos
- 33. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas
- 40. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e ativos de resseguro
- 48. Instrumentos financeiros
- 54. Investimentos em filiais e associadas; caixa e equivalentes e depósitos à ordem; terrenos e edifícios

- 57. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)
- 58. Afetação dos investimentos e outros ativos
- 59. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo
- 60. Prémios de contratos de seguro; Comissões recebidas de contratos de seguro; Rendimentos/réditos de investimentos
- 62. Ganhos e perdas realizadas em investimentos
- 63. Ganhos e perdas por ajustamentos de justo valor em investimentos
- 64. Gastos diversos por funções e natureza
- 65. Gastos com pessoal
- 66. Obrigações com benefícios dos empregados
- 69. Imposto sobre o rendimento
- 71. Provisões Técnicas
- 72. Contas a receber por operações de seguro e outras operações; outros credores por operações de seguros e outras operações; capital
- 74. Reservas
- 75. Justo valor
- 76. Transações entre partes relacionadas
- 77. Demonstração de fluxos de caixa
- 79. Inventário de participações e instrumentos financeiros
- 81. Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções); discriminação dos custos com sinistros
- 82. Discriminação de alguns valores por ramos

83. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

84. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

87. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2018-2020

91. PARECER CONSELHO FISCAL AO PLANO ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2018-2020

Órgãos Sociais

Membros dos órgãos sociais da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Frederico Fernandes Pereira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Espadinha

Secretários

Filipa Marta Torres Faria

António José Casmarrinha

Conselho de Administração

Presidente

José Manuel Jerónimo Teixeira

Vice-Presidente

João Paulo Quinzico Delgado

Administradores - efetivos

Álvaro José Bota Guia

Arsénio Marques Caetano

Filipe Manuel Santos Dias Marques

Jerónimo Gomes Viana

José Luís Cabrita

Administradores – Suplentes

Emanuel Borges Cardoso

Gualberto Costa Rita

Manuel Coentrão Pontes

Conselho Fiscal

Presidente

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda

Vogais – Efetivos

Jorge Serafim Silva Abrantes

José Joaquim Salvado Mesquita

Vogais – Suplentes

Carina Macedo dos Reis

José António Fernandes

Revisor Oficial de Contas

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA, representada por:

Carlos Manuel Grenha

Revisor Oficial de Contas – Efetivo

Carlos Alberto Domingues Ferraz

Revisor Oficial de Contas – Suplente

Comissão de avaliação e vencimentos

Vogais

Rui Manuel Barbosa Coelho e Campos

Genuino Alexandre Goulart Madruga

José Marcelino Correia Castanheira

Conselho nacional

Membros da Mesa da Assembleia Geral

11 Membros eleitos pelos Conselhos Regionais

1 Representante dos Trabalhadores

Conselhos regionais

Norte, Centro, Sul, Algarve, Açores e Madeira

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, é convocada a **Assembleia Geral da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.**, com o capital social variável de 5.000.000 de Euros, com sede em Lisboa, na Avenida Santos Dumont, nº 57, 6º, 7º e 8º andares, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 16.616, para se reunir no dia **25 de Março de 2018, pelas 9.30 horas**, no auditório do Museu Nacional de Etnologia, sito à Avenida Ilha da Madeira, 1400-203 Lisboa, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1º - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão, Documentos de Prestação de Contas, parecer do Conselho Fiscal e respetivas conclusões, referentes ao exercício de 2017, incluindo a forma de aplicação dos resultados;

2º - Apreciação, discussão e votação da proposta de Política Interna de avaliação da adequação dos Diretores de Topo, responsáveis por Funções-Chave, pessoas que exercem Funções-Chave e Atuário(a) Responsável;

3º - Apreciação, discussão e votação da proposta de aplicação da reserva para a educação cooperativa e formação cultural e técnica dos cooperadores, trabalhadores e comunidade e plano de formação;

4º - Outros assuntos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 35º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a assembleia **reunirá validamente meia hora depois com qualquer número de participantes**.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2018

**O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,
Frederico Fernandes Pereira**

Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2017

1. Enquadramento Económico e Social

1.1. A economia portuguesa

As projeções para a economia portuguesa em 2018, publicadas pelo Banco de Portugal (BdP) no Boletim Económico de Inverno sugerem a manutenção de um “perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9%, 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020)”, continuando a “beneficiar de enquadramento externo favorável ao longo do horizonte de projeção”.

No que respeita ao Produto Interno Bruto (PIB), no final do triénio 2018-2020, “deverá situar-se 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional”, devendo ser “muito próximo do da média da área do euro ao longo do horizonte de projeção”. Em termos de PIB “per capita” prevê-se um ligeiro esforço de convergência real em relação à área do euro, em parte refletindo a redução da população portuguesa. Será uma evolução insuficiente para compensar a divergência real acumulada até 2013.

QUADRO 1 - PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2017-2020

Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2016	BE dezembro 2017					BE outubro 2017	BE junho 2017		
		2016	2017(p)	2018(p)	2019(p)	2020(p)	2017(p)	2017(p)	2018(p)	2019(p)
Produto Interno Bruto	100	1.5	2.6	2.3	1.9	1.7	2.5	2.5	2.0	1.8
Consumo Privado	66	2.1	2.2	2.1	1.8	1.7	1.9	2.3	1.7	1.7
Consumo Público	18	0.6	0.1	0.6	0.4	0.2	0.3	0.4	0.6	0.3
Formação Bruta de Capital Fixo	15	1.6	8.3	6.1	5.9	5.4	8.0	8.8	5.3	5.5
Procura Interna	99	1.6	2.7	2.5	2.2	2.1	2.5	2.6	2.2	2.1
Exportações	40	4.1	7.7	6.5	5.0	4.1	7.1	9.6	6.8	4.8
Importações	39	4.1	7.5	6.7	5.5	4.8	6.9	9.5	6.9	5.2
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) (a)										
Procura interna		0.7	1.2	1.2	1.0	1.0	1.0	0.8	0.8	0.8
Exportações		0.9	1.5	1.2	0.9	0.7	1.5	1.8	1.2	0.9
Emprego (b)		1.6	3.1	1.6	1.3	0.9	3.1	2.4	1.3	1.3
Taxa de desemprego (em % da População Ativa)		11.1	8.9	7.8	6.7	6.1	9.0	9.4	8.2	7.0
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1.7	1.5	2.3	2.2	2.2	1.8	2.1	2.4	2.4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		2.2	1.8	1.6	1.6	1.5	1.7	2.0	2.2	2.0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0.6	1.6	1.5	1.4	1.6	1.6	1.6	1.4	1.5

Fontes: Banco de Portugal e INE.

Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2013. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

Na procura global, prevê-se também crescimento, com maior dinamismo na componente Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede a evolução do investimento das empresas em bens de capital, apesar de em 2020 se situar ainda (-11%) abaixo do observado em 2008.

As exportações irão “manter um crescimento robusto”, prevendo-se que em 2020 tenham um nível 68% superior ao registado em 2008. O saldo da balança de bens e serviços (importações/exportações) irá sofrer uma ligeira redução em percentagem do PIB. A balança de serviços será a que apresentará resultados mais favoráveis, em especial devido ao contributo do setor turismo.

“O consumo privado irá manter um crescimento relativamente estável e inferior ao do PIB”, refletindo, nomeadamente, a “evolução do rendimento disponível real, influenciado pelo crescimento moderado dos salários reais”. A taxa de desemprego terá tendência de redução, prevendo-se uma diminuição de cerca de 3%, entre dezembro de 2017 e dezembro de 2020.

Depois de um aumento considerável em 2017, a inflação irá manter-se mais ou menos estável no triénio 2018-2020, entre 1,4% e 1,6%.

O Conselho Económico e Social (CES), no parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 2018, reconhece o momento de crescimento económico significativo, que se estima ser acima dos 2% no final do ano. No entanto, segundo o CES, os dados macroeconómicos disponíveis não permitem responder à questão de saber se este será um crescimento sustentado, já que o nível de produtividade continua baixo, com um setor produtivo, que considera demasiado assente em produções de baixo valor acrescentado e mão-de-obra barata.

De acordo com o CES, “a estratégia de desenvolvimento económico e social deve conseguir conjugar, de forma sustentável, o crescimento económico, a melhoria da competitividade e a criação de emprego de qualidade, com o combate à pobreza e à

correção das desigualdades económicas e sociais, mantendo uma política de maior justiça social e de reforço do rendimento disponível das famílias”.

Paralelamente, conclui ser necessário desenvolver medidas no âmbito do acesso à educação e formação profissional e sua articulação com o setor produtivo, nomeadamente a forma como essa política se compatibiliza e coordena com as iniciativas no âmbito das competências das organizações empresariais, profissionais e sindicais.

A qualificação e formação profissional são particularmente necessárias no setor da pesca profissional, tendo em consideração as condições atuais da profissão, a elevada faixa etária dos pescadores, a reduzida oferta de qualificação e formação profissional e a fraca atratividade do setor para os jovens.

A oferta pública de formação profissional para pescadores, desenvolvida pelo FOR-MAR, foi bastante reduzida entre julho de 2017 e final do ano, apenas se realizando ações pontuais destinadas à mestrança, isto é, a categorias superiores à de pescador. É necessário reforçar significativamente a formação profissional dos pescadores e o apoio público a iniciativas e ações coletivas na área da formação profissional e divulgação do setor junto da população mais jovem.

Ao nível da população e condições sociais, o Boletim Mensal de Estatística, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em dezembro de 2017, aponta para uma variação positiva da população ativa (+0,7%), entre o primeiro trimestre de 2016 e o terceiro trimestre de 2017, sendo esta de 5.247 mil pessoas em dezembro de 2017. Verificou-se também uma variação positiva da população empregada (+3%), em igual período.

Dentro da população empregada, no terceiro trimestre de 2017, 3,9 milhões de pessoas eram trabalhadores por conta de outrem, um acréscimo de 4,6% em relação ao primeiro trimestre de 2016 e 559,4 mil pessoas eram trabalhadores por conta própria, como isolado. Apenas 223 mil são trabalhadores por conta própria, como empregador. O setor dos serviços é o que absorve a maior massa populacional, seguido da indústria, construção, energia e água e, por fim, da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

1.2. A atividade seguradora

De acordo com dados da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), “globalmente, no final do exercício de 2017, os resultados líquidos das empresas de seguros atingiram o valor de 350 milhões de euros (das 43 empresas de seguros, 34 apresentam valores positivos), representando um crescimento de 120% face ao ano anterior.

Em 2017, o volume da produção de seguro direto em Portugal, das empresas em referência, atingiu os 10 701 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 4,1% face ao valor verificado em 2016.

Os ramos Vida e Não Vida apresentaram crescimentos de 3,2% e 5,6%, respetivamente. O ramo Vida inverteu a tendência decrescente dos últimos dois anos, sendo de salientar o peso dos planos de poupança reforma (PPR), que em 2017 representaram cerca de 33% da produção do ramo Vida (26% em 2016), com a sua produção a aumentar 30%.

Os ramos / modalidades que mais contribuíram para o aumento verificado na produção de Não Vida foram Acidentes de Trabalho (+ 11,5%), Doença (+ 8,8%) e Automóvel + (3,9%), que representam cerca de 70% da carteira em análise.”¹

1.3. A Pesca

Segundo os dados que a DGRM publicou no DATAPESCAS de setembro de 2017, constatamos que as quantidades de pescado desembarcado diminuíram entre janeiro e setembro de 2017, comparativamente aos períodos homólogos de 2015 e 2016. Entre 2016 e 2017 verificou-se uma queda nas quantidades desembarcadas (-2,20%), causada, sobretudo pelas paragens e condições de controlo de recursos na pesca com arte de cerco.

O preço médio aumentou consideravelmente entre janeiro e setembro de 2017 e períodos homólogos de 2015 e 2016. Entre 2016 e 2017 verificou-se um aumento de 5,66% no preço médio das quantidades desembarcadas, conduzindo a um aumento global do respetivo valor de 3,37%.

As quantidades desembarcadas aumentaram nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores (+ 40,73% e + 9,68%, respetivamente) e Espanha (+ 9,98%). No Continente diminuíram (-5,29%). O carapau, sardinha e cavala foram as espécies mais desembarcadas. Verificou-se um aumento de 12,2% nos desembarques de sardinha, entre 2016 e 2017, um resultado positivo, quando comparado com igual período de 2015/2016, onde se registou uma queda de 3%. Os desembarques de biqueirão aumentaram consideravelmente entre 2015 e 2016 (+174,1%), mas foram menores entre 2016 e 2017 (-3,2%). Os desembarques de polvo entre 2016 e 2017 diminuíram (-32,7%), depois do crescimento de 29,9% registado entre 2015 e 2016. Na Região Autónoma dos Açores, os atuns diversos foram as espécies mais desembarcadas entre 2016 e 2017 (+ 83,3%), depois da queda sentida entre 2015 e 2016 (-57,4%). Na Região Autónoma da Madeira, destacam-se os esparídeos diversos (+258,6%), logo seguidos dos atuns e similares (+82%).

¹- Resultados líquidos do setor segurador em 2017, nota informativa de 16/02/2018, ASF

QUADRO 2 - ESTIMATIVA DE DESEMBARQUES - Quantidades e valores												
Zonas	Jan a Set. 2015			Jan. a Set. 2016			Jan. a Set. 2017			Variação 2016/2017		
	Quant. (ton.)	Valor (mil eur.)	Preço médio	Quant. (ton.)	Valor (mil eur.)	Preço médio	Quant. (ton.)	Valor (mil eur.)	Preço médio	Quant.	Valor	Preço
Águas nacionais	107 912,1	201 795,63	1,87	96 884,9	205 395,99	2,12	94 760,7	212 263,97	2,24	-2,19%	3,34%	5,66%
Continente	95 950,1	164 074,67	1,71	87 080,8	170 678,37	1,96	82 477,6	169 079,08	2,05	-5,29%	-0,94%	4,59%
R.A.Açores	7 127,4	23 235,32	3,26	4 877,2	21 069,50	4,32	5 349,5	23 591,30	4,41	9,68%	11,97%	2,08%
R.A.Madeira	4 834,6	13 053,42	2,70	4 927,0	12 859,47	2,61	6 933,7	18 235,63	2,63	40,73%	41,81%	0,77%
Espanha	92,5	445,85	4,82	59,1	355,78	6,02	65,0	462,15	7,11	9,98%	29,90%	18,11%
Norte de África	7,5	28,43	3,79	9,9	44,95	4,54	0,0	0,00	2,24	-100,00%	-100,00%	-50,66%
Total	108 012,1	202 269,90	1,87	96 953,9	205 796,72	2,12	94 825,7	212 726,12	2,24	-2,20%	3,37%	5,66%

Fonte: DATAPESCA, DGRM, jan/set 2017

A balança comercial dos produtos da pesca, ou seja, o saldo entre importações e exportações, entre janeiro e setembro de 2017 foi negativa, tanto em termos de valor como de quantidades.

QUADRO 3 - BALANÇA COMERCIAL DOS PRODUTOS DA PESCA JAN./SET.									
	Entradas			Saídas			Saldo		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Quantidades	353 869,3	377 324,7	390 316,5	200 164,9	180 805,1	193 954,0	-153 704,4	-196 519,6	-196 362,5
Valor	1 294 050,9	1 405 967,1	1 557 029,6	721 586,6	685 194,4	781 088,5	-572 464,3	-720 772,7	-775 941,2

Fonte: DATAPESCA, DGRM, jan/set 2017

Mantém-se a tendência de redução das unidades a operar na frota de pesca, com uma redução global de 80 embarcações, face a período de 2016, das quais, menos 73 no continente. Nas Regiões Autónomas, o número de unidades manteve-se mais ou menos estável. Verificou-se também uma queda geral da potência das embarcações, em cerca de 3.156 Kw, com maior incidência no Continente e Região Autónoma dos Açores.²

Sobre a população da pesca, segundo as Estatísticas da Pesca de 2016, publicadas pelo INE em 2017, “em 31 de dezembro de 2016 estavam registados 17.285 pescadores, mais 95 que em 2015 (+0,6%). As Regiões do Norte e Alentejo registaram um decréscimo dos profissionais inscritos em relação ao ano anterior (-1,0% e -4,4%, respetivamente), enquanto as restantes regiões apresentaram mais pescadores matriculados.

A análise por tipo de pesca mostra que a pesca polivalente, segmento que envolveu cerca de 72% do total de inscritos a nível nacional, foi o único segmento que registou um aumento do número de pescadores matriculados (+2,0%), com mais 244 inscritos. Os segmentos do cerco, arrasto e pesca em águas interiores não marítimas apresentaram reduções de (-3,9%), (-1,8%) e (-2,7%), respetivamente.”

Embora se verifique um aumento de pescadores matriculados, estes operam de forma intermitente e muitos dos novos registos são de trabalhadores estrangeiros.

“A estrutura etária dos pescadores matriculados revela um predomínio do grupo 35 a 54 anos (58,1% em 2015 e 57,8% em 2016); a restante população distribuiu-se de forma relativamente uniforme pelas classes etárias dos 16 a 34 anos (23,4% face a 23,7% em 2015) e de mais de 55 anos (18,5%, tal como em 2015). Os pescadores pertencentes ao escalão etário de mais de 55 anos prevaleceram na pesca em águas Interiores não marítimas (29,0%). A arte do arrasto é a que envolve maior percentagem de profissionais com menos de 35 anos (24,8%).”

No que respeita à formação profissional no setor da pesca, registou-se uma quebra acentuada de número de horas de formação face a 2016, dado que, em setembro de 2017, o número de horas de formação fixavam-se nas 380.000, e em todo o ano de 2016 foram ministradas 650.000 horas de formação. Até final do ano de 2017 não houve alterações muito significativas no que concerne ao número de horas de formação ministradas para o setor das pescas.

2- Fonte: DATAPESCAS, janeiro/setembro de 2017

2. Factos relevantes em 2017

2.1. Principais variáveis e indicadores da atividade

(valores em euros)

QUADRO 4 – PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DA ATIVIDADE EM 2017		
Balço	2016	2017
Investimentos	29 259 462	30 644 890
Activo Líquido	38 076 887	37 694 730
Capital Próprio	8 906 496	10 401 469
Provisão para prémios n/ Adquiridos	876 776	924 719
Provisão Matemática	10 950 383	11 143 967
Provisão para Sinistros	17 236 522	16 724 081
Provisão para sinistros líquida de resseguro	13 837 074	14 633 228
Provisões Técnicas	18 664 783	17 989 775
Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro	14 698 198	15 316 722
Ganhos e Perdas		
Prémios Brutos Emitidos	8 515 981	8 513 705
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	5 654 194	5 403 384
Custos com sinistros de Seguro Directo	6 979 711	6 217 515
Custos com sinistros líquidos de resseguro	5 137 433	4 804 849
Custos Operacionais	1 048 778	934 191
Rendimentos	835 933	808 761
Out. Rendimentos/gastos não técnicos	105 321	760 788
Resultado Líquido	341 486	1 098 559
Indicadores		
Taxa de sinistralidade de Seguro Directo	82%	73%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	91%	89%
Resultado Líquido/PBE	4%	13%
Rácio combinado de Seguro Directo	103%	95%
Rácio combinado líquido de resseguro	109%	106%

2.2. Área Comercial

De acordo com a estratégia definida, o setor da pesca, continuou a ter um foco central na atividade comercial da Mútua dos Pescadores. Prova disto, é o facto de, ainda que se tenha verificado uma redução do número de embarcações nalgumas zonas, conseguiu-se manter o volume de prémios de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais, crescendo ligeiramente em Marítimo-Casco.

Ainda na pesca, foi efetuado um estudo que revelou que mais de 50% dos nossos segurados com apólice de seguro ativa para as suas tripulações, não tinham qualquer seguro que protegesse a sua embarcação, nem sequer as suas responsabilidades perante terceiros. Para dar resposta a esta realidade, foi lançada uma campanha no último trimestre de 2017, para dinamização do produto de Marítimo-Casco. Para o efeito foram criadas quatro opções de seguro, que contemplam, para além da “tradicional” opção de seguro de Danos Próprios para a embarcação, outras alternativas que permitem ao segurado subscrever isoladamente a cobertura de Responsabilidade Civil, ou a cobertura de Perda Total, ou mesmo ambas as coberturas em conjunto (Responsabilidade Civil e Perda Total). Esta campanha irá manter-se ao longo do ano 2018.

De notar igualmente o crescimento no setor da Marítimo-Turística (+4,64%), bem como um ligeiro decréscimo no Recreio (-0,67%). Notou-se igualmente um aumento na procura de seguro para empresas de Animação Turística.

No ramo Multirriscos houve uma estagnação, especialmente motivada por um decréscimo de carteira no produto de Multirriscos para PME's, visto que tanto em Multirriscos Habitação como Condomínio, verificou-se um ligeiro crescimento.

No ramo de Acidentes Pessoais, conseguiu-se criar alguma dinâmica de venda em alguns produtos (Recreio e Outras Atividades) o que permitiu alcançar um crescimento muito interessante neste importante ramo.

De uma forma genérica, apesar da perda de dois negócios com dimensão em 2017, que no total representavam cerca de 210.000,00 Euros, conseguiu-se encerrar o ano com uma perda residual de carteira (-0,03%).

2.3. Área Financeira e de Resseguro

Destaca-se a dissolução e encerramento das suas empresas participadas, ARIARTE - Exportação, Importação e Comercialização, Lda. e CONSULINTER – Sociedade de Gestão e Estudos de Investimento, S.A, que se encontravam sem atividade há vários anos.

Ainda em 2017, a Mútua passou a deter 100% da sua participada Ponto Seguro – Mediação de Seguros, Lda.

De acordo com as disposições legais, será efetuado, com referência a 31.12.2017, o Balço Consolidado Mútua/Ponto Seguro.

Foram definidos um conjunto de indicadores de performance (KPI) e um conjunto de indicadores de risco (KRI), que permitem formalizar a apetência ao risco da Mútua dos Pescadores e garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos. Procedeu-se à elaboração de um orçamento plurianual (2018-2020), onde se reflete a estratégia definida pelo Conselho de Administração, prevendo-se o desenvolvimento da empresa num horizonte de três anos, nomeadamente:

- O crescimento dos prémios, ao longo dos três próximos anos, com a particularidade de se ambicionar a redistribuição do peso de cada ramo em cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos: “crescimento dos prémios e recomposição da carteira de prémios” e “promover a satisfação e retenção de clientes”;
- O aumento do resultado líquido respetivo e o aumento dos capitais próprios ao longo dos três anos, em cumprimento do objetivo estratégico: “reforçar os capitais da cooperativa e atingir adequada rentabilidade dos capitais próprios”;
- A melhoria dos níveis de solvência da cooperativa, em cumprimento do objetivo estratégico atrás mencionado, a que acresce o objetivo estratégico de “cumprimento das obrigações legais e regulamentares”.

2.4. Área Técnica

Em 2017, iniciou-se o processo de implementação da participação eletrónica de sinistros de Acidentes de Trabalho, assim como a revisão dos protocolos respeitantes a prestação de serviços clínicos.

Procedeu-se à adesão ao Protocolo dos Concomitantes, que parametriza e agiliza a resolução dos sinistros de Acidentes de Trabalho que ocorrem por acidentes de viação e que envolvam contratos de seguro do ramo de Acidentes de Trabalho e do ramo Automóvel;

Foi realizado o desenho dos parâmetros técnicos de modalidades de cobertura dos riscos de Perda Total e/ou Responsabilidade Civil, para o seguro Marítimo de embarcações de pesca;

Foi assegurado o tratamento da alteração legal à idade da reforma por velhice, no âmbito dos processos de pensões de Acidentes de Trabalho e da comparticipação do FAT.

2.5. Área de Ação Cooperativa

Eleição dos órgãos sociais para o quadriénio 2017-2020 e tomada de posse dos membros eleitos:

No dia 26 de março os cooperadores da Mútua mobilizaram-se para eleger a equipa que estará à frente dos destinos da Cooperativa nos 4 anos seguintes, para o mandato de 2017 a 2020. Por iniciativa dos Órgãos Sociais foi apresentada uma lista às eleições – a Lista A - com o mote “Tanto Mar – O Mesmo Rumo”.

Como mandatários Joaquim José Mota, Presidente do Conselho Fiscal no anterior mandato e antigo Presidente da Mútua da Sardinha, e António Zózimo, antigo Diretor Financeiro da Mútua. Uma lista de continuidade, com alguns elementos que transitaram do mandato anterior, mas também com novos elementos, quer oriundos das várias atividades marítimas e comunidades ribeirinhas e muitos dirigentes associativos locais, com mais tradição na Mútua, mas também de outros setores de atividade ligados ao setor cooperativo e social.

No dia 7 de abril, na Fundação Cidade de Lisboa, os órgãos sociais tomaram posse numa cerimónia pública, na qual participaram dirigentes eleitos, trabalhadores e colaboradores do Grupo Mútua, cooperadores e diversas pessoas e entidades relacionadas com a atividade da Mútua, de entre as quais destacamos a Secretaria de Estado das Pescas, a ASF, a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), Marinha Portuguesa, Autarquias Locais e Partidos com representação parlamentar. Estiveram também presentes elementos da Comissão Permanente para a Segurança dos Homens do Mar e da APS (Associação Portuguesa de Seguradores). Do universo do setor cooperativo e social estiveram a CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa, ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Confederação das Coletividades de Cultura e Desporto, CGTP e CIRIEC.

Distinção

Regista-se, com orgulho, que Genuíno Madruga, dirigente da Mútua desde os anos 70 e membro do Conselho de Administração nos últimos anos, agraciado com a ordem da comenda pelo Presidente Jorge Sampaio em 2003, viu em 2017 chegar o naturalíssimo reconhecimento por parte da Marinha Portuguesa, tendo sido agraciado com a medalha militar da Cruz Naval de Primeira Classe.

75 Anos Mútua

A Mútua celebrou 75 anos de vida, em que sucessivas gerações de dirigentes, trabalhadores e colaboradores, se colocaram ao serviço das comunidades costeiras, da pesca e demais atividades marítimas, dos setores cooperativo e social, para fazer desta uma organização de referência, incontornável na atividade seguradora em Portugal.

Celebrar 75 anos significou também partilhar o presente e o futuro que a Mútua quer continuar a construir solidariamente, com as pessoas e organizações que partilham os seus interesses, valores e princípios. Sendo uma organização polinucleada no território nacional, o aniversário foi celebrado em todas as suas zonas de influência – Açores (Horta); Centro (Peniche, associando-se aqui às celebrações do Dia Internacional das Cooperativas); Algarve (Portimão); Madeira (Funchal); Sul (Setúbal), culminando no Norte (Vila do Conde, associando as celebrações também à realização das Jornadas do Grupo Mútua).

É de destacar, também, o 35º aniversário da mediadora Ponto Seguro – Mediação de Seguros, Lda.

Para além das sessões de aniversário que contaram com a presença dos Grupos Parlamentares, dos Governos Regionais, eleitos autárquicos, Administração pública, central, regional e local, bem como de várias entidades do setor público e privado, do setor cooperativo e social, a Mútua produziu um filme institucional assinalando a efeméride, que acompanhou as várias sessões públicas, que apresenta a sua história até aos dias de hoje, espelhando a sua diversidade regional, de setores estratégicos e comunidades onde intervém.

De destacar também a homenagem que o Grupo prestou a 51 trabalhadores, dirigentes e colaboradores, que em 2017 completaram a simbólica idade de 25 anos (ou mais) de relação com o Grupo Mútua, tendo sido agraciados com uma peça de cerâmica Vista Alegre, concebida a partir de uma pintura de João Delgado, com a insígnia “Por uma vida de trabalho ao serviço do Grupo Mútua”.

2.6. Área de Sistemas de Informação

Em 2017, foi assegurada a análise e preparação do projeto Office 365, com atualização do licenciamento Office e a mudança do serviço de correio eletrónico.

Foi igualmente assegurada a análise e preparação do projeto de upgrade de linhas de dados e foi implementado o upgrade da linha de dados da sede da Mútua.

Foi redefinido o calendário de atividades para o exercício 2017 – 2020, conforme Plano de Atividades Plurianual aprovado.

Foi implementada uma Firewall Centralizada, que envolveu a implementação de um sistema de segurança na rede informática e de novos equipamentos de gestão de rede, no Data Center Mútua.

Iniciou-se o estudo dos custos com a impressão de documentos, na rede informática.

Foi assegurada a colaboração na definição do projeto de implementação da participação eletrónica de Acidentes de Trabalho.

Desenvolveu-se a mudança e melhoramento da gestão do domínio “mutuapescadores.pt”, assegurou-se a implementação em produção do GIS WEB e concluiu-se a implementação do serviço centralizado da aplicação informática Team Viewer.

Assegurou-se, em contínuo, a gestão da faturação dos principais fornecedores de Serviços TI: I2S, NOS, KYOCERA.

3. A Atividade da Mútua em 2017

3.1. Síntese da atividade

O resultado líquido apurado nas contas de 2017 foi positivo em 1 098 559€ após impostos.

Importa destacar que para este resultado contribuiu positivamente, em 641 956€, a dissolução e encerramento das participadas ARIARTE – Exportação, Importação e Comercialização, Lda e CONSULINTER – Sociedade de Gestão e Estudos de Investimento, S.A, com a liquidação dos seus valores em débito e conseqüente libertação das perdas por imparidade criadas. Desta forma, deve ser destacado que o Resultado Líquido de 2017, não ajustado por este efeito extraordinário e não recorrente, seria de 456 603€.

Na atividade corrente, destaca-se a manutenção do valor dos prémios, após um crescimento significativo em 2016.

Em termos de Custos com sinistros registou-se um desagravamento (-6.5%) após resseguro. No seguro direto, o desagravamento foi de (-11%) sentido em todos os ramos.

O índice de sinistralidade global tem uma redução de 82% para 73% em 2017.

No decorrer do ano de 2017 registaram-se 3 acidentes mortais, que atingiram os ramos de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais e 1 acidente mortal na área da Marítimo-Turística. Manifestamos aos familiares das vítimas o nosso pesar e a nossa solidariedade.

Em Marítimo, destacaram-se 3 importantes sinistros com embarcações de pesca.

Nas Despesas Gerais registou-se um acréscimo de cerca de 0.5%, em relação a 2016.

Na área não Técnica, o Ajustamento dos Recibos por cobrar foi de (-169 767€), o que traduziu a melhoria significativa na situação de cobrança.

Registou-se um acréscimo excecional nos “Outros Rendimentos/Gastos”, pela libertação das perdas por imparidade ligadas às associadas, de 641 956€.

Considera-se ainda importante realçar o seguinte:

O resultado do Exercício antes de Impostos é positivo, em 1 221 062.56€. Após impostos o valor é positivo, em 1 098 559.26€, como acima se indica. Esta diferença é explicada por impostos correntes de 128 436.78€ e impostos diferidos de -5 933.47€.

O valor relativo ao movimento dos impostos diferidos, com impacto nos resultados diz respeito ao aumento do imposto diferido ativo proveniente do acréscimo do valor dos títulos em Imparidade e também ao aumento do imposto diferido passivo proveniente do acréscimo da Reserva de Reavaliação dos imóveis de Rendimento.

3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto

(valores em euros)

QUADRO 5 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS			
Ramos	2016	2017	Total
Acidentes de Trabalho	4 543 175	4 428 325	-2,53%
Acidentes Pessoais	987 247	1 040 523	5,40%
Incêndio e Elementos da Natureza	922	922	-0,01%
Outros Danos em Coisas -Riscos Múltiplos	270 959	269 307	-0,61%
Marítimo	2 713 677	2 774 628	2,25%
TOTAL	8 515 981	8 513 705	-0,03%

O valor de Produção de Seguro Direto foi de 8 513 705€, o que representou uma estagnação em relação a 2016.

Note-se que em 2016 se registou um crescimento de produção na ordem dos 9,8%, em relação a 2015, onde se destacaram os Acidentes de Trabalho, devido ao bom desempenho da frota da sardinha e, nas Outras atividades Não Pesca, pela captação de novo negócio.

Em 2017 mantiveram-se os valores de produção de 2016, com algumas alterações, onde se destacam o decréscimo nos Acidentes de Trabalho e o crescimento significativo nos Acidentes Pessoais e Marítimo.

Em Acidentes de Trabalho o decréscimo registou-se nas Outras Atividades Não Pesca (-17.88%), em virtude da não renovação de alguns contratos, face à elevada sinistralidade apresentada.

Na Pesca mantiveram-se os valores de prémios, em relação a 2016 (0,51%).

Em contrapartida, nos Acidentes Pessoais o crescimento é sentido em todas as linhas de negócio:

Pesca (0,42%), Náutica de Recreio (8,11%) e nas Outras Atividades (13.56%).

No Ramo Marítimo houve acréscimo na Pesca (2,42%) e na Náutica de Recreio/Marítimo Turística um crescimento de 1.93%.

Prémios por segmento de negócio e geográfico

A área de negócio da Mútua está toda centrada em Portugal. Vide Quadro 5 - Prémios Brutos Emitidos

Estrutura da Carteira de Prémios

Gráfico 1 – Produção de 2017 por Vetor Estratégico

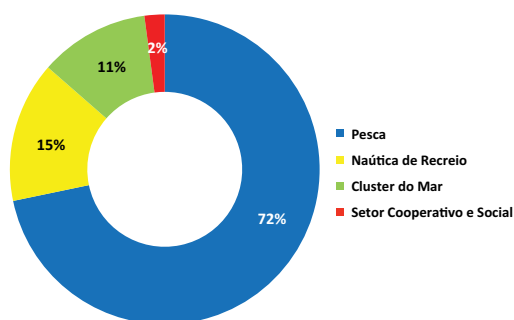
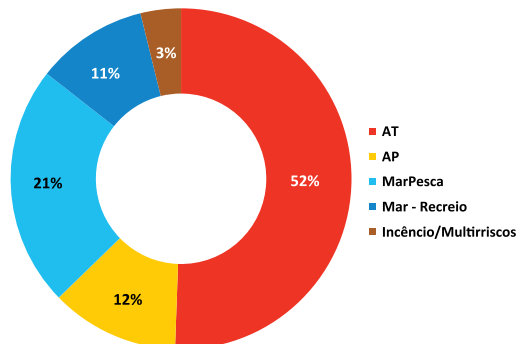


Gráfico 2 – Produção de 2017 por Ramo



Houve uma ligeira alteração na estrutura da carteira de prémios em relação a 2016, com uma diminuição do peso dos Acidentes de Trabalho de 53% para 52% e aumento nos Acidentes Pessoais e Marítimo, de acordo com a estratégia perseguida. Analisando por vetor estratégico, manteve-se a predominância da Pesca e das atividades ligadas ao Mar, com decréscimo no setor cooperativo e social.

3.3. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto

Em 2017 registou-se um decréscimo na taxa de sinistralidade, relativamente a 2016, de 82% para 73%. Esse decréscimo foi sentido em todos os ramos, sem exceção.

Registaram-se 3 acidentes mortais, que atingiram os ramos de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais, mais 1 acidente mortal na área de Marítimo-Turística.

Em Marítimo, registaram-se 3 importantes sinistros, resultantes das seguintes causas:

- Perda total
- Submersão
- Encalhe

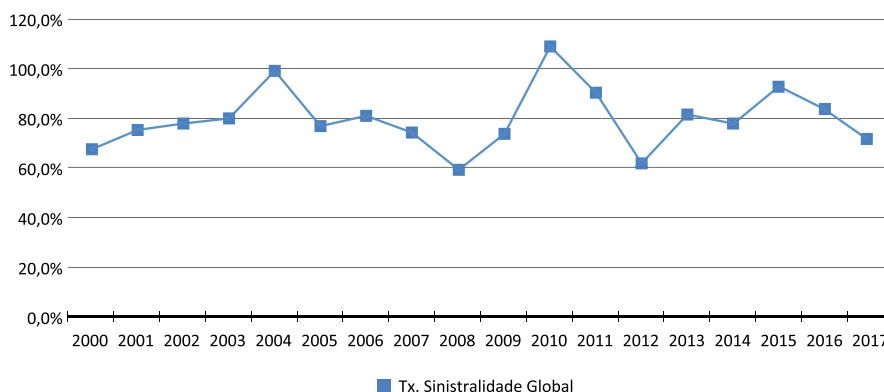
Atingiram o valor global de 703 213€.

QUADRO 6 - TAXAS DE SINISTRALIDADE BRUTAS		
Ramos	2016	2017
Acidentes de Trabalho	97,5%	91,7%
Acidentes Pessoais	35,0%	29,3%
Incêndio e Elementos da Natureza	0,0%	0,0%
Outros Danos em Coisas -Riscos Múltiplos	51,7%	14,4%
Marítimo	76,1%	65,3%
TOTAL	82,0%	73,0%

Taxa de sinistralidade = Custos com sinistros após imputação/Prémios Brutos Emitidos.

Para efeitos de análise, expurgou-se a modalidade do Desporto Amador em Acidentes Pessoais, que se encontra transferida a 100% e que já não tem expressão.

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Sinistralidade Global



(valores em euros)

QUADRO 7 - CUSTOS COM SINISTROS												
	AC TRABALHO		AC PESSOAIS		INCÊNDIO		MULTIRRISCOS		MARÍTIMO		TOTAL	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Mont.Pagos	3 201 861	3 193 905	469 615	222 384	0	0	109 898	67 420	2 042 043	2 130 197	5 823 417	5 613 905
Var.Prov.Sin.	558 631	225 420	-176 716	-16 408	0	0	-12 175	-79 752	-125 587	-500 104	244 153	-370 844
Resseguro	-127 520	-342 560	-137 621	-67 630	0	0	-98 241	9 078	-1 478 897	-1 011 553	-1 842 278	-1 412 666
Imp.Custos	667 656	643 652	52 896	98 702	0	0	42 491	51 170	149 099	180 929	912 142	974 454
Total	4 300 628	3 720 416	208 174	237 048	0	0	41 972	47 916	586 658	799 469	5 137 433	4 804 849

Análise por ramo:

3.3.1. Sinistros em Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais

3.3.1.1. Acidentes de Trabalho

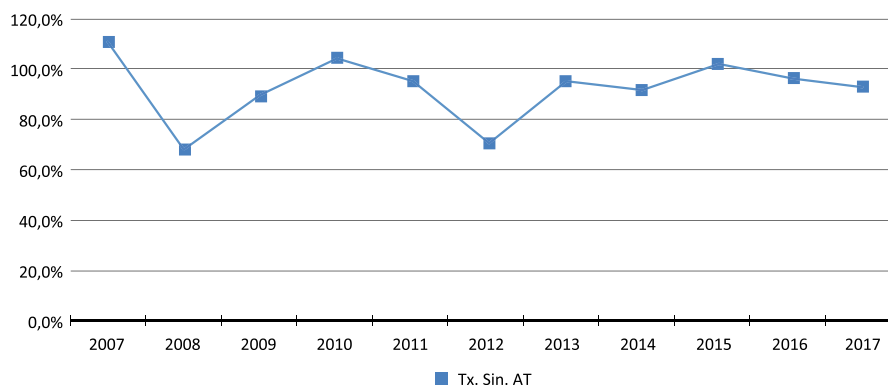
A sinistralidade em Acidentes de Trabalho revelou-se menos grave do que em 2016.

Houve um decréscimo no custo com sinistros (Montantes pagos + Variação da Provisão para Sinistros) em (-8%), valor esse superior ao decréscimo verificado nos prémios (-3%), o que originou a redução do rácio de sinistralidade do ramo.

Em relação ao número de sinistros abertos, houve uma redução de 196 processos de sinistro, em relação a 2016.

Abriram-se 1.070 participações de sinistro.

Gráfico 4 – Taxa de Sinistralidade – Acidentes de Trabalho



Analisando o quadro 8 - Montantes Pagos em Acidentes de Trabalho discriminados por Natureza, verifica-se um decréscimo global nos montantes pagos de (-0.18%), em relação a 2016.

(valores em euros)

QUADRO 8 - MONTANTES PAGOS EM ACIDENTES DE TRABALHO		
	2016	2017
Enfermagem e Fisioterapia	88 815	83 302
Consultas, Diagnósticos, Int.Cirúrgicas	666 509	501 257
Medicamentos e Próteses	101 733	125 166
Transportes/Hospedagem	65 816	62 685
Assistência Vitalícia	8 171	8 038
Outras Despesas	79 559	82 304
Sub -Total A	1 010 603	862 752
Salários	929 214	897 807
Subsídios (Morte e Funeral)	30 166	38 712
Sub -Total B	1 969 983	1 799 271
Pensões e Remições	1 231 877	1 396 690
Total	3 201 861	3 195 961

Nos Salários (Indemnizações por incapacidade Temporária) houve um decréscimo de cerca de (-3%). Em contrapartida, nos subsídios (Morte e Funeral) registou-se um acréscimo de 28%.

Nas Despesas, verificou-se um decréscimo de (-15%), onde se realçam as rubricas “Consultas, Diagnósticos e Intervenções cirúrgicas” e os “serviços de Enfermagem e Fisioterapia”, com decréscimos de (-25%) e (-6%), respetivamente. A rubrica “Medicamentos e Próteses” registaram um aumento de 23%.

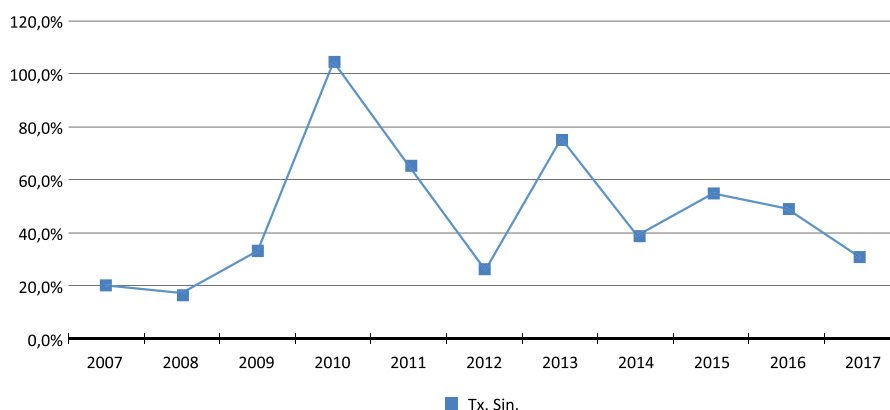
Nas Pensões e Remições houve um acréscimo de 13%.

3.3.1.2. Acidentes Pessoais

A sinistralidade em Acidentes Pessoais reflete o decréscimo do número de vítimas mortais ocorridas em 2017.

O decréscimo no custo com sinistros, no seguro direto (Montantes pagos + Variação da Provisão para Sinistros), foi de (-12%), a par com um crescimento de prémios na ordem dos 5%.

Gráfico 5 – Taxa de sinistralidade – Acidentes Pessoais



O Quadro 9 resume o número de sinistros e o valor das Provisões, respeitantes aos processos de Acidentes Pessoais abertos em 2016 e 2017.

(valores em euros)

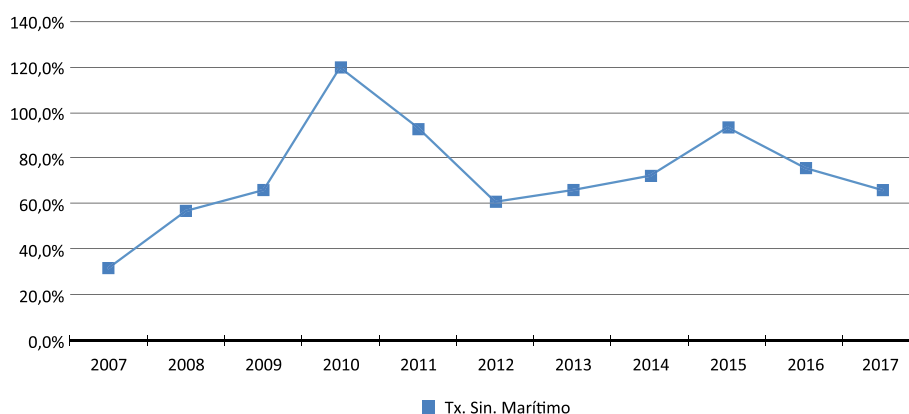
QUADRO 9 - SINISTROS ABERTOS EM ACIDENTES PESSOAIS				
Coberturas	2016		2017	
	Nº	Valor	Nº	Valor
Morte	5	251 000	3	150 000
Outras	241	114 743	213	128 265
Modalidade-Desporto				
Morte	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0
	246	365 743	216	278 265

3.3.2. Sinistros em Marítimo

A sinistralidade no Ramo Marítimo apresentou também um desagravamento em relação a 2016.

Houve um decréscimo no custo com sinistros no seguro direto de (-12%), a par de um crescimento de prémios de 2%.

Gráfico 6 – Taxa de sinistralidade – Marítimo



Em termos de número de sinistros registou-se um acréscimo em Marítimo Pesca (+6 processos) e uma diminuição na Náutica de Recreio (-7 processos).

O Quadro 10 resume o número de sinistros e o valor das Provisões respeitantes aos processos de Marítimo abertos nos anos de 2016 e 2017, seriados por causa/natureza de sinistro.

(valores em euros)

QUADRO 10 - SINISTROS MARÍTIMOS POR NATUREZA				
NATUREZA DO SINISTRO	2016		2017	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR
Perdas Totais	5	853 957	1	290 000
Incêndio	3	25 964	4	13 674
Colisões	101	432 486	72	279 785
Cabos no helice	77	66 702	72	69 513
Encalhes	6	286 620	9	327 702
Reboques/Gastos de Salvamento	41	25 130	47	36 646
Submersões	11	117 011	14	278 351
Abalroamentos	8	150 392	19	122 796
Furto ou Roubo	19	47 013	12	51 175
Sinistros com Lanchas	0	0	1	1 000
Mau Tempo	23	97 858	9	27 278
Responsabilidade Civil	16	64 502	24	247 229
Estaleiro	0	0	0	0
Avaria de Máquinas	5	2 459	6	29 522
Outras Causas	15	36 076	38	95 908
TOTAL	330	2 206 170	328	1 870 579
Perda Haveres e Perda de Salários	15	38 394	14	43 913

As causas com maior significado foram as Perdas Totais, Colisões e Encalhes, Submersões e a Responsabilidade Civil que representaram 76% do valor total de provisões.

Sinistros Reembolsáveis

Em Marítimo registaram-se 6 processos em tribunal, 3 com pedidos de indemnização cível, 1 com decisão favorável à Mútua, aguardando-se a liquidação e 2 em fase de análise pelos serviços jurídicos.

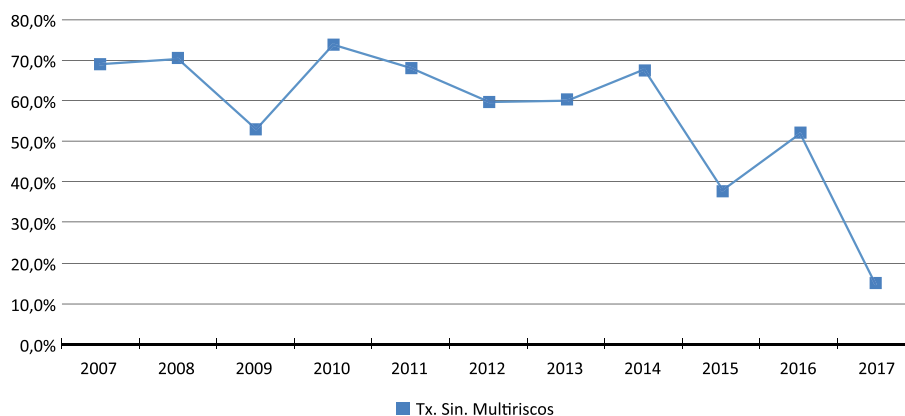
3.3.3. Sinistros em Incêndio e Multirriscos

O ramo de Incêndio e Multirriscos registou um decréscimo significativo na sinistralidade .

No Multirriscos verificou-se uma redução na taxa de sinistralidade de 51,7% para 14,4%.

A redução no custo com sinistros no seguro direto foi de (-72%), a par com um decréscimo nos prémios de (-1%).

Gráfico 7 – Taxa sinistralidade – Multirriscos



O Quadro 11 resume o número de sinistros e o valor das Provisões respeitantes aos processos de Incêndio e Multirriscos, abertos nos anos de 2016 e 2017 e seriados por causa/natureza de sinistro.

(valores em euros)

QUADRO 11 - SINISTROS DE INCÊNDIO E MULTIRRISCOS POR NATUREZA				
NATUREZA DO SINISTRO	2016		2017	
	Nº	Valor	Nº	Valor
Aluimentos de Terra	0	0	0	0
Atos de Terrorismo /Vandalismo	0	0	5	1 321
Danos por Água	43	94 763	37	32 498
Explosão	0	0	0	0
Furto ou Roubo	11	12 651	9	11 312
Incêndio	2	19 670	0	0
Inundações	1	195	0	0
Quebra de Vidros	7	2 275	3	546
Raio	0	0	0	0
Riscos Elétricos	16	5 215	5	4 739
RC extra contratual	3	3 105	2	221
Tempestades	6	17 600	6	22 968
Outras causas	8	5 874	3	490
	97	161 348	70	74 095

Como causas mais relevantes, mantiveram-se os “Danos por Água”, “Furto ou Roubo” e “Tempestades”, que no seu conjunto representaram 90% do valor total das Provisões.

3.4. O Resseguro

O saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se favorável aos resseguradores, fruto da sinistralidade menos grave, tocando os contratos proporcionais e os de Excesso de Perda em Acidentes de Trabalho e Marítimo.

(valores em euros)

QUADRO 12 - CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO 2016-2017		
	2016	2017
Prémios de Resseguro Cedido	-2 833 413	-3 076 044
Var. da Prov. Prémios não Adquiridos	16 469	15 062
Comissões de Resseguro Cedido	771 721	911 885
Montantes Pagos	1 872 998	2 564 068
Var. da Provisão Sinistros	-30 719	-1 151 402
Juros s/Reservas	-15 823	-10 399
Saldo	-218 768	-746 829

Em 2017 não se registaram alterações na estrutura dos contratos de resseguro.

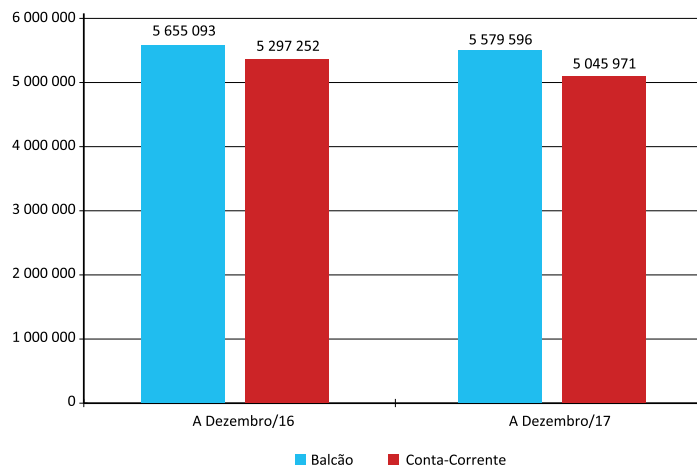
3.5. Cobranças

Em 2017 registou-se um comportamento positivo nas cobranças, globalmente consideradas.

Cobrarão-se 9 503 205,37 € de Prémios Totais, líquidos de estornos e anulações, o que representou um decréscimo de (-4.1%) em relação a 2016.

Procedendo à sua análise por canal de cobrança (Recibos cobrados), verificou-se um decréscimo de cobrança nos balcões de (-1.3%) e no canal Conta Corrente em cerca de (-4.7%). Estes valores são influenciados pela recuperação de cobrança ocorrida em 2016, relativa a grandes clientes, que não se repetiu em 2017. Retirando esta componente em 2017, temos um acréscimo nas cobranças de 2% em relação a 2016.

Gráfico 8 – Cobranças por canal



No Movimento de Lotas registou-se um acréscimo global, em relação a 2016, de 1,4%.

A zona que apresentou o crescimento mais significativo foi a zona Centro (20,9%), seguida da zona da Madeira (27,1%) e Açores (10,9%)

As zonas Norte, Sul e Algarve apresentaram decréscimo em relação a 2016, com maior enfoque no Norte (-14,2%) e Sul (-8,3%).

A lota da Madeira encontra-se com dados a novembro de 2017.

3.6. Custos por Natureza

O Quadro 13 mostra a repartição dos Custos por Natureza pelas principais rúbricas e a sua comparação com o ano anterior.

(valores em euros)

QUADRO 13 - CUSTOS POR NATUREZA			
Custos por natureza	2015	2016	2017
Variação	2 638 623	2 872 704	2 885 719
	1,7%	8,9%	0,5%
Orgãos Sociais	22 748	49 808	107 673
	0,0%	119,0%	116,2%
Gastos com Pessoal	1 454 856	1 591 608	1 527 402
	1,4%	9,4%	-4,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	832 470	927 158	954 572
	-1,9%	11,4%	3,0%
Impostos e Taxas	189 205	125 770	127 437
	36,3%	-33,5%	1,3%
Depreciações e Amortizações do Exercício	95 855	131 418	126 072
	-10%	37,1%	-4,1%
Juros Suportados	16 398	15 939	10 499
	-9,5%	-2,8%	-34,1%
Comissões	27 092	31 003	32 064
	10,5%	14,4%	3,4%
Prémios do Seguro Direto	7 757 873	8 515 981	8 513 705
Rácio	32,2%	31,9%	32,0%

Custos p/nat-enc.Cobrança/PBE

Em 2017 registou-se um acréscimo nas Despesas Gerais de 0.5%, em relação a 2016.

Destaca-se:

A rubrica “Órgãos Sociais”, reflete a nova composição do Conselho de Administração, com a passagem do Diretor Geral José Manuel Jerónimo Teixeira, de trabalhador da Mútua a Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o resultado das eleições ocorridas em março de 2017.

O item “Gastos com Pessoal”, reflete a política salarial seguida para o ano de 2017 e a saída do trabalhador acima referida para os órgãos sociais.

Na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos”, destacamos o acréscimo nos gastos com trabalho independente nomeadamente na área comercial e na área da solvência.

Iremos manter a nossa política de controlo de custos em 2018.

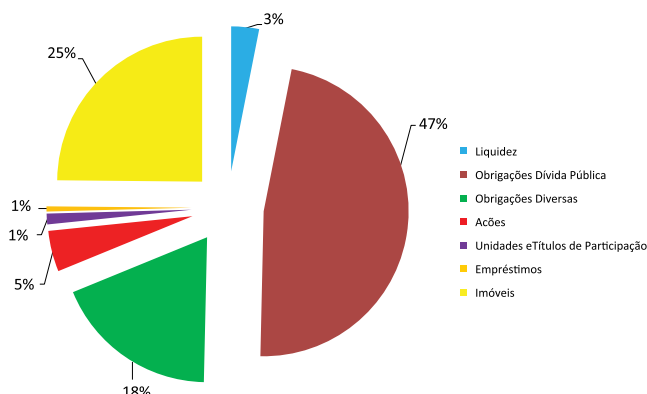
3.7 Investimentos

Não houve alterações na política de investimentos, no decorrer de 2017.

A carteira de ativos financeiros, de 30 644 890€, é essencialmente constituída por Obrigações (de Dívida Pública e Corporate), que representam cerca de 66% do valor global e por Imóveis (25%).

Manteve-se uma atenção particular à liquidez (saldos de depósitos à ordem, caixa e depósitos a prazo), que representam 3% do valor total.

Gráfico 9 - Estrutura de Ativos Financeiros



Neste enquadramento, temos:

a) Rendimentos

Verificou-se um decréscimo nos rendimentos, em cerca de (-3,3%).

Este decréscimo é reflexo da redução das taxas de juro.

(valores em euros)

QUADRO 14 - RENDIMENTOS FINANCEIROS		
	2016	2017
Terrenos e Edifícios	192 234	192 667
Empréstimos	653	729
Ações, Obrigações, Tit. e Unid. de Participação	631 799	612 788
Depósitos e Outros	11 246	2 577
Total	835 933	808 761

b) Mais e Menos Valias Realizadas e não Realizadas Reconhecimento de Imparidade

Reconhecimento de Imparidade.

Não houve alterações na nossa política contabilística, em relação ao ano anterior.

Foram registadas, em Ganhos e Perdas, as imparidades reconhecidas nos ativos.

Esse reconhecimento foi efetuado, de acordo com a IAS 39, quando se verifica “um declínio significativo ou prolongado no seu justo valor” e/ou se existir “prova objetiva de imparidade”.

Os critérios seguidos pela Mútua são descritos, em pormenor, nas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas.

Registaram-se, como Perdas por Imparidade, os seguintes valores:

- Ações: 45 258€.
- Partes Capital de Empresas do Grupo: 22 113€.

Temos assim:

(valores em euros)

QUADRO 15 - MAIS E MENOS VALIAS E IMPARIDADES - GANHOS E PERDAS - ANO 2017			
	Títulos	Imóveis	Total
Mais e Menos Valias Realizadas	66 369	0	66 369
Mais e Menos Valias Não Realizadas	0	-38 206	-38 206
Imparidades	-67 371	0	-67 371
Total	-1 002	-38 206	-39 207

(valores em euros)

QUADRO 16 - MAIS E MENOS VALIAS - RESERVA DE REAVALIAÇÃO - ANO 2017			
	Títulos	Imóveis	Total
Mais e Menos Valias Não Realizadas	669 936	51 852	721 788
Saldo	669 936	51 852	721 788

c) Investimentos

O quadro 17 mostra a carteira global da Mútua, valorizada em 31 de dezembro, dos anos em comparação (os valores abaixo indicados incluem juros decorridos).

(valores em euros)

QUADRO 17 - INVESTIMENTOS			
	2016	2017	Variação
Terrenos e Edifícios	7 575 600	7 615 300	39 700
Empresas Grupo e Associadas	65 504	689 604	624 100
Ações e Outros Rend.Variáveis	1 051 221	1 072 763	21 542
Obrigações e Outros Rend.Fixo	18 890 142	20 137 741	1 247 599
Empréstimos Hipotecários	172 694	176 421	3 727
Depósitos a Prazo	1 501 801	950 561	-551 240
Outros	2 500	2 500	0
Total	29 259 462	30 644 890	1 385 428

A carteira de Investimentos apresentava a 31.12.2017 o valor de 30 644 890 € (ver Inventário das Participações e Instrumentos Financeiros em anexo)

A composição da carteira está de acordo com a “Política de Investimentos”, definida com critérios de prudência na seleção dos ativos.

As diferenças encontradas traduzem as alterações na sua composição e respetivas valorizações.

O investimento foi centrado em obrigações de Dívida Pública Portuguesa e Estrangeira, de médio e longo prazo. Face à reclassificação das obrigações efetuada em 2011, respeitantes a obrigações de Dívida Pública Portuguesa e de várias empresas portuguesas, a sua repartição entre “Disponíveis para Venda” e “Detidas até à maturidade” apresenta, em 2017, os seguintes valores:

(valores em euros)

QUADRO 18 - OBRIGAÇÕES E OUTROS RENDIMENTOS FIXOS	
Obrigações e Outros Rend.Fixo	2017
DPV- Disponíveis para venda	19 886 131
DAM- Detidas até à maturidade	251 610

3.8. Garantias Financeiras

3.8.1. Provisões Técnicas

As Provisões Técnicas atingiram o montante de 18 192 895 € a 31 de dezembro de 2017 e os ativos representativos apresentaram o valor de 27 978 567 €, pelo que o grau de cobertura das provisões técnicas foi de 154%.

Gráfico 10 - Margem de Cobertura das Provisões Técnicas



3.8.2 Capital Próprio e Margem de Solvência

O capital Próprio aumentou 16,8%, para um valor total de 10 401 469€, devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Aumento do Capital Social resultante do acréscimo do Fundo Mutualista, que em 31.12.2017 ascende a 45 058€;
- Acréscimo nas Reservas de Reavaliação resultante dos ajustamentos positivos de justo valor dos ativos (Títulos e Imóveis);
- Aumento na Reserva por impostos diferidos resultante do aumento dos passivos por impostos diferidos, relativos à reserva de reavaliação de títulos e imóveis de uso próprio;
- Aumento nas Outras Reservas e nos Resultados Transitados decorrentes, entre outros, da aplicação dos resultados do exercício anterior

QUADRO 19 - CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL PRÓPRIO	2016	2017	Var 2017/2016 (%)
Capital Social	5 011 046	5 045 058	0,7%
Reservas de reavaliação	1 339 559	2 061 347	53,9%
Reserva por impostos diferidos	-176 218	-405 771	130,3%
Outras Reservas	1 046 611	1 209 708	15,6%
Resultados Transitados	1 344 011	1 392 567	3,6%
Resultado Líquido	341 486	1 098 559	221,7%
Total	8 906 496	10 401 469	16,8%

A Mútua dos Pescadores monitoriza a solvência, de acordo com o novo Regime de Solvência II, em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

Nestes termos e de acordo com o estabelecido na legislação, os dados relativos à margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de maio, através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR).

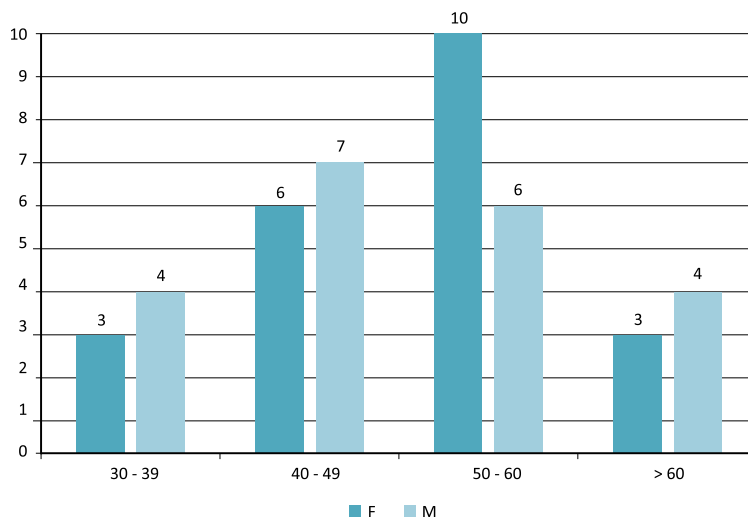
3.9. Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2017 o número de trabalhadores manteve-se em 43 pessoas, incluindo os contratados a termo. O conjunto dos trabalhadores encontra-se distribuído pelo território nacional (continente e regiões autónomas), acompanhando a presença da Mútua nas diversas comunidades ribeirinhas.

Manteve-se uma distribuição equitativa, entre elementos do sexo feminino e masculino (51% e 49%).

A antiguidade média dos trabalhadores é de 19 anos.

Gráfico 11 – Escalões etários



3.9.1. Formação

A Mútua dos Pescadores realizou internamente 1 ação de formação cooperativa – Curso de Cooperativismo e Seguros, enquadrado nas áreas formativas 347 – Enquadramento na organização/empresa e 343 – Finanças, banca e seguros, respetivamente; e 4 ações de formação de acolhimento (área 347 – Enquadramento na organização/empresa).

A ação de formação cooperativa foi desenvolvida para os candidatos aos órgãos sociais (Conselho de Administração e Conselho Fiscal), e alargada a outros quadros dirigentes. Uma formação que visava também cumprir as exigências do novo Regime Jurídico da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), no que respeita à necessidade de qualificação dos dirigentes. O curso completo teve a duração de 28 horas, distribuídas em duas partes (Cooperativismo e Seguros), ministrado durante quatro dias, cada um com 14 horas. Envolveu 2 formadores externos, da CASES, e 9 internos. Frequentaram a ação 13 formandos, totalizando 253 horas de formação. As 3 ações de acolhimento envolveram 4 formandos, totalizando 85 horas. Quanto à formação no exterior, abrangeu 10 trabalhadores, entre quadros técnicos e dirigentes, que frequentaram 15 ações, totalizando 135h e 30' de formação. Abrangeu 4 trabalhadores da área financeira, 4 da área técnica, 1 da assessoria à administração e 1 da área de Sistemas de Informação. Todas as ações se integram na área de finança, banca e seguros.

3.10. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno

No decurso de 2017 foram desenvolvidas diversas ações, com destaque:

- Elaboração do primeiro relatório sobre a Solvência e situação financeira (SFCR), respeitante ao ano de 2016 e sua divulgação em maio de 2017;
- Elaboração do Relatório Periódico de Supervisão (RSR), de acordo com o art.º 83º do RJASR, enviado à ASF em maio de 2017, respeitante ao exercício de 2016;
- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual, legalmente previstos;
- Participação, junto da APS, no âmbito das comissões técnicas, em matérias relevantes como seja os Acidentes de Trabalho e Solvência II;
- Revisão e formalização de diversas políticas, no âmbito do acompanhamento do plano de implementação de Solvência II;
- Reporte ORSA individual;
- Elaboração do relatório, no âmbito da gestão de riscos, sobre o branqueamento de capitais e política anti-fraude;
- Definição de um conjunto de indicadores de performance (KPI) e de indicadores de risco (KRI), que permitem formalizar a apetência ao risco da Mútua dos Pescadores e garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos;
- Participação e elaboração de um orçamento plurianual, onde se reflete a estratégia definida pelo Conselho de Administração, para o triénio 2018-2020.

3.11. A Cooperativa

3.11.1. Em destaque

Novos órgãos sociais

Na sequência da eleição dos membros dos órgãos sociais, para o quadriénio 2017-2020, na sua primeira reunião, o Conselho de Administração elegeu José Manuel Jerónimo Teixeira e João Paulo Quinzico Delgado, para assumirem, respetivamente, as funções de Presidente e Vice-presidente do órgão, com funções executivas. Nomeou ainda, para Provedora do Utente, Patrícia Cruz Gomes, advogada, jurista e formadora desde 2000, com experiência no movimento cooperativo, nomeadamente na coordenação da área de defesa do consumidor na Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores – FENACCOOP, entre 1997 e 2012.

Representante dos trabalhadores

Os novos órgãos sociais passaram a integrar também, no Conselho Nacional, tal como previsto nos estatutos, na última revisão de abril de 2016, um representante dos trabalhadores, cuja eleição decorreu em 01.03.2017. Com uma elevada participação dos trabalhadores da Mútua (83% de votantes) foi eleita Marta Pita, trabalhadora da Mútua desde 2009, com 91,42% dos votos.

Plano de ação cooperativa “Pés no Terreno”

As comunidades piscatórias de Setúbal, Sagres, Portimão e Tavira, acolheram as últimas ações do “Pés no Terreno” de 2017, naquela que é a primeira fase desta campanha, que teve como objetivos principais a proximidade e auscultação das comunidades marítimas por todo o país, tentando obter um conhecimento cada vez maior sobre a vida diária dos cooperadores e utentes da Mútua.

Jornadas do Grupo Mútua

As Jornadas anuais de trabalho foram organizadas em quatro painéis temáticos – Estratégia económica e financeira, Produção e crescimento sustentado, Controlo da sinistralidade e Fortalecimento da cooperativa.

Sob o mote “Crescer sustentadamente” refletiu-se sobre objetivos estratégicos: Reforçar a ação seguradora na pesca sobretudo no ramo marítimo, com especial enfoque no recreio e marítimo-turística; aumentar o número de apólices e aumentar também a consciência dos riscos entre os segurados; aproveitar mais eficazmente o conhecimento e experiência acumulados da Ponto Seguro no setor público, economia social e sindicatos, e noutras áreas geográficas não marítimas. Crescer também por via da redução de custos com sinistralidade, quer a montante quer a jusante. Responder eficazmente às exigências de Solvência II, e finalmente reforçar a ação da cooperativa, quer internamente, promovendo entre todos, um espírito de entreatividade e solidariedade, quer dando continuidade à campanha “Pés no Terreno”, que com espírito de missão tem como objetivo fazer de cada utente da cooperativa um cooperador!

3.11.2. Segurança Marítima

Preocupação estruturante da Mútua, que continua a bater-se por esta questão, seja através de iniciativas próprias: através do “Pés no Terreno”; procurando soluções para continuar a promover ações de formação e sensibilização; ou dos artigos na Revista “Marés”, Site e Facebook. Das ações em parceria, destacam-se as desencadeadas pela Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no Mar (novas farmácias de bordo, com impacto direto na ação da Mútua sobre os seus cooperadores e utentes da pesca, estatísticas de Acidentes de Trabalho na pesca e o inquérito às condições de segurança na pesca) e da Associação Economia Azul-Unidos pelo Mar (nos Encontros do Mar, onde as questões da segurança também são recorrentes). Também, através da participação em iniciativas várias, como o lançamento do programa “Costa Segura”, desenvolvido pela Autoridade Marítima Nacional; ou apoiando e divulgando o trabalho desenvolvido por outras entidades, como a DGAM, o Instituto de Socorros a Náufragos, a ACT e o Clube Oficiais da Marinha Mercante. Destaque ainda a publicação da versão portuguesa do “Guia europeu para a prevenção de riscos em pequenos navios de pesca”, um trabalho desenvolvido pela Labour Associados, SLL, por encomenda da Comissão Europeia, que envolveu a Mútua, entre várias outras organizações europeias, tendo a Mútua integrado o painel de avaliação da primeira versão do projeto, em 2011.

3.11.3. Projetos

Durante o ano transato, aprofundou-se o estudo e análise dos fundos comunitários inseridos no programa “Mar2020”, visando encontrar soluções que permitam retomar, preferencialmente em parceria, as ações de formação de segurança para os cooperadores, quer da Pesca, quer da Marítimo-Turística. Com esse objetivo, incluiu-se a possibilidade de recurso aos DLBC’s. costeiros, os quais a Mútua integra, reunindo com potenciais parceiros para estas ações.

3.11.4. Parcerias e Intercooperação

Manteve-se a colaboração nas iniciativas da Associação Economia Azul-Unidos pelo Mar (ex-Clube do Mar), da qual a Mútua é associada, sendo de realçar os Encontros de Mar. Com a Associação David Melgueiro, foi assinado um acordo de cooperação, tendo-se a Mútua tornado sócia.

Das atividades náuticas regista-se a participação no Dia da Marinha do Tejo, no V Cruzeiro Religioso do Tejo e no 80.º Aniversário do Museu Marítimo de Ílhavo, aprofundando a cooperação com a Marinha do Tejo, a Confraria Ibérica do Tejo e o Museu Marítimo de Ílhavo, respetivamente.

A Mútua apoiou os projetos “Peniche Paddle Series 2017”, Prova Náutica “Sup Race” em parceria com a ASSUP-Associação de Stand UP Paddleboarding de Portugal, em S. Martinho do Porto; as XI Jornadas Náuticas do Clube Naval de Peniche. Por fim, no âmbito da presença na Feira do Mar 2017, em Portimão, destaca-se a participação no 1.º Congresso das Marítimo-Turísticas.

A Mútua continuou a apoiar diversas comunidades piscatórias e costeiras, nas suas festividades, como as do Dia do Pescador ou nas festividades de verão.

Na área cultural, prestou-se apoio e acompanhamento ao projeto “Nazaré Marés de Maio”, que envolveu diversas organizações locais, entre as quais a Câmara Municipal e a própria Mútua, que pretende promover o “Mar” na (e com a) comunidade, através das artes e de outras atividades locais (turismo, gastronomia, desporto, sensibilização ambiental e atividades com escolas). Prestou-se apoio, também, ao projeto “Vila Chã, um Mar de experiências” (com raízes na dinâmica do projeto Celebração da Cultura Costeira - CCC), que pretende sensibilizar os jovens para a (re)valorização da sua cultura local, piscatória e costeira, e que em 2017 produziu o Livro com o mesmo nome e jogos pedagógicos. A Mútua apoiou a VIII Edição do É-Aqui-in-Ócio - Festival Internacional de Teatro, dinamizado pelo Teatro local Varazim, e, no quadro da colaboração anual com a Âncora Editora, na sua coleção Novos Mares, apoiou a edição do livro “Mar Nosso”, de Artur Pastor. Manteve-se o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Associação Cultural Bindo’ Peixe, desta vez apoiando a realização de uma exposição nas Caxinas sobre a pesca do bacalhau; do projeto do grupo Galateia, centrado em “Os Pescadores” de Raul Brandão, e manteve-se o acompanhamento do percurso do documentário “Mar de Sines”. A Mútua associou-se ainda ao movimento para a recuperação da Igreja da Ajuda, um importante marco no património da cidade de Peniche.

Continuamos a aderir à campanha do Pirlampo Mágico, promovida pela FENACERCI.

Na área da formação, destaca-se a adesão, uma vez mais, ao Dia Aberto nas Escolas, recebendo estudantes da Escola do SISEP e da Escola de Comércio de Lisboa, e acolhendo um estudante universitário, integrado no programa Best Inside View. Foi prestado apoio à iniciativa “Semana Pensar a nossa ilha (também) debaixo de água”, Graciosa, agosto 2017, promovida, entre outras, pela Associação de Pescadores Graciosenses, com o fim de sensibilizar para as questões da exploração profissional e lúdica dos recursos marinhos e preservação dos habitats.

Registam-se, finalmente, ações simbólicas de solidariedade a causas transversais a todos: apoio dado às vítimas dos incêndios de Pedrogão Grande e de Pampilhosa da Serra, de junho e outubro de 2017, respetivamente. Ainda sobre os grandes incêndios de 2017, a Mútua integrou o Fundo Especial de Apoio às vítimas constituído pela APS. Regista-se também a adesão à campanha “10 milhões de estrelas – um gesto pela paz”, inserida na evocação do Dia Mundial dos Pobres (19 de dezembro), promovido pela Cáritas.

3.11.5. Setor Cooperativo e Social

Convidaram-se algumas organizações de economia social (ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos, ADAPI – Associação de Armadores da Pesca Industrial, ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, e CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL), a partilharem com a comunidade Mútua, através da Revista “Marés”, o que nos une, enquanto organizações da economia social.

A Mútua continuou a acompanhar a CONFECOOP, que em 2017 foi a entidade responsável pela organização das comemorações oficiais do Dia Internacional das Cooperativas, em colaboração com a Mútua e a Cercipeniche, que este ano cumpriu o seu 40.º aniversário. A Mútua participou ainda no IX Colóquio Ibérico Internacional de Cooperativismo e Economia Social e no Congresso Nacional de Economia Social, que terminou com a assinatura da Carta de Compromisso para a criação Confederação da Economia Social Portuguesa, pela Animar, CNIS, CONFAGRI, CONFECOOP, CPCCRD, Centro Português de Fundações, União das Misericórdias Portuguesas e União das Mutualidades Portuguesas e com a apresentação de 20 recomendações que resultaram do trabalho e reflexões das cinco sessões temáticas.

3.11.6. Acompanhamento Social

Destaca-se, no âmbito da ação social, a intervenção junto dos familiares de 3 utentes, vítimas mortais de Acidentes de Trabalho. Foi também prestado acompanhamento a 5 processos muito graves de incapacidades, resultantes de Acidentes de Trabalho na pesca, tendo um deles infelizmente resultado na morte de 1 pessoa.

3.11.7. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários

Durante o ano de 2017, não se registou qualquer reclamação à Provedora do Utente.

Foram tratados e encerrados, pelo Sistema de Audição, em 1.ª instância, 7 processos de reclamação: 5 apresentadas através dos canais internos do Sistema de Audição, 1 por via Portal da ASF, e outro por via do Livro de Reclamações.

Dos 7 processos, 2 tiveram resposta favorável (processos de AT/Pesca e Marítimo/Recreio), e 4 desfavorável (AT/Pesca, AP/Praticantes de desporto de uma coletividade, Marítimo/Recreio e Marítimo/Turística). Uma das reclamações, do ramo de Incêndio/Multiriscos (PME), deu entrada através do Portal da ASF, mas, dado que o reclamante recorreu ao Julgado de Paz em simultâneo, passou a seguir esses trâmites.

Dos processos, 6 diziam respeito a aspetos relacionados com a regularização de sinistros e 1 foi no quadro de um pedido de cotação/subscrição (o processo de AP/Atividade associativa).

Tivemos ainda um pedido de esclarecimento da ASF sobre um processo de reclamação de 2016, que originou uma recomendação do Provedor.

3.11.8. Informação e Comunicação

No que respeita aos meios internos, editaram-se 3 números da Revista “Marés” (77,78 e 79), que destacou este ano o 75.º Aniversário da Mútua, tema de capa do n.78, juntamente com um especial 35 anos da Ponto Seguro. Para assinalar o aniversário produziu-se também um vídeo institucional. A Revista “Marés” empenhou-se na divulgação da sua história, através das várias edições publicadas em 2017. O Site e o Facebook institucionais continuaram a divulgar as iniciativas mais relevantes da Mútua, algumas aprofundadas na “Marés”. Continuou-se a publicar artigos em revistas e outros meios externos, ligados à nossa atividade. Em 2017 publicou-se um artigo sobre a Mútua em Sesimbra, num suplemento de um jornal nacional dedicado à região e 2 artigos para uma revista de turismo, sobre produtos específicos para a marítimo-turística.

A Mútua colaborou ainda com a AMICE num trabalho da sua responsabilidade, sobre as organizações membro, elaborando e compilando material de divulgação da Mútua.

3.11.9. Ações de Marketing e Publicidade

Foram mais de 70 as ações de marketing desenvolvidas durante o ano de 2017.

Uma parte significativa consistiu na publicidade – já com novos anúncios - em jornais e revistas de imprensa escrita e eletrónica. Destaca-se a presença nos seguintes eventos: Nauticampo, Segurex, Mar Algarve, Feira do Mar-Sines, III Conferência do Jornal “Economia do Mar”, Conferência “Mar em Português”, Mar-Património e Potencialidades, Encontros do Mar na Nazaré, Figueira da Foz e Mourão, 12ª Corrida da Liberdade, em Setúbal.

Finalmente, lançou-se a Campanha de Marítimo Pesca, apresentada e desenvolvida na edição de dezembro/2017 da revista “Marés”.

3.11.10. Coro Grupo Mútua

O Coro continuou a acompanhar o Grupo Mútua em todas as suas ações. Deu as boas vindas aos novos órgãos sociais, em abril; participou em algumas das sessões públicas do 75.º Aniversário e na exposição Mar-Património e Potencialidades, que a Mútua integrou; esteve também uma vez mais na Nauticampo, e na iniciativa “Nazaré – Marés de Maio”.

De destacar o reconhecimento crescente que o Coro vai tendo, por parte dos parceiros e entidades com quem o Grupo se relaciona.

4. Acontecimentos subsequentes

Nada a mencionar.

5. Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Foi aprovada pela Comissão de Avaliação e Vencimentos, uma Política Interna de Remuneração, nos termos previstos nos estatutos.

A política aprovada prevê, nomeadamente:

As remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização não integram qualquer componente variável, quer relativamente aos membros do órgão de administração que exerçam competências executivas, quer relativamente aos não executivos.

Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração deverá ter em linha de conta os conhecimentos e a experiência em gestão, seguros e setores estratégicos da atividade da Mútua dos Pescadores e as correlativas responsabilidades delas decorrentes, bem como o tempo de ocupação que tais funções exigem.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração não poderá ser superior a três vezes a remuneração média dos trabalhadores efetivos da Mútua dos Pescadores.

Os membros não executivos não auferem, em regra, qualquer remuneração fixa ou variável, apenas sendo recompensado por ajudas de custo e reembolso de despesas, de acordo com as normas internas, quando participam pontualmente em reuniões ou outros trabalhos da cooperativa.

Excecionalmente, quando as obrigações previstas com a participação em reuniões e trabalho executivo o justifiquem, poderá ser deliberada a atribuição de uma remuneração mensal fixa adequada.

A execução da política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com periodicidade anual, a exercer pela função-chave de auditoria interna, em articulação com a Comissão de Avaliação e Vencimentos, conforme as recomendações contidas na Circular da ASF n.º 6/2010, de 1 de abril, sobre política de remuneração.

Nos termos do artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, a Comissão de Avaliação e Vencimentos submete anualmente à aprovação da Assembleia-Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização.

6. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções-chave

As remunerações dos diretores de topo, incluindo Diretor(a) Geral, são fixas e definidas pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Avaliações e Vencimentos, de acordo com as tabelas salariais e o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) celebrado entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e os sindicatos da atividade seguradora, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 1ª Série, n.º 29 de 08/08/2009, também aplicáveis aos restantes trabalhadores, não estando fixada qualquer política de remuneração variável ou a atribuição de outros benefícios não aplicáveis aos restantes trabalhadores.

As remunerações dos responsáveis por funções-chave e pessoas que exercem funções-chave, são igualmente fixas e definidas pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, nos termos acima descritos.

O exercício de funções-chave em regime de subcontratação, por pessoas ou entidades externas, deve cumprir o artigo 78º do RJASR e a Política Interna de Subcontratação.

As remunerações são atribuídas, considerando o nível de qualificação e experiência profissional demonstrados, a natureza das responsabilidades e funções a exercer, a natureza cooperativa da organização e a sua capacidade económica e financeira.

7. Política de remuneração dos demais colaboradores

A definição das remunerações e da política de progressão das carreiras profissionais, compete ao Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, com base nas tabelas salariais e instrumento de regulamentação coletiva em vigor. Anualmente realiza-se uma avaliação do desempenho de todos os trabalhadores que, não tendo um efeito direto na sua remuneração, é elemento de ponderação na progressão das carreiras profissionais e contribui para a identificação e desenvolvimento de necessidades de formação e para o alinhamento com os objetivos da cooperativa.

8. Outras Informações

O Conselho de Administração tem reunido com periodicidade mensal, acompanha a gestão corrente, delibera sobre os assuntos mais importantes, aprova e acompanha a implementação das políticas internas e define as orientações estratégicas. As reuniões ocorrem, normalmente, ao fim de semana, para facilitar a presença dos seus membros, que desenvolvem outras atividades profissionais.

O Comité de Gestão reúne pelo menos duas vezes por mês e garante a gestão corrente.

O Comité de Quadros é o órgão de acompanhamento da execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível setorial e regional. Visa permitir a participação de todos os quadros dirigentes dos serviços ou altamente qualificados na definição das medidas e ações a empreender, seu acompanhamento, tendo o objetivo de facilitar o alinhamento geral necessário. Reúne e procede à avaliação dos resultados das medidas e ações, em cada trimestre, perspetivando o trabalho futuro.

Ao Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno compete promover e implementar as políticas internas, os procedimentos e controlos adequados à significância dos riscos, sua mitigação e controlo, ao reforço da confiança nos procedimentos operacionais da empresa, de modo a possibilitar a deteção atempada de falhas e/ou fragilidades nos processos e estruturas operativas.

O Comité Comercial é o órgão de apoio à definição de estratégias e ações comerciais a desenvolver. Acompanha a execução das políticas e planos de ação e objetivos ao nível comercial.

9. Aplicação de Resultados

O saldo positivo de 1 098 559,25€ advém de negócios com cooperadores e com terceiros, não cooperadores.

A distribuição do Resultado após impostos, por ambos os grupos, é feita pelo apuramento do peso de cada um nos Prémios Brutos Emitidos. Com este critério, os negócios com terceiros correspondem a 54% do total dos Prémios Brutos Emitidos.

- Negócios com Terceiros – 596 670,93€
- Excedente Relevante – 501 888,32€

A proposta do Conselho de Administração, para aplicação dos resultados relativos ao excedente relevante, é a seguinte:

i) Para Reservas Obrigatórias:

Para a reserva legal: 22%, nos termos do art.º 54º 1-a) dos Estatutos, isto é 110 415,43€;

Para Reserva para Educação e Formação Cooperativa e Mutualista: 1%, correspondendo a 5 018,88€.

ii) Para o Fundo Mutualista:

5% dos excedentes anuais líquidos provenientes de operações com os cooperadores, nos termos do art.º 54º 1-c) dos Estatutos, isto é 25 094,42€;

iii) Juros aos cooperadores que subscreveram pelos menos 100 títulos há pelo menos 6 meses, à taxa de 0,5% arredondados por excesso, isto é 364€ (alínea b) do n.º 1 do art.º 54º dos Estatutos);

iv) Para Resultados Transitados:

O remanescente, entre as aplicações atrás referidas e o excedente relevante, isto é, 360 995,59€.

O excedente não distribuível, proveniente de negócios com Terceiros, é igual a 596 670,93€ e destina-se a outras reservas.

10. Perspetivas para o triénio 2018-2020

De acordo com o plano de ação dos novos órgãos sociais, que afirma o objetivo de um “efetivo regresso ao Mar”, a Mútua confirma-se como líder no mercado da pesca profissional, onde regista cerca de 70% da sua produção, continuando este setor a merecer a sua atenção prioritária no próximo triénio.

“Mas, com tanto Mar ao nosso alcance e olhando para a multiplicidade de setores e atividades económicas que, de modo dinâmico e empreendedor se vão desenvolvendo no setor marítimo, devemos continuar a estender o nosso olhar para um horizonte mais amplo, reforçando visivelmente a atividade seguradora em setores marítimos, como a marítimo-turística, onde somos líderes de mercado, a náutica de recreio, onde também o pretendemos ser e as comunidades ribeirinhas, aproveitando a nossa especialização e o conhecimento que adquirimos destes setores.

O reforço da nossa presença no setor marítimo deve ser alcançado, sobretudo através do reforço da produção dos nossos seguros, em ramos como o Marítimo, onde somos especialistas, Acidentes Pessoais e Multiriscos, conjugando o desenvolvimento de ações que permitam uma redução visível dos custos com sinistralidade, especialmente no ramo de Acidentes de Trabalho.

Sendo a Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL uma cooperativa de utentes de seguros, é fundamental também aumentar consideravelmente a produção no setor cooperativo e da economia social, reforçar a ligação com as entidades aí integradas, respondendo, de forma eficaz e com a garantia da confiança de sempre, às suas necessidades de seguros. O setor público e o setor sindical são também áreas onde se pretende afirmar a presença, enquanto seguradora.

Ao nível da nossa ação cooperativa, o objetivo para o quadriénio 2017-2020 é reforçar visivelmente o número de cooperadores, assumindo o desafio de duplicar o atual número e fomentar a respetiva participação na vida da cooperativa. “Juntos, seremos mais fortes para atuar na defesa do desenvolvimento social, económico, cultural das comunidades, em especial das comunidades ribeirinhas e pugnar pelo desenvolvimento do setor da pesca profissional. Uma cooperativa não sobrevive apenas com crescimento económico, com aumento de produção e redução de custos com sinistralidade.

É o coletivo de pessoas que a distingue!”³

11. Agradecimentos

O Conselho de Administração reconhece e agradece aos órgãos sociais anteriores o contributo para os resultados obtidos neste exercício e tudo o que legaram para o futuro.

Os resultados do exercício de 2017, sendo economicamente considerados muito positivos, são sobretudo fruto da conjugação dos objetivos definidos, com a competência, o empenho e a dedicação de trabalhadores, colaboradores, cooperadores e dirigentes. De igual modo, sem a confiança dos nossos cooperadores, tomadores de seguros, segurados e pessoas seguras, estes resultados não seriam possíveis e por isso a todos estamos gratos.

Reconhecemos o apoio dos nossos resseguradores e agradecemos a atenção dispensada pelos nossos reguladores e supervisores, bem como a todas as entidades públicas, privadas e organizações do setor da economia social que colaboraram com a Mútua em 2017.

A todos, o Conselho de Administração agradece e reconhece o contributo para fazer da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL, a Cooperativa de utentes de seguros de referência no setor segurador e nas atividades marítimas.

Lisboa, 03 de março de 2018

O Conselho de Administração

Jerónimo Teixeira (Presidente)
João Paulo Delgado (Vice-Presidente)
Álvaro Bota Guia
Arsénio Marques Caetano
Filipe Manuel Marques
Jerónimo Gomes Viana
José Luis Cabrita

O Comité de Gestão

Ana Vicente – Diretora Geral
Joaquim Simplicio – Diretor Geral Adjunto
Sara Domingues – Diretora Financeira e de Resseguro

3- Plano de Atividades e Orçamento Plurianual 2018-2020, aprovado pela Assembleia Geral em 17/12/2017

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
3/8/11/30	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	578 099	0	578 099	709 448
7/11	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	689 604	0	689 604	65 504
	Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0
	Derivados de cobertura	0	0	0	0
3/6/11	Ativos disponíveis para venda	20 958 063	0	20 958 063	19 248 970
3/6/11	Empréstimos e contas a receber	1 126 982	0	1 126 982	1 674 495
	Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
	Outros depósitos	950 561	0	950 561	1 501 801
	Empréstimos concedidos	176 421	0	176 421	172 694
	Contas a receber	0	0	0	0
	Outros	0	0	0	0
3/6/11	Investimentos a deter até à maturidade	254 941	0	254 941	694 892
3/6/9/11	Terrenos e edifícios	7 615 300	61 520	7 553 780	7 528 209
	Terrenos e edifícios de uso próprio	3 359 000	61 520	3 297 480	3 277 609
	Terrenos e edifícios de rendimento	4 256 300	0	4 256 300	4 250 600
3/4/10/11	Outros ativos tangíveis	1 405 760	1 307 858	97 902	142 916
3	Inventários	0	0	0	0
	Goodwill	0	0	0	0
	Outros ativos intangíveis	0	0	0	0
3	Provisões técnicas de resseguro cedido	2 673 054	0	2 673 054	3 966 586
	Provisão para prémios não adquiridos	582 200	0	582 200	567 138
	Provisão matemática do ramo vida	0	0	0	0
	Provisão para sinistros	2 090 853	0	2 090 853	3 399 447
	Provisão para participação nos resultados	0	0	0	0
	Provisão para compromissos de taxa	0	0	0	0
	Provisão para estabilização de carteira	0	0	0	0
	Outras provisões técnicas	0	0	0	0
23	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 316 009	0	1 316 009	1 266 232
3/4/13	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 948 656	923 911	2 024 746	2 408 362
	Contas a receber por operações de seguro directo	1 801 593	897 778	903 814	1 072 853
	Contas a receber por outras operações de resseguro	312 834	0	312 834	53 048
	Contas a receber por outras operações	834 230	26 132	808 098	1 282 460
24	Ativos por impostos	400 664	0	400 664	348 081
	Ativos por impostos correntes	117 742	0	117 742	66 449
	Ativos por impostos diferidos	282 922	0	282 922	281 632
	Acréscimos e diferimentos	20 886	0	20 886	23 191
	Outros elementos do ativo	0	0	0	0
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0	0	0	0
	TOTAL ATIVO	39 988 019	2 293 289	37 694 730	38 076 887

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC n.º 31942

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia,
Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
3/4	Provisões técnicas	17 989 775	18 664 783
	Provisão para prémios não adquiridos	924 719	876 776
	Provisão matemática do ramo vida	0	0
	Provisão para sinistros	16 724 081	17 236 522
	De vida	0	0
	De acidentes de trabalho	13 364 856	13 252 358
	De outros ramos	3 359 225	3 984 163
	Provisão para participação nos resultados	0	0
	Provisão para compromissos de taxa	0	0
	Provisão para estabilização de carteira	0	0
	Provisão para desvios de sinistralidade	63 500	58 500
	Provisão para riscos em curso	277 475	492 986
	Outras provisões técnicas	0	0
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	0
3	Outros passivos financeiros	2 801 644	4 094 958
	Derivados de cobertura	0	0
	Passivos subordinados	0	0
	Depósitos recebidos de resseguradores	2 801 644	4 094 958
	Outros	0	0
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 293 938	1 231 742
3	Outros credores por operações de seguros e outras operações	2 974 332	3 366 024
	Contas a pagar por operações de seguro directo	2 738 184	2 866 822
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	14 187	251 450
	Contas a pagar por outras operações	221 962	247 752
24	Passivos por impostos	1 771 952	1 416 062
	Passivos por impostos correntes	1 141 164	1 090 474
	Passivos por impostos diferidos	630 788	325 588
	Acréscimos e diferimentos	461 620	396 822
	Outras Provisões	0	0
	Outros Passivos	0	0
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0	0
	TOTAL PASSIVO	27 293 261	29 170 392
	CAPITAL PRÓPRIO		
25	Capital	5 045 058	5 011 046
	(Acções Próprias)	0	0
	Outros instrumentos de capital	0	0
26	Reservas de reavaliação	2 061 347	1 339 559
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	1 272 774	602 838
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	788 573	736 721
	Por revalorização de activos intangíveis	0	0
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0	0
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0	0
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0	0
	De diferenças de câmbio	0	0
24/26	Reserva por impostos diferidos	-405 770	-176 218
26	Outras reservas	1 209 708	1 046 611
26	Resultados transitados	1 392 567	1 344 011
26	Resultado do exercício	1 098 559	341 486
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	10 401 469	8 906 496
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	37 694 730	38 076 887

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
2.2/14	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	0	5 403 384		5 403 384	5 654 194
	Prémios brutos emitidos	0	8 513 705		8 513 705	8 515 981
	Prémios de resseguro cedido	0	-3 076 044		-3 076 044	-2 833 413
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	0	-49 339		-49 339	-44 843
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	0	15 062		15 062	16 469
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0	0		0	0
2.2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	0	4 804 849		4 804 849	5 137 432
	Montantes pagos	0	4 046 431		4 046 431	4 949 879
	Montantes brutos	0	6 610 499		6 610 499	6 822 876
	Parte dos resseguradores	0	-2 564 068		-2 564 068	-1 872 998
	Provisão para sinistros (variação)	0	758 417		758 417	187 554
	Montante bruto	0	-392 985		-392 985	156 834
	Parte dos resseguradores	0	1 151 402		1 151 402	30 719
4.5	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	0	-210 510		-210 510	80 284
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	0	0		0	0
	Montante bruto	0	0		0	0
	Parte dos resseguradores	0	0		0	0
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	0	0		0	0
15/21/22	Custos e gastos de exploração líquidos	0	934 191		934 191	1 048 778
	Custos de aquisição	0	891 241		891 241	884 206
	Custos de aquisição diferidos (variação)	0	-1 396		-1 396	-4 671
	Gastos administrativos	0	956 232		956 232	940 964
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	0	-911 885		-911 885	-771 721
16	Rendimentos	0	767 744	41 017	808 761	835 933
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	572 802	0	572 802	596 553
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	0	194 942	41 017	235 959	239 379
21/22	Gastos financeiros	0	317 528	14 561	332 089	313 041
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	93 798	678	94 475	62 963
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	0	223 730	13 883	237 613	250 078

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC n.º 31942

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
17/18	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	0	26 163	2 000	28 163	312 275
	De ativos disponíveis para venda	0	66 369	0	66 369	311 605
	De empréstimos e contas a receber	0	0	0	0	0
	De investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0	0
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0	0	0		
	De outros	0	-40 206	2 000	-38 206	670
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Diferenças de câmbio	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0	0	0	0	0
6./18	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	0	38 501	22 113	60 614	315 329
	De ativos disponíveis para venda	0	38 501	0	38 501	177 685
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	0	0	0	0	0
	De investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0	0
	De outros	0	0	22 113	22 113	137 644
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	0	-27 853	0	-27 853	68 604
13	Outras provisões (variação)	0	0	-169 051	-169 051	-311 264
	Outros rendimentos/gastos	0	0	760 788	760 788	105 321
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0	0	0	0	0
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	0	284 880	936 182	1 221 063	392 726
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	0	29 965	98 472	128 437	103 578
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	0	-1 384	-4 549	-5 933	-52 338
26	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0	256 300	842 260	1 098 559	341 486

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC n.º 31942

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia,
Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Ações próprias	Outros instrumentos de capital			Reservas de reavaliação		
				Instru-mentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio
	Balanco a 31 de Dezembro n-1 (balanco de abertura)	5 011 046	0	0	0	0	0	602 838	736 721
	Correções de erros (IAS 8)	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	0	0	0	0	0	0	0	0
	Balanco de abertura alterado	5 011 046	0	0	0	0	0	602 838	736 721
25	Aumentos/reduções de capital	34 012	0	0	0	0	0	0	0
	Transacção de ações próprias	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0	0	0	0	0
26.2	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	0	669 936	0
26.2	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0	0	0	0	0	0	0	51 852
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	0	0	0	0	0	0	0	0
24	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	0	0	0	0	0	0	0	0
	Distribuição de reservas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Distribuição de lucros/prejuízos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações de estimativas contabilísticas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total das variações do capital próprio	34 012	0	0	0	0	0	669 936	51 852
	Resultado líquido do período	0	0	0	0	0	0	0	0
	Distribuição antecipada de lucros	0	0	0	0	0	0	0	0
	Balanco a 31 de Dezembro n	5 045 058	0	0	0	0	0	1 272 774	788 573

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC n.º 31942

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E CONTA DE GANHOS E PERDAS

1. Informações gerais

1.1 Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu País de registo e o endereço da Sede registada (e o local principal dos negócios, se diferente da Sede registada).

A Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., doravante designada por Mútua ou Companhia, foi constituída em 1942, e desde 01 de Janeiro de 2004 adotou a forma jurídica de Cooperativa de Responsabilidade Limitada.

Tem a sua sede e domicílio fiscal na Av. Santos Dumont, 57- 6º, 7º, e 8º - 1050 – 202 Lisboa.

1.2 Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera.

A Mútua dedica-se ao exercício da atividade de seguros não – vida, nos ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos em Coisas (designado por Multirriscos) e Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por “Marítimo”).

Tradicionalmente, os ramos mais importantes, em termos de volumes de prémios, são os ramos de Acidentes de Trabalho, com 52% e Marítimo com 33%, cabendo a Acidentes Pessoais 12% e ao Multirriscos 3%, do total dos prémios emitidos em 2017, centrados na totalidade em Portugal.

A Mútua não comercializa contratos de investimento ou de prestação de serviços.

2. Informação por segmentos

2.1 Indicação dos tipos de produtos e serviços incluídos em cada segmento de negócio relatado, referindo a composição de cada segmento geográfico relatado, quer principal quer secundário.

Considera-se um segmento de negócio a um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, também sujeito a riscos e proveitos.

A Mútua considera o segmento de negócio como o segmento principal, e efetua o seu relato da informação por ramos, como segue: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos em Coisas e Marítimo.

Modalidades incluídas em cada segmento de negócio:

Acidentes de Trabalho

- Trabalhadores por Conta de Outrem
- Trabalhadores Independentes
- Subscritores da Caixa Geral de Aposentações
- Transferência de Pensões

Acidentes Pessoais

- Individual/Grupo, Escolar, Formandos, Bombeiros, Autarcas
- Lazer (onde se inclui o Desporto Amador), Viagem, Mergulho, Pesca Desportiva

Seguros Patrimoniais

- Incêndio
- Multirriscos (Habitação, Condomínio, PME)
- Aquacultura

Marítimo

- Cascos – Embarcações de Pesca
- Cascos – Embarcações de Marítimo/Turística e de barcos de recreio.

No segmento de França apenas estão incluídas as seguintes modalidades:

Acidentes Pessoais

- Individual/Grupo

Marítimo

- Cascos – Embarcações de Pesca

Nota – A partir de 2013 a Mútua abandonou progressivamente o mercado de França. Em 2017 não se registou qualquer prémio de seguro direto e de resseguro apenas se mantem as provisões.

2.2 Relato por segmentos de negócio e por segmentos geográficos.

A produção de prémios por segmentos, de negócio e geográfico, constam dos quadros abaixo.

2017

(valores em euros)

Resultado por Segmento Negócio	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais	Incêndio e Elem. Natureza	Multi Riscos	Marítimo	Total Não Vida
Prémios Brutos Emitidos	4.428.325	1.040.523	922	269.307	2.774.628	8.513.705
Prémios de Resseguro Cedido	344.983	370.589	830	237.090	2.122.553	3.076.044
Prémios Adquiridos Líquidos Resseguro	4.065.024	660.921	94	32.010	645.334	5.403.384
Custos Sinistro Líquidos Resseguro	3.720.416	237.048	0	47.916	799.469	4.804.849
Custos Exploração Líquidos Resseguro	312.352	334.738	70	53.920	233.111	934.191
Resultados dos Investimentos	437.871	1.778	18	-693	-1.096	437.879
Resultado Técnico	485.540	92.524	-191	-55.443	-237.550	284.880
Provisões Técnicas	13.561.003	852.478	2.720	251.318	3.322.256	17.989.775
Investimentos Afetos à Representação das Provisões Técnicas	22.990.796	1.167.860	3.726	402.865	4.551.356	29.116.603

2016

(valores em euros)

Resultado por Segmento Negócio	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais	Incêndio e Elem. Natureza	Multi Riscos	Marítimo	Total Não Vida
Prémios Brutos Emitidos	4.543.175	987.247	922	270.959	2.713.677	8.515.981
Prémios de Resseguro Cedido	128.426	359.539	830	237.973	2.106.645	2.833.413
Prémios Adquiridos Líquidos Resseguro	4.396.777	624.093	93	33.481	599.749	5.654.194
Custos Sinistro Líquidos Resseguro	4.300.628	208.174	0	41.972	586.658	5.137.433
Custos Exploração Líquidos Resseguro	335.868	137.658	125	69.986	505.142	1.048.778
Resultados dos Investimentos	546.304	20.321	42	9.048	104.816	680.532
Resultado Técnico	303.280	298.581	8	-79.356	-454.283	68.230
Provisões Técnicas	13.478.651	867.526	2.781	344.558	3.971.267	18.664.783
Investimentos Afetos à Representação das Provisões Técnicas	21.619.375	1.116.230	3.336	443.022	5.109.436	28.291.399

(valores em euros)

Resultado por Segmento Geográfico	2017			2016		
	Portugal	França	Totais	Portugal	França	Totais
Prémios Brutos Emitidos	8.513.705	0	8.513.705	8.515.981	0	8.515.981
Prémios de Resseguro Cedido	3.076.044	0	3.076.044	2.833.413	0	2.833.413
Prémios Adquiridos Líquidos Resseguro	5.403.384	0	5.403.384	5.654.194	0	5.654.194
Custos Sinistro Líquidos Resseguro	4.804.849	0	4.804.849	5.137.433	0	5.137.433
Custos Exploração Líquidos Resseguro	934.191	0	934.191	1.048.778	0	1.048.778
Resultados dos Investimentos	437.630	249	437.879	680.159	373	680.532
Resultado Técnico	284.632	249	284.880	67.858	373	68.230
Provisões Técnicas	17.979.556	10.219	17.989.775	18.654.564	10.219	18.664.783
Investimentos Afetos à Representação das Provisões Técnicas	29.100.063	16.540	29.116.603	28.275.909	15.490	28.291.399

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

3.1 Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das Demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos ativos, passivos e rubricas do capital próprio, relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentemente alterado pelas Normas n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro, n.º 22/2010-R, de 16 de dezembro, e ainda de acordo com outras normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros emitidas pela ASF, incluindo a última a n.º 10/2016-R, de 15 setembro.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 3º, do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) com o objetivo de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro, dos fluxos de caixa e demonstração do rendimento integral, de forma compreensível para os utentes e com utilidade determinada pela relevância, fiabilidade e comparabilidade.

As demonstrações financeiras estão elaboradas em respeito aos pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros, e estão expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida a 03 de março 2018.

a) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objetivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis à Companhia:

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo.

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para ativos e passivos ao justo valor através de ganhos e perdas em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em ganhos e perdas.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado,
- que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou
- que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, à exceção da categoria dos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transação reconhecidos em ganhos e perdas.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado ativo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado ativo. Um mercado é considerado ativo se ocorrerem transações de forma regular.

O desreconhecimento dos ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do ativo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Mútua tenha transferido o controlo sobre esses ativos.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capital próprio até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capital próprio é transferido para ganhos e perdas.

Para os ativos financeiros em que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer perda por imparidade registada por contrapartida de ganhos e perdas.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Imparidade

A Mútua avalia, em cada data de relato, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está em imparidade. Considera-se que um ativo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objetiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos ativos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

b) Passivos financeirosEmpréstimos obtidos e contas a pagar

A Mútua classifica os passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, à exceção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transação reconhecidos em ganhos e perdas.

O desreconhecimento do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em ganhos e perdas.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na conta de ganhos e perdas aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efetivo.

c) Resseguro

No decurso da sua atividade a Mútua cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua atividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

d) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

As rubricas do capital próprio resultam das várias bases de mensuração utilizadas.

O capital social acima dos 5 000 000€ é transferido para passivo, de acordo com o normativo contabilístico, exceto o fundo mutualista (ver Nota 28.2 e quadro 29.2).

e) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após

o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva. Sempre que se registem indícios de que um ativo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os ativos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa a Mútua considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

g) Provisões não técnicas

A Mútua constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e esta possa ser determinada com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

h) Imóveis de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são mensurados através do seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos. A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

i) Imóveis de rendimento

Os imóveis de rendimento são os imóveis detidos pela Mútua com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

j) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Mútua no decurso da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Mútua.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

Outros Ativos Fixos Tangíveis	% Amortização
Equipamento Administrativo	20
Máquinas e Ferramentas	20
Equipamento Informático	33,33
Instalações Interiores	10
Material de Transporte	25
Equipamento Hospitalar	20
Outro Equipamento	12,5
Património Artístico	12,5

Um item do ativo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

A Mútua efetua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

k) Imparidade de Ativos não financeiros

A Mútua avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado ativo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um ativo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a Companhia estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o ativo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a Mútua reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, caso contrário deverão permanecer ao custo.

l) LocaçõesLocações Operacionais

Os pagamentos efetuados pela Mútua no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações Financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

m) Contratos de seguro

A Mútua emite contratos de seguro, que cobrem riscos cobertos pelas respetivas apólices. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, cosseguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões administrativas são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

Dado que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos reflete a parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes.

O valor desta provisão resultou do cálculo contrato a contrato, por aplicação do método "pro-rata temporis" de acordo com Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, a partir dos prémios brutos emitidos do seguro direto.

As despesas relativas aos custos de aquisição de contratos de seguro são diferidos acompanhando o diferimento dos prémios não adquiridos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, relativos a exercícios seguintes, são mensurados tendo por base um método atuarial, no caso dos seguros e operações cujo período de cobertura seja superior a um ano.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Mútua espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do período, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

O método de cálculo para a provisão de sinistros não declarados tem por base o nº de sinistros e a média de custos por sinistros.

Determinação de quantidade de sinistros abertos após o ano de ocorrência – construção de uma matriz de run-off ano de ocorrência versus ano de abertura aplicando o método de Link-ratios average;

Determinação do custo médio dos sinistros – valor encontrado a partir do L-Ultimate obtido na triangularização da provisão para sinistros (Montantes Pagos) dividido pelo nº último de sinistros.

A estimativa do montante necessário de provisão é encontrada pela multiplicação dos fatores atrás indicados.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima. A quota-parte do

resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rentabilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Mútua.

n) Provisão para o FAT

A Mútua registou na rubrica de impostos correntes um passivo, que corresponde ao valor atualizado das responsabilidades da Companhia com o Fundo de Acidentes de Trabalho ("FAT").

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, ativo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

3.2 Descrição da natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas.

Novas normas e alterações das normas e interpretações:

A Mútua procedeu à aplicação de determinadas normas e alterações pela primeira vez, que são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

A Mútua não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida mas que ainda não esteja em vigor. Embora estas novas normas e alterações aplicadas pela primeira vez em 2017, as mesmas não apresentaram qualquer impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Mútua.

A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração apresenta-se como seguem:

Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efectivas a 1 de janeiro de 2017.

IAS 7 (revisão) - Revisão às divulgações - (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017).

Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 12 (revisão) - Impostos sobre o rendimento - Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017).

Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.3 Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente:

- (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros;
- (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e

(iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

O Regulamento da EU 2017/1988, de 3 de novembro, alargou a possibilidade de tal adiamento a conglomerados financeiros (que incluem bancos e seguradoras). A norma quando aplicada terá impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 15 (nova), Rédito de contratos com clientes (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 16 (nova) - Locações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019)

Esta nova norma substitui a IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 4 (alteração) - Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9) (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. A Mútua irá aplicar esta isenção e adotar a IFRS 4 em 2021.

Alterações à IFRS 15, Rédito de contratos com clientes (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.3.1 Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou.

Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017).

Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não é expectável que a adopção futura destas melhorias tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 40 (alteração) - Transferência de propriedades de investimento (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não é expectável que a adopção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 2 (alteração) - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018).

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente cash-settled e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente cash-settled para liquidado com capital próprio equity-settled. Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio equity-settled, quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 9 (alteração) - Elementos de pré-pagamento com compensação negativa - (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019).

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 28 (alteração), Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.

Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua visto não apresentar investimentos desta natureza.

Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019).

Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não é expectável que a adoção futura destas melhorias tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 17 (nova) - Contratos de seguro (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021)

Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (building block approach) ou simplificado (premium allocation approach). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.4 Interpretações

IFRIC 22 (nova) - Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018).

Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A data da transação determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não é expectável que a adoção futura desta interpretação tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRIC 23 (nova) - Incerteza sobre o tratamento de Impostos sobre o rendimento (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019).

Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta interpretação tenha impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.5 Descrição das principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, com indicação dos principais pressupostos relativos aos exercícios seguintes, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data do balanço, que apresentem um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante os próximos exercícios financeiros.

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

As estimativas contabilísticas referentes às provisões para sinistros usam custo médio do sinistro para o respetivo cálculo ou avaliação por perito. Uma alteração significativa destes valores estimados tem impacto significativo nas provisões constituídas.

A taxa de juro técnica da provisão matemática tem por base o ponto 4) ii. e uma baixa significativa na taxa de rendimento dos investimentos a representar esta provisão tem um impacto forte no seu valor.

Provisão para recibos por cobrar

O ajustamento para Recibos Por Cobrar tem implícita a possibilidade de devolução de saldos credores em conta corrente. Uma maior taxa de devolução implica menores valores para cobrança e conseqüentemente maior volume de recibos de prémio por cobrar.

Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros

A Companhia mensura os seus instrumentos financeiros tais como os ativos financeiros disponíveis para venda, imóveis de uso próprio e de rendimento ao justo valor.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados ativos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do método dos cash flows descontados.

O justo valor de um ativo não financeiro é determinado tendo em consideração a capacidade de um participante de mercado em gerar benefícios económicos através da utilização ou alienação de um ativo a um outro participante no mercado que utilizaria esse mesmo ativo, através do seu melhor uso.

Os dados de base a estes modelos são calculados com base na informação disponível de mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca destes fatores podem afetar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

- Nível 1 - Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado ativo para um instrumento idêntico;
- Nível 2 - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer diretamente (ou seja, como preços), ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de preços em mercados cotados em mercados ativos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos ativos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam diretamente ou indiretamente observáveis a partir de dados de mercado; e
- Nível 3 - Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados não observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avalia-

ção do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para refletir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados ativos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, a Companhia determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor atual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações e bilhetes de tesouro. O objetivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflete o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado atuando numa base comercial.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Mútua determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento por parte do órgão de gestão. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Os critérios para a determinação de imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

- Instrumentos de capital

Decréscimos significativos na cotação (superior ou igual a 35%) ou prolongados no tempo (decrécimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

- Instrumentos de Dívida (Obrigações)

Dificuldade financeira significativa do emissor; apresentação à falência; Descida de rating; incumprimento de pagamento de capital ou juros; decréscimos significativos e prolongados na cotação.

A utilização de metodologias alternativas bem como de diferentes pressupostos poderá resultar diferenças significativas com o consequente impacto nos resultados

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia, sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e activos de resseguro

4.1 Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro, incluindo nomeadamente:

a) Informação acerca das políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro e a activos, passivos, rendimentos e custos ou ganhos relacionados:

Como referido em 3.1 onde são descritas as bases de mensuração usadas é utilizado o princípio da especialização dos exercícios.

A Mútua realiza no final de cada exercício especializações contabilísticas de custos e proveitos.

i. Provisão para Prémios Não Adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes.

O valor desta provisão resultou do cálculo contrato a contrato, por aplicação do método “pro-rata temporis” de acordo com Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, a partir dos prémios brutos emitidos do seguro directo.

As despesas relativas aos custos de aquisição de contratos de seguros são diferidas acompanhando o diferimento dos prémios não adquiridos.

ii. Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Mútua suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até final do exercício, quer tenha sido participado quer não, após dedução dos montantes já pagos respeitantes a esses sinistros.

Os métodos de cálculo das provisões para sinistros são variáveis consoante os ramos e dentro destes consoante o tipo de sinistros em questão:

- Em Acidentes de Trabalho, manteve-se em 2017, o método de cálculo da Provisão para Outras Prestações e Custos relativamente aos anos anteriores.

As provisões iniciais são calculadas com base no “Custo médio da lesão” sendo atempadamente ajustadas face a uma apreciação casuística do processo.

Nos casos mais graves é feito de imediato uma avaliação individual.

- As Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com o disposto na Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de Setembro, considerando-se nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis a Tabela de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de Janeiro) e nas restantes pensões, resultantes de sinistros ocorridos até 01.01.2016, exclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2016 e até 31.12.2016, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3,5% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2017, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3 % e encargos de gestão de 1%.

- Relativamente à Provisão respeitante aos encargos com Assistência Vitalícia seguimos critérios objetivos para a sua identificação e o seu cálculo, tendo por base uma estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias e a idade do pensionista, corresponde ao valor actual da responsabilidade utilizando a Tábua de Mortalidade TV 73-77, as taxas de juro utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas das pensões "não remíveis", uma taxa de inflação de 1,7% e encargos de gestão de 1%.
- Para os sinistros de Acidentes Pessoais a provisão é definida à data do sinistro, caso a caso, e é geralmente igual ao capital seguro.
- Para os sinistros Marítimos a provisão é calculada com base no custo estimado das avarias reclamadas e/ou de peritagem.
- Nos sinistros respeitantes a Incêndio e Multi-Riscos é também utilizada a peritagem.

Na Provisão para Sinistros estão incluídos os custos estimados de gestão de sinistros correspondentes a sinistros a regularizar bem como os custos estimados dos sinistros ocorridos mas ainda não participados a 31 de dezembro. Em Acidentes de Trabalho é ainda incluída uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos mas ainda não declarados e uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados.

Adicionalmente foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho.

iii. Provisão para Riscos em Curso

Calculada de acordo com Norma Regulamentar nº. 10/2016-R, de 15 de setembro, corresponde ao valor necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedem o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Provisão constituída é o resultado do produto da soma dos rácios de custos (Sinistralidade, Cedência e Despesas de Exploração), no que excede 100%, pelos Prémios Exigíveis mais os Prémios Emitidos em Janeiro de 2018.

iv. Provisão para Desvios de Sinistralidade – Fenómenos Sísmicos

Constituída por aplicação de um factor de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia, adicionado em cada ano de um montante prudencial.

v. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

São determinadas de acordo com os mesmos critérios aplicados para o seguro directo, considerando as percentagens de cedência e o clausulado dos respectivos tratados.

vi. Ajustamento de Recibos por Cobrar e de Créditos de Cobrança Duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como finalidade adequar o montante dos prémios em cobrança ao seu valor de realização.

Os recibos de prémio de seguro por cobrar em 31 de dezembro de 2017 encontram-se refletidos na conta 40 3 Tomadores de Seguro – Recibos por cobrar.

No cálculo dos fluxos monetários a considerar para efeitos de imparidade, aplicamos os critérios estabelecidos pela ASF nomeadamente o estabelecido na circular 9/2008 de 27 novembro, considerando como indicador, numa base colectiva, os critérios anteriormente utilizados na determinação da Provisão para Recibos por Cobrar tendo em consideração as alterações posteriormente recomendadas e a nossa experiência no que respeita às liquidações obtidas através da dedução de valores nas operações de vendagem ou descarga (Lotas).

O valor apurado é registado na conta "Ajustamentos de recibos por Cobrar".

Relativamente aos créditos de cobrança duvidosa é também reconhecido, de acordo com o risco de cobrança, perdas de imparidade, cujo valor é registado na conta "Ajustamentos de créditos de Cobrança Duvidosa".

vii. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

- Os activos fixos tangíveis, estão contabilizados ao custo histórico, excepto se reavaliados legalmente.

As depreciações e amortizações estão calculadas por aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que reflectem a vida útil estimada dos bens do activo tangível.

- Inventários, contabilizados ao custo histórico.

b) Pressupostos adoptados e Resumo das principais hipóteses consideradas no Cálculo da Provisão Matemática relativa ao seguro de Acidentes de Trabalho

- Tal como referido no ponto ii) da alínea anterior em termos de Provisão Matemática, o seu valor foi calculado considerando-se, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis, a Tábua de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de janeiro) e nas restantes pensões, resultantes de sinistros ocorridos até 01.01.2016, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2016 e até 31.12.2016, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3,5% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2017, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3 % e encargos de gestão de 1%.

Na Provisão para Sinistros não Declarados manteve-se o método seguido nos anos anteriores com a inclusão dos custos de gestão imputados e uma Provisão IBNR – pensões, em AT, que corresponde a uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos mas ainda não declarados que se encontra incluída na Provisão Matemática – Presumíveis.

O aprovisionamento respeitante aos encargos com assistência vitalícia, que teve por base a estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias com uma taxa de inflação de 1,7%, corresponde ao valor actual da responsabilidade utilizando as bases técnicas aplicadas no cálculo das provisões matemáticas incluindo uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados.

Na provisão constituída para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho, foi considerado, para os processos de pensão com risco de revisão a 31.12.2017 um acréscimo de 4% na pensão anual.

c) Informação acerca das metodologias de cálculo das estimativas dos montantes a atribuir aos tomadores de seguros ou beneficiários e dos montantes efetivamente atribuídos como participação nos resultados

- Não aplicável

d) Efeito de alterações nos pressupostos usados para mensurar activos e passivos por contratos de seguro, mostrando separadamente o efeito de cada alteração que tenha um efeito material nas demonstrações financeiras
No ponto 3.3 referem-se as estimativas contabilísticas de maior impacto. A alteração dos seus pressupostos mais significativos, teria o seguinte impacto nos custos do exercício:

(em milhares de euros)

Estimativa	Alteração	Impacto
Provisão para sinistros – Custo médio ou peritagem (ano 2017)	Acréscimo 25%	609
Provisão Matemática -Taxa Juro Técnica	Descida de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5% para 3% ano sin 2016	1 057
Ajustamento de Recibos por Cobrar	Aumento da taxa de devolução de 86% para 100% nos saldos credores em conta corrente	213

Nota: O acréscimo de 25% foi considerado em Acidentes de Trabalho (Provisão para Outras Prestações e Custos) e em Acidentes Pessoais, MultiRiscos e Marítimo para a totalidade da Provisão para Sinistros, respeitante ao ano de ocorrência de 2017. Não foram considerados os Custos de Gestão.

e) Reconciliações de alterações nos passivos resultantes de contratos de seguro, nos ativos resultantes de contratos de resseguro e nos custos de aquisição diferidos relacionados

i. Explicação de reajustamentos relevantes na Provisão para sinistros (Anexo 2) e discriminação dos custos com sinistros (Anexo 3)

Os reajustamentos relevados no anexo 2 e 3 para as rubricas Provisão para Sinistros e Custos com Sinistros, respectivamente, são resultantes da actividade normal da empresa.

Realçamos no ramo Marítimo a libertação de provisão com o encerramento de 3 processos de sinistro – anos 2005, 2008 e 2012, sem responsabilidade para a Mútua.

No ramo de Acidentes de trabalho realçamos o agravamento da situação de 2 processos de sinistro – ano 2016 – com atribuição de IPP significativa e IPATH não prevista.

ii. Descrição, com relação à provisão para participação nos resultados, dos movimentos efetuados

- Não aplicável

4.2 Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

a) Objectivos, políticas e processos de gestão de riscos de contratos de seguro, métodos de gestão, processos de aceitação, avaliação, monitorização e controlo

Com a introdução do regime de Solvência II, a Mútua tem vindo a adequar a sua estrutura e os seus procedimentos com vista a dar resposta às exigências que se colocam na área da gestão de riscos.

O sistema de gestão de riscos da Mútua dos Pescadores compreende estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, a que está ou pode vir a estar exposta. Está integrado na estrutura organizacional e no processo de tomada de decisão e considera as pessoas que dirigem efectivamente a Mútua dos Pescadores ou nela são responsáveis por funções-chave e abrange todos os riscos, incluindo os riscos não considerados no cálculo do requisito de capital de solvência ou considerados apenas parcialmente. Abrange, entre outras, as áreas de subscrição e proviionamento, investimentos, gestão do risco de concentração e de liquidez, gestão do risco operacional e técnicas de mitigação do risco.

Relativamente ao Risco Específico de Seguros, definido de acordo com a Norma Regulamentar nº. 14/2005- R de 29 de novembro e que corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de aprovisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro, realçamos:

i. No Desenho de Produtos (novo produto):

O risco surge nesta fase ligado aos processos de desenho de produtos e de tarifação e consiste na empresa assumir riscos não identificados na fase de desenho e de definição do preço do seguro.

Neste contexto indicamos como princípios orientadores:

- O enquadramento nos vectores estratégicos definidos pela empresa;
- A identificação do público-alvo e das suas necessidades;
- A análise de mercado, com as suas constantes evoluções;
- A identificação e avaliação dos principais riscos associados a esse produto; Estabelecimento de limites de subscrição;
- E o seu enquadramento na política de resseguro da empresa;

ii. Na Aceitação de riscos (Risco de Subscrição)

O risco aparece relacionado com a selecção dos riscos a segurar e com a respectiva relação com o nível de prémios a praticar.

Globalmente os princípios orientadores são:

- Dispor de um normativo alinhado com os vectores estratégicos definidos pela empresa e com os Tratados de Resseguro;
- Enquadramento crítico com o praticado no mercado e com os resultados de exploração interna;
- Proceder a uma correcta análise de risco integrando toda a sua dimensão económica e social;
- Assegurar o seu alinhamento com as condições existentes nos tratados de resseguro.

Mais especificamente temos:

Acidentes de Trabalho

- Tarifário definido por tipo de actividade profissional e dentro da actividade piscatória por tipo de pesca;

- Limites de subscrição (limitação ao capital a segurar) estabelecidos para fora da Pesca e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Director Técnico e para o Director Coordenador.
 - A aceitação de riscos no estrangeiro, nos termos definidos pela nova Apólice Uniforme, em qualquer actividade profissional, fica dependente de consulta ao Departamento Técnico.
- Informação difundida por toda a rede externa através de circulares.

Acidentes Pessoais

- Tarifário definido consoante o risco da actividade.
- Limites de subscrição estabelecidos para os capitais por Morte e/ou Invalidez Permanente/pessoa e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Director Técnico e para o Director Coordenador.

Multi Riscos (Habitação, Condomínio e Empresas)

- Tarifário definido para os riscos base de cada uma destas coberturas, bem como para as coberturas complementares;
- Prémio e franquias na cobertura do risco de fenómenos sísmicos de acordo com o estudo feito pela Associação Portuguesa de Seguradores.
- Por princípio, não fazemos cobertura de Riscos Industriais.
- Limites de subscrição estabelecidos por capital e risco.

Marítimo

Pesca, Recreio e Marítimo – Turística

- A aceitação do risco é precedida do conhecimento do proprietário da embarcação, da situação económica da empresa, sobretudo de pesca e da vistoria efectuada à embarcação, quando o montante de capital, a idade da embarcação a segurar e outros fatores que pontualmente o justifiquem, bem como as coberturas pretendidas o exigirem.
- Dentro do tarifário e das regras definidas há competência da rede externa para a aceitação do risco.
- Limites de subscrição para o Ramo Marítimo, estabelecidos em circular específica.

Procedimentos de Controlo

- A utilização de plataformas informáticas a nível integrado e em particular nas áreas da subscrição e gestão de sinistros, com a gestão automática de alertas, introdução de limites com as respectivas autonomias, são as principais ferramentas de controlo interno, a par de análises regulares efectuadas e monitorizadas pelo Comité de Gestão.
- No final de cada anuidade as condições de renovação de cada contrato são, de acordo com os resultados de exploração desse mesmo contrato, analisadas e decididas pela Chefia do Sector de Produção e/ou pelo Director Técnico da Mútua, sem prejuízo das medidas de acompanhamento geral da carteira, via saneamento e sempre na perspectiva de “visão cliente”.
- A denúncia de qualquer contrato por iniciativa da Mútua, desde que não resulte de falta de pagamento de prémio, é essencialmente motivada pela avaliação do risco, como sejam as condições de segurança, as condições de navegabilidade e conservação da embarcação, a sinistralidade e ainda o risco moral.
- Esta responsabilidade é da estrita competência do Director Técnico da Mútua.

iii. No Risco de Prémio

Ligado à subscrição é o risco de os prémios não serem suficientes para a cobertura de todas as obrigações decorrentes desses contratos (sub tarifação)

- A fim de aferir a adequação e suficiência dos prémios praticados em relação aos vários ramos em análise é tomado em consideração todos os proveitos e custos, nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos, resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados e ainda resultados financeiros afectos aos vários ramos.
- São analisadas as contas técnicas para cada um dos ramos, antes e depois de resseguro, procedendo à comparação entre os custos técnicos afectos ao ramo e os proveitos técnicos correspondentes.
- É analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

iv. No Risco de Provisionamento

Corresponde ao risco de a empresa efectuar um provisionamento de responsabilidades inadequado.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Provisionamento. Na nota 4.1 detalham-se os métodos de cálculo das provisões.

A sua monitorização é efectuada pela Função Actuarial, no âmbito das suas funções, procedendo a uma avaliação da suficiência das Provisões Técnicas através de métodos actuariais.

A evolução da comparação entre 1) os montantes pagos dos ramos não vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo em Acidentes de Trabalho as responsabilidades vida (provisões matemáticas e assistência vitalícia) e 2) a estimativa final de custo, é como segue:

Montantes Pagos líquidos de Reembolsos (valores acumulados)

(valor em euros)

Ano de ocorrência	Anos decorridos							
	0	1	2	3	4	5	6	7
2010	4 740 494	5 965 941	6 070 030	6 062 429	6 029 409	6 069 537	6 099 248	6 510 019
2011	3 007 226	4 142 678	4 296 574	4 328 968	4 367 453	4 373 961	4 374 121	
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304		
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661			
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603				
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478					
2016	2 614 035	4 148 544						
2017	1 935 842							

Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos (valores acumulados)

(valor em euros)

Ano de ocorrência	Anos decorridos							
	0	1	2	3	4	5	6	7
2010	7 200 347	6 925 897	6 795 536	6 596 446	6 552 625	6 586 690	6 530 617	6 552 960
2011	5 004 027	4 804 803	4 694 438	4 604 004	4 602 058	4 575 710	4 575 776	
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335		
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063			
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155				
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764					
2016	5 145 990	4 704 943						
2017	4 373 225							

v. Na Gestão de sinistros

Este risco advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades devido a uma insuficiente gestão dos processos.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Gestão de Sinistros.

O Director Técnico e por suas instruções, os serviços técnicos, bem como os serviços clínicos, devem acompanhar a gestão dos processos de sinistro e respectivas provisões.

Particularmente nas provisões matemáticas, é efectuada uma análise em que se acompanha as alterações nas provisões derivadas da alteração dos graus de incapacidade e tipo de desvalorização estimados comparativamente com as incapacidades definidas pelos médicos e posteriormente com aquelas que são fixadas nos Tribunais de Trabalho em sede de conciliação.

Mantém-se, também nos Acidentes de Trabalho, no risco respeitante à assistência vitalícia, critérios objectivos para a sua identificação e evolução.

vi. No Resseguro

Com o objectivo de mitigar ou diversificar os riscos a que se encontra exposta ou pode vir a encontrar-se exposta, a Mútua celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora.

Ramos Não Vida	Tipo de Resseguro
Acidentes de Trabalho	Não Proporcional
Acidentes Pessoais	Proporcional e Não Proporcional
Incêndio e Outros Danos	Proporcional
Marítimo	Proporcional e Não Proporcional

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Resseguro.

Os seus princípios orientadores são:

- Privilegiar uma relação de longo prazo com os resseguradores e fomentar uma participação dos mesmos em todos os ramos, de forma equilibrada, de modo a acompanharem o nosso negócio de uma forma global.
- A escolha dos resseguradores deverá ter em linha de conta a sua solidez financeira, a sua fiabilidade, imagem no mercado e o seu rating.
- Privilegiar a repartição do risco de forma proporcional e a protecção da nossa retenção para eventos + significativos (cúmulos).
- E assegurar o constante alinhamento do negócio com as condições existentes nos tratados de resseguro.

O risco Específico de Seguros é assim mitigado pela política de resseguro (e nalguns casos também de co-seguro) através da qual transfere uma parte dos seus riscos para um conjunto de resseguradores (seguradoras).

A exposição aos maiores riscos está salvaguardada pela protecção dos respetivos tratados de resseguro.

b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores**Análises de sensibilidade**

Procedemos à análise da sensibilidade da tarifa através da criação de 2 cenários e verificando o seu impacto ao nível da PRC.

Cenário 1

Descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5% para 3% ano sin 2016.

Verificação do seu impacto na Provisão Matemática de AT e na PRC.

Cenário 2

AT- Impacto da descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5% para 3% ano sin 2016 e acréscimo na Provisão para Outras Prestações e Custos em 25% para o ano de 2017.

Outros Ramos – Acréscimo na Provisão para Sinistros em 25% para o ano de sinistro de 2017.

Impactos	Variação nas provisões		PRC (ano ocorrência)	
	2017	2016	2017	2016
Cenário 1	0	1 212	96,1%	102,1%
Cenário 2	214	1 446	101,0%	107,3%

Quadro comparativo

	AT		AP		Multiriscos		Marítimo	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
PRC	96,07%	101,47%	97,71%	84,99%	124,96%	136,86%	116,77%	127,79%
Choques								
Cenário 1	96,07%	102,13%						
Cenário 2	100,98%	107,30%	100,65%	87,86%	125,28%	137,91%	119,81%	130,80%

Concentração de Riscos

A concentração dos riscos pode originar perdas significativas o que levou a Mútua a empreender esforços, em anos anteriores, na diversificação do seu negócio ao nível dos clientes, dos produtos e ainda a nível geográfico.

Em 2015 invertimos a tendência de decréscimo de prémios que vínhamos sentido desde 2010.

Houve um aumento dos prémios na área da Marítima-Turística o que veio reforçar o vector da Náutica de Recreio mas sem impactos relevantes a nível da concentração.

Em 2016 prosseguimos na diversificação da nossa carteira com um forte crescimento de prémios em Acidentes de Trabalho, em actividades fora da pesca e também na área da Marítimo Turística.

Esta situação originou, por um lado, uma muito ligeira alteração na repartição da nossa produção por vector estratégico e, por outro lado a uma maior concentração da nossa carteira em Acidentes de Trabalho.

Um dos riscos identificados é a grande concentração dos riscos na atividade da Pesca (71%) e no ramo de Acidentes de Trabalho, atendendo que 53,3% do volume de negócios de 2016 resultou dos negócios relativos a esse ramo.

A Mútua dos Pescadores foi fundada essencialmente para dar resposta às necessidades de seguros do setor da Pesca, tendo diversificado a sua atividade ao público em geral, dentro dos vectores estratégicos definidos e da nossa área geográfica.

Em 2017 a Mútua manteve a grande concentração de riscos na actividade da pesca (72%) com uma ligeira redução do peso dos Acidentes de Trabalho para 52%.

A Mútua mantém a sua estratégia de diversificação de carteira, para outras áreas, que não pesca, mas essencialmente ligadas ao mar, onde tem especialização reconhecida no mercado, bem como pretende reduzir a sua exposição ao risco de Acidentes de Trabalho através da recomposição da sua carteira de prémios, com a redução gradual do peso dos Acidentes de Trabalho e aposta forte nas actividades ligadas ao mar – Marítimo Pesca, Marítimo Turística e Recreio.

Outro risco que advém da própria atividade da pesca é a acumulação em cada unidade de produção (barco), do risco dos homens (AT e AP) e do bem patrimonial – (Marítimo-casco).

Esta situação é assumida e mitigada através de contratos de resseguro (Proporcionais e em Excesso de Perda) para todos os ramos, que têm em conta essa realidade.

É efectuada a análise da provisão para sinistros relativamente a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos.

Ponto 4.1 alínea e) i. (Anexo2)

4.3 Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

Risco de Mercado

O Risco de Mercado está associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da empresa derivadas de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de câmbio, das taxas de juro e dos preços do mercado imobiliário.

Este risco incorpora ainda o risco associado ao uso de produtos derivados e similares e ainda o risco de inadequação da gestão activo/passivo.

As decisões e orientações da Mútua dos Pescadores sobre os seus investimentos, em muito condicionam a exposição ao risco de mercado, tendo portanto grande relevância o estipulado na política de investimentos, avaliação de activos e passivos e cálculo de capital.

Essa política estabelece um conjunto de regras e procedimentos que guiam o processo de investimento, com base no princípio do gestor prudente, prosseguindo uma gestão no exclusivo interesse dos segurados e dos beneficiários, evitando um inadequado risco de perda e procurando obter um rendimento adequado ao risco incorrido e aos compromissos assumidos.

Dentro do risco de mercado, o risco de imobiliário é o risco mais relevante.

De modo a equilibrar a sensibilidade entre os títulos de dívida e as nossas responsabilidades face às variações das taxas de juro mantemos a política de ajustamento dos nossos investimentos em obrigações de dívida pública (taxa fixa), com maturidades elevadas.

Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontram a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber dos mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de spread.

Assim, o risco de crédito prende-se essencialmente com os tomadores de seguro e com os resseguradores.

A distribuição dos saldos devedores dos resseguradores, é analisada como segue:

(valores em euros)

2017			2016	
Rating	%	Valor Mercado (em €)	%	Valor Mercado (em €)
AA-	42,50%	132.963,75	21,38%	11.341,92
A+	25,22%	78.899,74	0,00%	0,00
A	0,60%	1.868,48	33,14%	17.577,73
A-	31,68%	99.101,64	37,45%	19.864,25
Unrated	0,00%	0,00	8,04%	4.264,27
Total Geral		312.833,61		53.048,17

De acordo com a política de Resseguro estabelecida, a sua escolha tem em linha de conta a sua solidez financeira, imagem no mercado e o seu rating (alínea a) do ponto 4.2).

É privilegiado, nos nossos contratos de resseguro, a participação dos Resseguradores a 100% na Provisão para Sinistros para os sinistros abrangidos pelos tratados, o que se verifica em Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo e Multi Riscos.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Cobranças.

Neste contexto, relativamente aos tomadores de seguro e a fim de apurar os fluxos monetários a considerar para efeitos de imparidade, a Mútua considera como indicador, numa base colectiva, os critérios anteriormente utilizados na determinação da Provisão para Recibos por Cobrar tendo em consideração as alterações posteriormente recomendadas e a nossa experiência no que respeita às liquidações obtidas através da dedução de valores nas operações de vendagem ou descarga (Lotas).

São efectuadas análises de sensibilidade considerando variações na taxa de devolução dos saldos credores em conta corrente – (alínea d) do ponto 4.1)

Impacto no valor do “Ajustamentos de recibos por cobrar”.

Em relação aos nossos colaboradores e mediadores há um acompanhamento permanente por parte dos nossos serviços.

Risco Operacional

O risco operacional é o risco associado às perdas que resultem do desempenho da actividade diária da empresa de seguros.

A Mútua prossegue no levantamento e na identificação dos riscos.

De forma a mitigar este risco a Mútua prossegue na instalação de uma nova plataforma – e-GIS que permite entre outras funções, um melhor controlo do risco operacional nas operações de subscrição, cotação e prestação de contas.

Também neste contexto foram implementados indicadores de gestão.

Destacam-se ainda como medidas de mitigação:

- Existência de Código de Conduta e a
- Implementação de medidas relacionadas com o acesso às bases de dados e sistemas de informação;

4.4 Perdas por imparidade reconhecida e revertida relativamente a ativos de resseguro

- As situações indicadas não se verificaram.

4.5 Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

4.5.1 Adequação dos prémios

Conforme descrito em 4.2 alínea a) iii é analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

(valores em euros)

	PRC 2017		PRC 2016	
	Rácios	Provisão	Rácios	Provisão
AT	96,07%	0,00	101,47%	48 175,85
AP	97,71%	0,00	84,99%	0,00
INC	96,20%	0,00	102,08%	35,28
MRISCOS	124,96%	41 332,00	136,86%	60 663,13
MARITIMO	116,77%	236 143,30	127,79%	384 111,52
Total		277 475,30		492 985,79

Em Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais os prémios auferidos no exercício de 2017 mostraram-se suficientes para fazer face aos custos incorridos nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos e resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados, não sendo necessário constituir provisão para riscos em curso nesses ramos. Em contrapartida foi constituída provisão para riscos em curso em Incêndio e Outros elementos da Natureza - Riscos múltiplos e em Marítimo. Houve uma melhoria significativa nos rácios face à redução de sinistralidade nestes ramos não sendo no entanto suficiente para fazer face a todos os custos incorridos.

4.5.2 Adequação das provisões

- Em Acidentes de Trabalho, comparando-se os valores obtidos pelo método “Chain Ladder” e a provisão calculada com base no método tradicional – “Custo médio por lesão” – acrescida da Provisão para Sinistros Não Declarados - conclui-se que o aprovisionamento é suficiente e ajustado.
- Os cálculos das provisões matemáticas das pensões de Acidentes de Trabalho bem como das provisões relativas à “Assistência Vitalícia” estão de acordo com as Bases Técnicas definidas.

- Foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de Acidentes de Trabalho.
- Em Marítimo a provisão para sinistros mostra-se adequada.
- Em Acidentes Pessoais e em Incêndio e Multi-riscos, as provisões são suficientes.

4.6 Rácios

Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto																		
Ramos	Acidentes de Trabalho			Acidentes Pessoais			Incêndio			Multirriscos			Marítimo			Total		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Rácio Sinistralidade	102%	97%	92%	53%	35%	29%	0%	0%	0%	37%	52%	14%	92%	76%	65%	90%	82%	73%
Rácio de Despesas	7%	7%	7%	30%	32%	58%	40%	49%	46%	52%	59%	51%	36%	37%	29%	21%	21%	22%
Rácio Combinado	110%	105%	99%	84%	67%	87%	40%	49%	46%	89%	111%	65%	128%	113%	94%	112%	103%	95%

Incluindo a Modalidade do Desporto Amador, nos Acidentes Pessoais, transferida a 100% para a Partner Re.

Estes rácios foram calculados sobre os Prémios Brutos Emitidos.

Em 2017 verificamos um desagravamento global dos rácios com excepção de Acidentes Pessoais em virtude do montante das despesas imputadas ao ramo.

Os rácios abaixo indicados são calculados sobre os Prémios adquiridos e respeitam ao ano de ocorrência do sinistro.

Ano de ocorrência (PRC)																	
Ramos	Ac.Trabalho			Ac.Pessoais			Incêndio			Multirriscos			Marítimo				
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017		
Rácio Sinistros	85,84%	92,53%	82,39%	34,45%	35,75%	30,60%	0,00%	0,00%	0,00%	26,43%	24,79%	18,00%	35,38%	32,64%	32,96%		
Rácio Cedência	9,87%	2,84%	7,82%	39,01%	36,57%	35,87%	83,27%	89,89%	90,00%	82,93%	87,73%	88,03%	77,15%	77,69%	76,58%		
Rácio de Despesas	7,26%	7,42%	7,08%	7,60%	13,99%	32,48%	11,09%	13,51%	7,39%	25,21%	25,65%	20,16%	12,84%	18,79%	8,46%		
Rácio Operacional	101,47%	101,47%	96,07%	79,53%	84,99%	97,71%	92,80%	102,08%	96,20%	133,09%	136,86%	124,96%	123,84%	127,79%	116,77%		

4.7 Sinistros reembolsáveis

(valores em euros)

Acidentes de Trabalho	
Ano de ocorrência	Montantes recuperáveis
2009	0
2010	71 147
2011	0
2012	0
2013	1 265
2014	91 712
2015	44 227
2016	2 509
2017	20 163
Total	231 024

(valores em euros)

Marítimo	
Ano de ocorrência	Montantes recuperáveis
2003	2 250
2009	12 300
2011	0
2012	27 977
2013	0
2014	0
2015	44 655
2016	0
2017	0
Total	87 182

Acidentes de trabalho

Nos Acidentes de trabalho, em 2017, ocorreram 6 sinistros com envolvimento de terceiros aguardando-se a posição das congéneres e respectiva evolução.

Dos 5 sinistros com envolvimento de terceiros de 2016 apenas um já foi aceite pela congénere aguardando posição final relativamente aos restantes.

De 2015 mantêm-se 3 processos com estimativa de reembolso, aguardando-se a sua conclusão.

De 2014 mantém um processo em aberto a aguardar conclusão.

De 2013 mantêm-se 1 processo com estimativa de reembolso, aguardando-se a sua liquidação.

Mantém-se em recuperação parcial o sinistro de viação ocorrido em 2010 com a tripulação da embarcação "Fascínios do Mar".

Marítimo

Em Marítimo temos 6 processos em tribunal, 3 com pedidos de indemnização cível, 1 com decisão favorável à Mutua aguardando-se a liquidação e 2 em fase de análise pelos n/ serviços jurídicos.

5. Passivos por contratos de investimento

- Não aplicável

6. Instrumentos financeiros

6.1 Inventário das participações e instrumentos financeiros;

- O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do Anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o seu resumo como segue:

(valores em euros)

Resumo das Participações e Instrumentos Financeiros	2017	2016
Investimentos em Filiais, Associados e Empreendimentos Conjuntos	689 604	65 504
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	0	0
Ativos Financeiros classificados no reconhecimento inicial a Justo Valor através de Ganhos e Perdas	0	0
Derivados de cobertura	0	0
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	20 958 063	19 248 970
Depósitos a Prazo	950 561	1 501 801
Investimentos a deter até à maturidade	251 610	692 528
Total Participações e Instrumentos Financeiros	22 849 838	21 508 803
Outros Ativos Financeiros	3 331	2 365
Total Ativos Financeiros	22 853 169	21 511 168

6.2 Empréstimos e contas a receber ao Justo valor;

- Não aplicável

6.3 Passivos financeiros ao Justo valor;

- Não aplicável

6.4 Informações sobre as reclassificações, incluindo impactos e razão das mesmas;

Em 2017 não procedemos à reclassificação de títulos.

Impacto atual da reclassificação efetuada em 2011

(valores em euros)

Impacto da reclassificação	
Títulos avaliados ao custo amortizado	245 544,57
Títulos avaliados ao justo valor	255 100,00
Diferença entre o valor dos títulos avaliados ao custo amortizado e ao justo valor	-9 555,43

A Mútua dos Pescadores mantém a intenção positiva e capacidade para deter os investimentos até à maturidade.

A distribuição da nossa carteira das Obrigações, é a seguinte:

98,7% classificadas como "Disponíveis para Venda" e 1,3% classificadas como "Detidas até à Maturidade".

Todos os nossos títulos apresentam liquidez no mercado financeiro.

6.5 Desreconhecimento de ativos financeiros

- Não aplicável

6.6 Garantias colaterais

- Não aplicável

6.7 Produtos derivados e operações de reporte e empréstimo de valores

- Não aplicável

6.8 Instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos

- Não aplicável

6.9 Incumprimento em empréstimos a pagar

- Não aplicável

6.10 Indicação para as classes de ativos financeiros e passivos financeiros não valorizados a justo valor

Os ativos financeiros abaixo indicados não valorizados ao justo valor, pela reclassificação ocorrida em 2011, passaram a estar valorizados ao custo amortizado, bem como os indicados no ponto 6.12.

ATIVOS FINANCEIROS A DETER ATÉ À MATURIDADE - 31/12/2017								
Código	Designação	Montante nominal	Val. ao Custo amortizado		Juro decorrido	Valor total de balanço*	Val. ao Justo Valor	
			%V.Nominal	Total			%V.Nominal	Total
	1 - Títulos nacionais							
	1.2 - Títulos de dívida							
	1.2.1 - De dívida pública							
PTOTENOE0018	O.T.-Junho-4,45%-15/06/2018	250 000,00	98,22%	245 544,57	6 065,41	251 609,98	102,04%	255 100,00
	sub-total			245 544,57	6 065,41	251 609,98		255 100,00
	TOTAL GERAL			245 544,57	6 065,41	251 609,98		255 100,00

*Inclui o valor dos juros decorridos

ATIVOS FINANCEIROS A DETER ATÉ À MATURIDADE - 31/12/2016								
Código	Designação	Montante nominal	Val. ao Custo amortizado		Juro decorrido	Valor total de balanço*	Val. ao Justo Valor	
			%V.Nominal	Total			%V.Nominal	Total
	1 - Títulos nacionais							
	1.2 - Títulos de dívida							
	1.2.1 - De dívida pública							
PTOTELOE0010	O.T.-Outubro-4,35%-16/10/2017	450 000,00	98,03%	441 112,65	4 011,27	445 123,92	103,58%	466 110,00
PTOTENOE0018	O.T.-Junho-4,45%-15/06/2018	250 000,00	96,54%	241 354,98	6 048,84	247 403,82	106,25%	265 625,00
	sub-total			682 467,63	10 060,11	692 527,74		731 735,00
	TOTAL GERAL			682 467,63	10 060,11	692 527,74		731 735,00

*Inclui o valor dos juros decorridos

Não foram emitidos instrumentos de dívida.

6.11 Descrição relativa ao apuramento do justo valor:

- a) O justo valor dos ativos financeiros foi definido pelas cotações de fecho em mercado regulamentado, para os instrumentos financeiros. Nos terrenos e edifícios os justos valores foram atribuídos por avaliação efectuada por avaliador independente, através da utilização do Método do Rendimento e do Método Comparativo de Mercado.
- b) Avaliações com pressupostos não suportados em preços de transações no mercado;
– Não aplicável
- c) Reconhecimento se a diferença entre o justo valor inicial e o preço de transação traduz alteração de fatores relevantes para o mercado;
– Não aplicável.

6.12 Para as classes de ativos financeiros e passivos financeiros não valorizados a justo valor:

- a) Nos casos em que não podem ser mensurados com fiabilidade, indicação da sua não divulgação, referindo a causa.
– Não aplicável
- b) Descrição dos instrumentos financeiros e das quantias escrituradas, bem como uma explicação da razão pela qual o seu justo valor não pôde ser mensurado com fiabilidade

ii) Passivos financeiros

(valores em euros)

	2017	2016
Depósitos recebidos dos resseguradores	2 801 644	4 094 958

c) Mercado existente para esses instrumentos e indicação sobre se e como a empresa pretende alienar os instrumentos financeiros

- Não há mercado para os instrumentos anteriores.

d) Desreconhecimentos efetuados, discriminando a sua quantia escriturada à data do desreconhecimento, assim como o total dos ganhos e perdas reconhecido

- Não aplicável

Contabilidade de cobertura

6.13 Descrição dos diversos tipos de cobertura e dos instrumentos financeiros utilizados como instrumentos de cobertura e o seu justo valor à data do relato, assim como, a natureza dos riscos a serem cobertos.

- Não aplicável.

6.14 Idem

6.15 Idem

6.16 Informação qualitativa para avaliar a natureza e a extensão dos riscos de instrumentos financeiros, nomeadamente:

- a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período

Os instrumentos financeiros estão expostos aos riscos de mercado (Risco de taxa de Juro, Risco Accionista, Risco Imobiliário, Risco de Spread, Risco de Liquidez e Risco de Concentração) e ao Risco de Crédito tal como no exercício anterior. Não temos exposição ao risco cambial.

b) Os objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos usados para os gerir não sofreram alterações no período. A política de investimentos encontra-se definida em Norma Interna de acordo com o art.º 9 da Norma Regulamentar 13/2003 –R de 17 de Julho da ASF e encontra-se actualizada.

Essa política estabelece um conjunto de regras e procedimentos que guiam o processo de investimento, com base no princípio do gestor prudente, prosseguindo uma gestão no exclusivo interesse dos segurados e dos beneficiários, evitando um inadequado risco de perda e procurando obter um rendimento adequado ao risco incorrido e aos compromissos assumidos.

A sua monitorização é efectuada pelo Comité de Gestão.

A gestão dos ativos é feita internamente desde o início de 2009.

A plataforma “Thomas Reuters Eikon” permite o acompanhamento diário da evolução dos mercados, a definição de alertas (caso haja alterações nas cotações, ratings, etc.) para os ativos financeiros que compõem a carteira.

Os riscos de mercado e os riscos de crédito são geridos com base na política de investimentos em vigor, respeitando as regras de afetação dos ativos por classe e tipo de emitente, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes.

O risco de concentração em entidades/empresas também é analisado analiticamente e trimestralmente, tendo especial impacto aquando da decisão na aquisição de novos produtos financeiros, com o intuito de diversificarmos a nossa carteira reduzindo a exposição a determinadas entidades/empresas.

Indicadores de análise:

• **Risco de Taxa de Juro**

A natureza dos títulos e cálculo da “duration” das obrigações como aferidor do risco da taxa de juro.

A sua avaliação é efectuada através da análise do impacto, na nossa carteira de ativos, de variações (choques) da taxa de juro.

• **Risco Accionista e Risco Imobiliário**

O Risco relativo às ações e imóveis são analisados através de cenários.

• **Risco de Concentração**

Análise dos títulos por tipo de indústria/ Por entidade.

É feita uma diversificação sectorial dos nossos investimentos a fim de minimizar a exposição ao risco de concentração numa determinada indústria.

• **Risco de Spread**

Análise dos títulos por rating.

• **Risco de Liquidez**

Este risco surge associado à incerteza quanto ao montante e momento de ocorrência dos fluxos de caixa relacionados com a actividade seguradora o que poderá originar custos adicionais para obter a liquidez necessária.

Neste contexto a Mútua acompanha de forma próxima a sua situação de tesouraria com elaboração de orçamentos quinzenais.

Procede ainda a uma análise à maturidade da sua carteira de obrigações.

6.17 Informação quantitativa para avaliar a natureza e a extensão dos riscos de instrumentos financeiros para cada tipo de risco, nomeadamente:

a) A exposição ao risco está repartida em 70% no mercado monetário e obrigacionista, 5% no mercado accionista e 25% no mercado Imobiliário. No mercado obrigacionista os riscos provêm da evolução desfavorável da cotação por razões de mercado dos títulos representativos de dívida, a que estão sujeitos 67% do valor total, correspondendo a 20,5 milhões de euros (obrigações e juros).

Os títulos com rendimento variável (ações, partes capital em associadas, títulos de participação e unidades de participação) estão também sujeitas aos riscos de evolução desfavorável da cotação. Nesta classificação temos 1,5 milhões de euros que representam 5% do total.

Os imóveis correspondem a 25% do total com cerca de 7,6 milhões de euros, valor exposto ao risco de diminuição das avaliações. Nenhum imóvel tem avaliações com mais de 3 anos.

2017

Carteira Global a 31.12.2017	Valor a 31.12.2017	Juros a receber	Total da Carteira	Peso na Carteira por RISCO	% TOTAL
OBRIGAÇÕES	20 263 125,93	282 516,84	20 545 642,77	89,21%	67,04%
DEPOSITOS A PRAZO	950 000,00	560,76	950 560,76	4,13%	3,10%
<i>Carteira sem Risco</i>	21 213 125,93	283 077,60	21 496 203,54	93,34%	70,15%
ACÇÕES	298 002,93	0,00	298 002,93	1,29%	0,97%
PARTES CAPEM ASSOCIADAS	689 603,92	0,00	689 603,92	2,99%	2,25%
OUTROS INVESTIMENTOS	2 500,00	0,00	2 500,00	0,01%	0,01%
TITULOS PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
UNIDADES PARTICIPAÇÃO	366 858,21	0,00	366 858,21	1,59%	1,20%
EMPRESTIMO HIPOTECARIO	176 421,43	0,00	176 421,43	0,77%	0,58%
<i>Carteira com Risco</i>	1 533 386,49	0,00	1 533 386,49	6,66%	5,00%
SUBTOTAL	22 746 512,42	283 077,60	23 029 590,03	100,00%	75,15%
IMOVEIS	7 615 300,26	0,00	7 615 300,26		24,85%
TOTAL	30 361 812,68	283 077,60	30 644 890,29		100,00%

Nota: Em 2017 foram incluídas nas obrigações as acções preferenciais que são avaliadas como “obrigações” em termos de riscos de mercado.

2016

Carteira Global a 31.12.2015	Valor a 31.12.2016	Juros a receber	Total da Carteira	Peso na Carteira por RISCO	% TOTAL
OBRIGAÇÕES	18 608 836,65	281 305,30	18 890 141,95	87,12%	64,56%
DEPOSITOS A PRAZO	1 500 000,00	1 801,04	1 501 801,04	6,93%	5,13%
<i>Carteira sem Risco</i>	20 108 836,65	283 106,34	20 391 942,99	94,04%	69,69%
ACÇÕES	662 802,79	1 741,67	664 544,46	3,06%	2,27%
PARTES CAPEM ASSOCIADAS	65 504,40	0,00	65 504,40	0,30%	0,22%
OUTROS INVESTIMENTOS	2 500,00	0,00	2 500,00	0,01%	0,01%
TITULOS PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
UNIDADES PARTICIPAÇÃO	386 676,08	0,00	386 676,08	1,78%	1,32%
EMPRESTIMO HIPOTECARIO	172 694,36	0,00	172 694,36	0,80%	0,59%
<i>Carteira com Risco</i>	1 290 177,63	1 741,67	1 291 919,30	5,96%	4,42%
SUBTOTAL	21 399 014,28	284 848,01	21 683 862,29	100,00%	74,11%
IMOVEIS	7 575 600,00	0,00	7 575 600,00		25,89%
TOTAL	28 974 614,28	284 848,01	29 259 462,29		100,00%

Quadro detalhado relativo às obrigações dividida por ratings do emitente no quadro abaixo.

(valores em euros)

2017			2016		
Rating	Nº	Valor Mercado (em €)	Rating	Nº	Valor Mercado (em €)
AAA	0	-	AAA	0	-
AA+	0	-	AA+	0	-
AA	7	1 894 225	AA	6	1 701 845
AA-	7	1 518 945	AA-	8	1 642 895
A+	0	-	A+	0	-
A	1	119 650	A	0	-
A-	1	203 800	A-	9	2 494 935
BBB+	16	4 030 410	BBB+	8	1 023 670
BBB	20	4 410 210	BBB	14	3 266 825
BBB-	22	5 638 733	BBB-	24	5 371 307
BB+	2	265 280	BB+	3	606 730
BB	3	477 898	BB	2	258 940
BB-	3	322 370	BB-	2	310 490
B+	0	-	B+	3	463 160
B	0	-	B	2	195 270
B-	1	100 750	B-	0	-
ND	4	1 280 855	ND	4	1 272 770
Total Geral	87	20 263 126	Total Geral	85	18 608 837

Este valor respeita a títulos de dívida onde se incluí os de dívida pública que representam cerca de 70,6% do valor da n/ carteira de obrigações. Relativamente aos depósitos a Prazo, a exposição ao risco de crédito é de 950 000 euros. Note-se que a maturidade dos depósitos é variada e de curto prazo.

(valores em euros)

BANCO	Rating	Valor
CGD	BB-	300 000
Banco Popular	A3	200 000
CCAM	ND	450 000
TOTAL		950 000

c) Ativos financeiros em imparidade

Mantiveram-se em 2017 os critérios para a consideração de um ativo como estando em imparidade.

- Instrumentos de capital

Ações e Unidades de Participação com decréscimos significativos na cotação (\geq a 35%) ou prolongados no tempo (decréscimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

- Instrumentos de Dívida

- Obrigações

Dificuldade financeira significativa do emitente; apresentação à falência; Descida de rating; incumprimento de pagamento de capital ou juros; decréscimos significativos e prolongados na cotação.

Em 2017 registámos imparidade nos seguintes ativos:

Ações		(valores em euros)
ES0178430E18	TELEFONICA	2 437,36
PTBCP0AM0007	BCP - Nom. Port. Reg.	42 820,41
PARTES CAPITAL EMPR.GRUPO		
992910016501	Ariarte - Exp. Imp. Comercialização, Lda.	22 113,15
TOTAL		67 370,92

d) Ativos obtidos como garantias colaterais
– Não aplicável

e) Maturidade dos passivos financeiros
– Não aplicável

f) Análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado

Análises de sensibilidade

Risco de Spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. A exposição ao risco é essencialmente as obrigações Corporate.

(valores em euros)

Rating	2017		2016	
	%	Valor Mercado (em €)	%	Valor Mercado (em €)
AA-	2%	101 680	2%	106 080
A	2%	119 650	0%	-
A-	3%	203 800	2%	121 310
BBB+	16%	953 825	15%	1 023 670
BBB	21%	1 270 990	11%	737 460
BBB-	16%	967 260	25%	1 689 780
BB+	4%	265 280	9%	606 730
BB	8%	477 898	4%	258 940
BB-	5%	322 370	5%	310 490
B+	0%	-	7%	463 160
B	0%	-	3%	195 270
B-	2%	100 750	0%	-
ND	21%	1 280 855	19%	1 272 770
Total Geral	100%	6 064 358	100%	6 785 660

Risco Acionista

Este risco prende-se com as perdas decorrentes de alterações ocorridas no mercado das acções. As acções, títulos e unidades de participação representam 3% da nossa carteira de ativos mobiliários.

I Cenário - SEM MEDIDAS DE TRANSIÇÃO

	2017	2016
Ações Cotadas EEA ou OECD	40,9%	37,6%
Ações Não cotadas	50,9%	47,6%
Ações Estratégicas - cotadas	22,0%	22,0%
Ações Estratégicas - não cotadas	22,0%	22,0%

(valores em euros)

Ações	2017		2016	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Antes do Choque	Impacto do Choque (VM)	Antes do Choque	Impacto do Choque (VM)
VM tipo 1 - cotadas ou EEA/OCDE	627 642,09	256 710,25	938 569	352 552
VM tipo 2 - não cotadas	103 732,71	52 800,72	180 656	85 925
VM tipo 3 Estratégicas cotadas	0	0	0	0
VM tipo 4 Estratégicas não cotadas	689 604	151 713	0	0

II Cenário - COM MEDIDAS DE TRANSIÇÃO
(só aplicável a ações compradas até 01.01.2016)

	2017	2016
Ações Cotadas EEA ou OECD	24,4%	22,0%
Ações Não cotadas	24,4%	47,6%
Ações Estratégicas - cotadas	22,0%	22,0%
Ações Estratégicas - não cotadas	22,0%	22,0%

(valores em euros)

Ações	2017		2016	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Antes do Choque	Impacto do Choque (VM)	Antes do Choque	Impacto do Choque (VM)
VM tipo 1 - cotadas ou EEA/OCDE	627 642,09	155 121,89	938 569	206 828
VM tipo 2 - não cotadas	103 732,71	51 803,52	180 656	85 925
VM tipo 3 Estratégicas cotadas	0	0	0	0
VM tipo 4 Estratégicas não cotadas	689 604	151 713	0	0

Risco Imobiliário

Pretende capturar os efeitos das alterações no mercado imobiliário. Dado o peso dos imóveis na nossa carteira de Investimentos este risco apresenta valores relevantes. Choque nos Imóveis – Quebra de 25% no valor dos Imóveis

(valores em euros)

	Antes do Choque	Impacto do Choque	Depois do Choque
Imóveis 2017	7 587 669	1 896 917	5 690 751
Imóveis 2016	7 575 600	1 893 900	5 681 700

Nota: Em 2017 foram incluídas as unidades de participação no Fundo imobiliário - Fundimo e as amortizações nos imóveis de uso próprio.

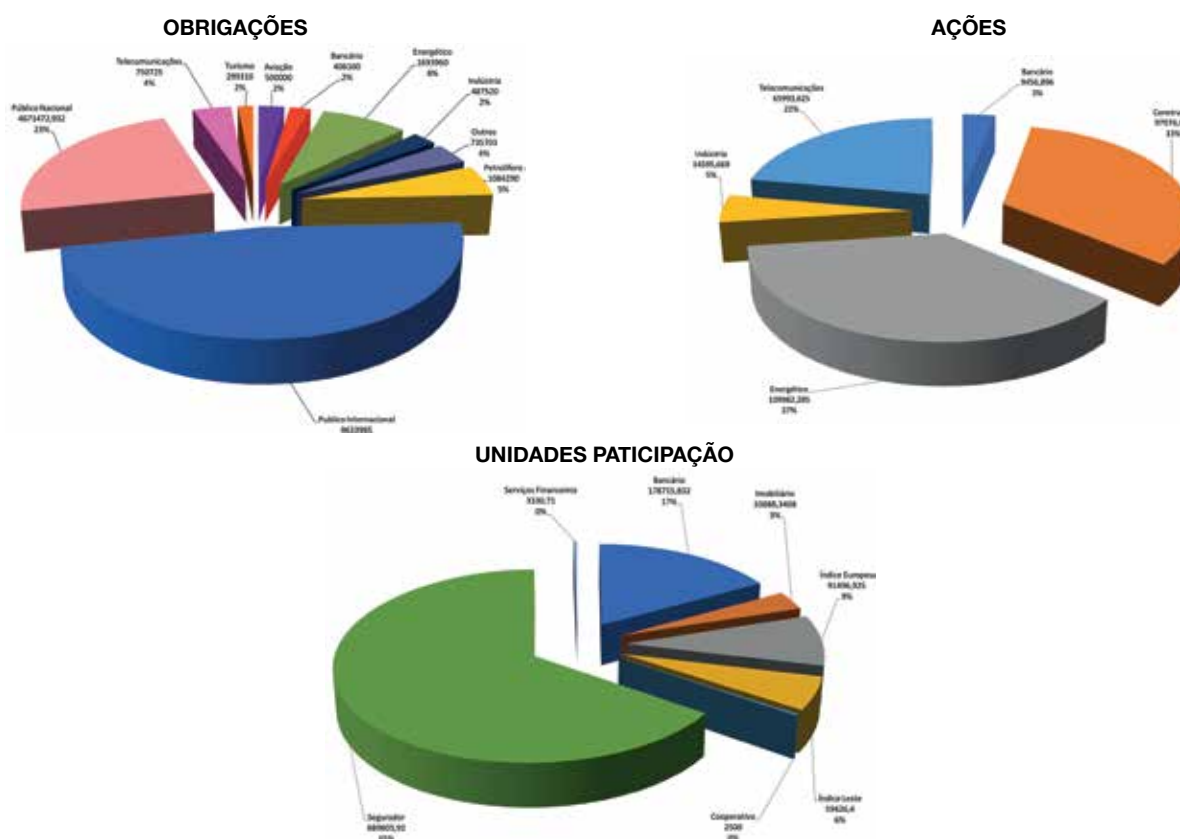
Risco Cambial

Não temos exposição ao risco cambial.

Risco de Concentração

Neste risco é levado em conta a concentração por contraparte. É feita ainda uma diversificação sectorial dos nossos investimentos a fim de minimizar a exposição ao risco de concentração numa determinada indústria.

Assim a repartição dos nossos ativos (Obrigações, ações e unidades de participação) é a que se segue:



Risco de Liquidez

Análise da maturidade da carteira de obrigações.

(valores em euros)

2017			2016		
Ano da Maturidade	Valor Nominal	Nº de Obrigações	Ano da Maturidade	Valor Nominal	Nº de Obrigações
2018	850 000	5	2017	1 050 000	6
2019-2020	1 200 000	9	2018-2019	1 250 000	8
2021-2022	3 106 000	16	2020-2021	1 575 000	11
2023-2024	1 950 000	10	2022-2023	4 150 000	19
2025-2026	3 200 000	15	2024-2025	1 600 000	8
2027-2029	1 450 000	7	2026-2029	2 300 000	12
2030-2035	3 650 000	11	2030-2035	3 350 000	10
2036-2040	2 386 662	9	2036-2040	2 336 662	9
>2040	1 100 000	5	>2040	300 000	2
Total Geral	18 892 662	87	Total Geral	17 911 662	85

7 Investimentos em filiais e associadas

7.1 As presentes demonstrações financeiras são separadas.

7.2 Os investimentos em Filiais e Associadas contabilizados pelo MEP:

(valores em euros)

	2017	2016
Ariarte, Ld. ^a	0	0
Consulinter, SA	0	0
Ponto Seguro, Ld. ^a	689 604	65 504
	689 604	65 604

7.3 As empresas acima não estão cotadas.

7.4 Em relação à associada Ponto Seguro, indica-se a percentagem de participação, o Capital Próprio e o Resultado do último exercício apurado:

PONTO SEGURO – Mediação de Seguros, Lda. – (100%)

Avenida Santos Dumont, 57-2º Esq. - 1050 – 202 Lisboa

Resultado Líquido: 88.446€

Capitais Próprios: 744.440€

Valores de 2016

7.5 Não há derrogações à presunção da influência significativa resultante da percentagem de participação.

7.6 Não há restrições, resultantes de acordos, à capacidade das associadas para transferir fundos.

8 Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

8.1 Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem no balanço:

(valores em euros)

	2017	2016
Caixa e seus Equivalentes	4 494	4 332
Depósitos à Ordem	573 605	705 116
Total	578 099	709 448

Demonstração Fluxos de Caixa 2017 = 578.099€ - Ver Nota nº. 34.

8.2 Saldos significativos de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, detidos pela empresa que não estejam disponíveis para uso do grupo

- Não aplicável

9 Terrenos e edifícios

9.1 Modelo de Valorização aplicado

Após o reconhecimento inicial ao custo, foi utilizado o modelo de revalorização para os imóveis de uso próprio e o modelo do justo valor para os imóveis de rendimento.

A valorização dos imóveis é atribuída ao justo valor por avaliador independente.

As alterações no justo valor dos imóveis de rendimento são contabilizadas em ganhos e perdas e as alterações do justo valor nos imóveis de uso próprio são contabilizados em reservas, exceto, conforme previsto na IAS 16, quando existe uma desvalorização e não existe reserva constituída é levado a resultados, até à concorrência do valor existente na reserva.

9.2 Descrição dos critérios utilizados para distinguir terrenos e edifícios de rendimento de terrenos e edifícios de uso próprio

A distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e de uso próprio é feita pelo uso para os últimos e pelo arrendamento ou perspectiva de arrendamento para os primeiros.

Modelo do Justo Valor

9.3 Indicar em que medida o justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento se baseia numa valorização de um avaliador independente

O justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento foi determinado por avaliadores independentes com experiência profissional relevante e conhecedores do mercado imobiliário.

9.4 Descrição dos métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor dos terrenos e edifícios

Os peritos avaliadores determinaram o presumível valor de transação (PVT) com base no Método Comparativo ou de Mercado e pelo Método do Custo de Reposição.

9.5 Reconciliação ente as quantias escrituradas dos terrenos e edifícios no início e no fim do período

Reconciliações entre as quantias escrituradas dos terrenos e edifícios de rendimento e de uso próprio, no início e no fim do período, avaliados em 2017:

(valores em euros)

Terrenos e Edifícios	Última Avaliação	Valor Bruto de Balanço			Contas de Balanço					Ganhos e Perdas	Total
		2017	2016	Dif.	Beneficiações	Amortizações Acumuladas	Reservas Reavaliação	Transf.	Aquisições	Avaliações	
de uso Próprio	2017	784 000	750 000	34 000	0	-22 765	42 030	0	0	14 734	34 000
de uso Próprio	**	2 575 000	2 575 000	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-Total		3 359 000	3 325 000	34 000	0	-22 765	42 030	0	0	14 734	34 000
de Rendimento	2017	1 813 935	1 808 234	5 700	58 640	0	0	0	0	-52 940	5 700
de Rendimento	**	2 442 365	2 442 365	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-Total		4 256 300	4 250 600	5 700	58 640	0	0	0	0	-52 940	5 700
Total		7 615 300	7 575 600	39 700	58 640	-22 765	42 030	0	0	-38 206	39 700

**Avaliações em anos anteriores inferior a 3 anos

(valores em euros)

Terrenos e Edifícios	Valor Bruto				Amortizações Acumuladas		Valor Líquido					
	Terrenos		Edifícios		Edifícios		Terrenos		Edifícios		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
de Uso Próprio	1 026 228	1 016 783	2 332 772	2 308 217	61 520	47 391	1 026 228	1 016 783	2 271 252	2 260 826	3 297 480	3 277 609
de Rendimento	1 429 972	1 435 617	2 826 328	2 814 983	0	0	1 429 972	1 435 617	2 826 328	2 814 983	4 256 300	4 250 600
Total	2 456 200	2 452 400	5 159 100	5 123 200	61 520	47 391	2 456 200	2 452 400	5 097 580	5 075 809	7 553 780	7 528 209

Modelo do custo

9.6 a 9.9 - Não aplicável

Modelo de revalorização

9.10 Critérios e taxas

• Nos imóveis de uso próprio, a quantia escriturada bruta foi determinada por avaliação independente com base no valor esperado de transação no mercado. A depreciação foi feita com base na vida útil resultante da tabela do Decreto Regulamentar 25/2009 e sucessivas alterações, sendo a última introduzida pelo Dec. Regulamentar 4/2015, de 22 Abril, e os anos de utilidade esperada remanescente ou com base no total de anos de utilidade atribuídos pelo avaliador e o período remanescente. É este período que determina a taxa, que é constante.

- A quantia escriturada bruta e as depreciações e amortizações acumuladas no início e fim de 2017 estão no quadro seguinte:

Vidas uteis e taxas de depreciação usadas

(valores em euros)

Descrição do ativo imobilizado	Ativo imobilizado	Anos de utilidade esperada	Depreciações e Amortizações do Exercício		Amortizações acumuladas (Saldo Inicial)	Regularização amortização exercício	Regularização amortizações acumuladas	Amortizações acumuladas (Saldo Final)
			Taxas	Valores				
EDIFÍCIOS								
Av. Santos Dumont, 57-6º.Dto-Lisboa	199 814	55	1,79	3 568	3 568	0	0	7 136
Av. Santos Dumont, 57-6º.Esq.-Lisboa	143 315	55	1,79	2 559	2 559	0	0	5 118
Av. Santos Dumont, 57-7º.Dto-Lisboa	199 814	55	1,79	3 568	3 568	0	0	7 136
Av. Santos Dumont, 57-7º.Esq-Lisboa	143 315	55	1,79	2 559	2 559	0	0	5 118
Av. Santos Dumont, 57-8º Esq/Sotão-Lisboa	219 088	55	1,79	3 912	3 912	0	0	7 825
Av. Santos Dumont, 57-8º Dº-Lisboa	191 537	55	1,79	3 420	3 420	0	0	6 841
Rua Carlos Reis, 2 - Lisboa	71 500	64	1,47	1 051	0	0	0	1 051
R. Caminhos de Ferro, 4/8 - Lojas -Fr.B-Olhão	56 300	33	3,03	1 706	0	0	0	1 706
R. de Lisboa, 50 - Ponta Delgada	68 000	23	4,17	2 833	2 833	0	0	5 667
Av. da Liberdade,37-37 A a I -Sesimbra	193 000	33	3,03	5 848	0	0	0	5 848
Lg. Franc. A. Maurício, 7 - 1ºB-Portimão	45 700	43	2,33	1 063	2 031	-1 063	-2 031	0
R. do Sabão,65-67-4º-Frac.Q-Funchal	34 844	33	2,94	1 025	1 025	0	0	2 050
R. do Sabão,65-67-4º-Frac.R-Funchal	40 156	33	2,94	1 181	1 181	0	0	2 362
Av.Porto Pesca,Lt.-1-B-Frac.A-Peniche	269 840	42	2,38	6 425	11 932	-6 425	-11 932	0
R.Brito Cunha,325-r/c-AU-Matosinhos	100 000	55	1,82	1 818	0	0	0	1 818
R. Nova, 1 - Angústias -Horta	64 500	35	2,86	1 843	0	0	0	1 843
Av.José Estevão,nº595-A-G.Nazaré	38 000	57	1,75	667	1 264	-667	-1 264	0
Av.Manuel Remigio-Lj Dt.ª-Nazaré	133 000	64	1,56	2 078	3 803	-2 078	-3 803	0
Av.Inf.D.Henrique-nº1340-r/c Esqª-Fr.A- VConde	121 049	58	1,72	2 087	3 734	-2 087	-3 734	0
Total	2 332 772			49 213	47 391	-12 319	-22 765	61 520

Reconciliação entre as quantias escrituradas no início e fim do período dos imóveis de uso próprio. - Ver parágrafo 9.5

9.11 Indicação da data de eficácia de revalorização, dos métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos itens e se esteve ou não envolvido um avaliador independente

Data da eficácia da revalorização mais antiga é de 2015 e a quantia escriturada bruta resulta de avaliação independente.

9.12 Determinação do justo valor

A determinação do justo valor foi efetuada com base em avaliações independentes - Ver 9.5

9.13 Indicação da quantia escriturada que teria sido reconhecida se os ativos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo de custo. Se os ativos tivessem sido escriturados ao modelo de custo, a quantia escriturada seria:

(valores em euros)

Imóveis de Uso Próprio	2017	2016
Valorizado ao Modelo Custo	3 093 280	3 093 280
Valorizado ao Modelo de Revalorização ao Justo Valor (a)	3 359 000	3 325 000

(a)

(valores em euros)

Imóveis de Uso Próprio	2017	2016
Valor bruto em 01 janeiro	3 325 000	3 362 140
Transferência pª imóvel Amortizações Acumuladas-Revalorização	-22 765	-20 180
Revalorização - Valor pª Reserva Reavaliação	42 030	20 340
Ajustamento (Avaliação) – Rendimentos	14 734	-37 300
Valor bruto em 31 dezembro	3 359 000	3 325 000

9.14 Indicação do excedente de revalorização

O excedente de revalorização, referente a Terrenos e Edifícios de Uso Próprio, teve a seguinte evolução:

(valores em euros)			
Reservas de Reavaliação - Terrenos e Edifícios	2017	2016	
Valor em 01 Janeiro	736 721	752 124	
Transferência RR para Resultados Transitados	-2 498	-854	
Regularizações Amortizações Exercício	12 319	0	
Avaliações de Imóveis	42 030	-14.549	
Valor em 31 Dezembro	788 573	736 721	

9.15 Indicação dos aumentos ou reduções de revalorizações e de perdas por imparidade reconhecidas ou revertidas diretamente no capital próprio de acordo com a IAS 36, assim como, reconhecidas ou revertidas em ganhos e perdas

Aumentos ou reduções resultantes de revalorizações reconhecidas no capital próprio e em ganhos e perdas estão refletidos no parágrafo 9.5.

Terrenos e edifícios de rendimento

9.16 Descrição das circunstâncias em que os interesses de propriedade detidos em locações operacionais são classificados e contabilizados como terrenos e edifícios de rendimento

Não temos edifícios em locação operacional, nem em locação financeira.

9.17 Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Quantias reconhecidas em ganhos e perdas, relativas a imóveis de rendimento

Rendimentos e Gastos Operacionais Diretos (incluindo reparações e manutenção)

(valores em euros)			
Imóveis	2017	2016	Diferença
Rendimento dos Imóveis (de Rendimento)	192 667	192 234	433
Gastos de conservação e manutenção:			
Imóveis de Uso Próprio	10 005	8 667	1 338
Imóveis de Rendimento	4 008	1 602	2 406

9.18 Restrições na capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento ou de recebimento de proventos de rendimento ou proventos de alienação, assim como obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver terrenos e edifícios

- Não existem tais restrições ou obrigações.

9.19 Indicação da informação exigida na nota 9.8, separada para casos excepcionais em que há clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada

- Não aplicável

Terrenos e edifícios de uso próprio

9.20 Restrições de titularidade e ativos dados como garantia de passivos

- Não existem tais situações.

9.21 Dispêndios no decurso da construção de imóveis

- Não foram construídos imóveis para uso próprio no exercício.

9.22 Compromissos contratuais para aquisição de ativos

- Não existem tais compromissos.

9.23 Compensação de terceiros por itens do ativo que estejam em imparidade ou cedidos

- Não aplicável.

10. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Nos ativos fixos tangíveis a base da mensuração é ao valor histórico.

As respetivas depreciações e amortizações são calculadas conforme a tabela do Decreto Regulamentar 25/2009 e sucessivas alterações, sendo a última introduzida pelo Dec. Regulamentar 4/2015, de 22 Abril.

- Informação já mencionada nas notas 9.20 a 9.23 para outros ativos fixos tangíveis.

2017

(valores em euros)

Descrição	Valor Bruto de Balanço			Contas de Balanço				Total
	2017 (Saldo Inicial)	2017 (Saldo Final)	Diferença	Aumentos	Diminuições	Abates	Transferências	
Outros Ativos								
Equipamento Administrativo	304 263	310 958	6 694	6 694	0	0	0	6 694
Maquinas e Ferramentas	37 091	37 091	0	0	0	0	0	0
Equipamento Informatico	628 519	660 664	32 145	32 145	0	0	0	32 145
Instalações Interiores	22 023	22 023	0	0	0	0	0	0
Material de Transporte	293 840	279 849	-13 991	0	13 991	0	0	-13 991
Equipamento Hospitalar	53 863	53 863	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	14 163	14 163	0	0	0	0	0	0
Património Artístico	27 149	27 149	0	0	0	0	0	0
Total	1 380 911	1 405 760	24 849	38 839	13 991	0	0	24 849
Amortizações Acumuladas								
Equipamento Administrativo	296 219	304 424	8 205	8 205	0	0	0	8 205
Maquinas e Ferramentas	36 087	36 656	569	569	0	0	0	569
Equipamento Informatico	576 251	615 975	39 724	39 724	0	0	0	39 724
Instalações Interiores	22 023	22 023	0	0	0	0	0	0
Material de Transporte	216 740	236 605	19 865	26 861	6 996	0	0	19 865
Equipamento Hospitalar	53 863	53 863	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	36 811	38 312	1 501	1 501	0	0	0	1 501
Património Artístico	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1 237 995	1 307 858	69 863	76 859	6 996	0	0	69 863

2016

(valores em euros)

Descrição	Valor Bruto de Balanço			Contas de Balanço				Total
	2016 (Saldo Inicial)	2016 (Saldo Final)	Diferença	Aumentos	Diminuições	Abates	Transferências	
Outros Ativos								
Equipamento Administrativo	303 898	304 263	365	365	0	0	0	365
Maquinas e Ferramentas	36 522	37 091	570	1 098	0	528	0	570
Equipamento Informatico	550 718	628 519	77 801	77 801	0	0	0	77 801
Instalações Interiores	22 023	22 023	0	0	0	0	0	0
Material de Transporte	260 202	293 840	33 638	86 489	0	52 851	0	33 638
Equipamento Hospitalar	53 863	53 863	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	14 163	14 163	0	0	0	0	0	0
Património Artístico	27 149	27 149	0	0	0	0	0	0
Total	1 268 538	1 380 911	112 373	165 752	0	53 379	0	112 373
Amortizações Acumuladas								
Equipamento Administrativo	287 171	296 219	9 048	9 048	0	0	0	9 048
Maquinas e Ferramentas	34 948	36 087	1 139	1 139	0	0	0	1 139
Equipamento Informatico	536 150	576 251	40 101	40 101	0	0	0	40 101
Instalações Interiores	20 630	22 023	1 393	1 393	0	0	0	1 393
Material de Transporte	213 841	216 740	2 899	41 699	0	38 801	0	2 899
Equipamento Hospitalar	53 863	53 863	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	35 311	36 811	1 500	1 500	0	0	0	1 500
Património Artístico	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1 181 914	1 237 995	56 080	94 881	0	38 801	0	56 080

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

(valores em euros)

	2017		2016	
	Seguros Não Vida	Não Afectos	Seguros Não Vida	Não Afectos
Caixa e Equivalentes	578 099	0	709 448	0
Terrenos e Edifícios	6 900 300	715 000	6 850 600	725 000
Investimentos em Filiais, Associados e Empreendimentos Conjuntos	0	689 604	0	65 504
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	0	0	0	0
Ativos Financeiros classificados no reconhecimento inicial a Justo Valor através de Ganhos e Perdas	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	20 955 563	2 500	19 246 470	2 500
Empréstimos concedidos e Contas a Receber	950 561	179 752	1 501 801	175 059
Investimentos a deter até à maturidade	251 610	0	692 528	0
Outros Ativos tangíveis	97 902	0	142 916	0
Outros Ativos	290 355	0	268 471	0
TOTAL	30 024 390	1 586 856	29 412 234	968 063

12. Ativos intangíveis

- Não existem.

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

13.1 Outras Provisões e Ajustamentos contas do Ativo

2017

(valores em euros)

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de Recibos por Cobrar				
4903 - De Outros Tomadores de Seguro				
4903211 - Acidentes de Trabalho	634 749	0	95 363	539 386
4903212 - Acidentes Pessoais	124 821	0	25 275	99 546
490331 - Incêndio e Outros Elementos da Natureza	5 072	0	5 032	40
490332 - Outros Danos em Coisas- Riscos Múltiplos	77 895	79	0	77 974
49035 - Marítimo	225 008	0	44 176	180 832
Sub -Total	1 067 545	79	169 846	897 778
491 - Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa				
4910 - De Filiais	0	0	0	0
4911 - De Associadas	0	0	0	0
4912 - De Outras Empresas participadas e participantes	641 957	0	641 957	0
4913 - De Outros Tomadores de Seguro				
49130 - Atividade Normal	12 619	715	0	13 334
49131 - Outros Créditos	12 797	0	0	12 797
Sub -Total	667 373	715	641 957	26 132
492 - Outras Provisões				
4920 - Impostos	0	0	0	0
4921 - Outras Provisões	0	0	0	0
Sub -Total	0	0	0	0
Total	1 734 918	794	811 803	923 910

2016

(valores em euros)

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de Recibos por Cobrar				
4903 - De Outros Tomadores de Seguro				
4903211 - Acidentes de Trabalho	709 313	0	74 564	634 749
4903212 - Acidentes Pessoais	140 035	0	15 214	124 821
490331 - Incêndio e Outros Elementos da Natureza	5 095	0	23	5 072
490332 - Outros Danos em Coisas- Riscos Múltiplos	63 348	14 547	0	77 895
49035 - Marítimo	463 636	0	238 628	225 008
Sub -Total	1 381 427	14 547	328 429	1 067 545
491 - Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa				
4910 - De Filiais	0	0	0	0
4911 - De Associadas	0	0	0	0
4912 - De Outras Empresas participadas e participantes	860 400	0	218 443	641 957
4913 - De Outros Tomadores de Seguro				
49130 - Atividade Normal	29 680	0	17 061	12 619
49131 - Outros Créditos	32 784	0	19 987	12 797
Sub -Total	922 864	0	255 491	667 373
492 - Outras Provisões				
4920 - Impostos	0	0	0	0
4921 - Outras Provisões	0	0	0	0
Sub -Total	0	0	0	0
Total	2 304 291	14 547	583.920	1 734 918

13.2.1. Natureza e momento de ocorrência de saídas (exfluxos) de benefícios Económicos resultantes dos ajustamentos e provisões constituídos
 Nos ajustamentos de recibos por cobrar os exfluxos ocorrerão ao longo dos próximos anos para os processos judiciais não executados por falta de bens do devedor. Não é possível estimar nem o momento nem o montante de tais exfluxos.
 O mesmo se passa com os ajustamentos para outros créditos sobre os tomadores de seguros.

13.3.2. Indicação, relativamente a contratos de seguro com garantias suspensas por falta de pagamento de prémios.

- Não aplicável

14. Prémios de contratos de seguro

14.1 Prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro

(valores em euros)

Ramos	Prémios Brutos Emitidos - 2017			Prémios Brutos Emitidos - 2016		
	Atividade em Portugal	Atividade em França	Total	Atividade em Portugal	Atividade em França	Total
Acidentes de Trabalho	4 428 325	0	4 428 325	4 543 175	0	4 543 175
Acidentes Pessoais:	1 040 523	0	1 040 523	987 247	0	987 247
Geral	1 040 523	0	1 040 523	987 247	0	987 247
Desporto	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Elementos da Natureza	922	0	922	922	0	922
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos:	269 307	0	269 307	270 959	0	270 959
Mútua - Lar	166 998	0	166 998	165 350	0	165 350
Mútua - Condomínio	28 082	0	28 082	26 357	0	26 357
Mútua - PME	74 226	0	74 226	79 252	0	79 252
Marítimo:	2 774 628	0	2 774 628	2 713 677	0	2 713 677
Pesca	1 533 783	0	1 533 783	1 749 723	0	1 749 723
Recreio	530 831	0	530 831	492 999	0	492 999
Marítimo - Turística	710 013	0	710 013	470 956	0	470 956
Total	8 513 705	0	8 513 705	8 515 981	0	8 515 981

14.2 Indicação de alguns valores relativos ao seguro de vida

- Não aplicável.

14.3 Discriminação de alguns valores relativos ao seguro de Não Vida entre seguro direto e resseguro aceite, conforme Anexo 4.

15. Comissões recebidas de contratos de seguro

15.1 Políticas contabilísticas para o reconhecimento das comissões

As Comissões recebidas relativas aos contratos de resseguro são reconhecidas com a efetivação do contrato.

No final do ano contabilístico é efetuado o acerto das comissões com referência ao ano de subscrição dos contratos.

(valores em euros)

Ramos	Comissões Resseguro Cedido	
	2017	2016
Acidentes de Trabalho	0	0
Acidentes Pessoais	265 868	174 051
Incêndio e Outros Elementos da Natureza	351	328
Multiriscos	83 578	90 419
Marítimo	562 088	506 923
Total	911 885	771 721

Em 2017, o montante recebido de comissões de cosseguro ascendeu a 8,53€.

15.2 Indicação de comissões de contratos seguro Vida

- Não aplicável.

16. Rendimentos / réditos de investimentos

16.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento dos réditos

- Os rendimentos dos investimentos são reconhecidos pelo princípio do acréscimo.

16.2. Indicação, por categoria de investimento, da quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período

2017

(valores em euros)

Rendimentos/Réditos de Investimentos				
Categoria de Investimento	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Terrenos e Edifícios	192 667	0	0	192 667
De rendimento	192 667	0	0	192 667
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Activos financeiros ao JV, detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	568 610	13 564	582 174
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	22 000	13 564	35 564
Títulos de Dívida	0	542 154	0	542 154
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	4 456	0	4 456
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	2 252	0	2 252
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	2 252	0	2 252
Investimentos a deter até à maturidade	0	31 343	0	31 343
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	325	0	325
Total	192 667	602 530	13 564	808 761

2016

(valores em euros)

Rendimentos/Réditos de Investimentos				
Categoria de Investimento	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Terrenos e Edifícios	192 234	0	0	192 234
De rendimento	192 234	0	0	192 234
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Activos financeiros ao JV detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	547 131	21 150	568 281
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	22 000	21 150	43 150
Títulos de Dívida	0	521 140	0	521 140
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	3 991	0	3 991
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	11 242	0	11 242
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	11 242	0	11 242
Investimentos a deter até à maturidade	0	64 171	0	64 171
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	5	0	5
Total	192 234	622 549	21 150	835 933

17. Ganhos e perdas realizadas em investimentos

2017

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizadas em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	0	0	0
De uso próprio	0	0	0	0
De rendimento	0	0	0	0
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
Valor ao custo	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV, detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	66 369	0	0	66 369
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	9 395	0	0	9 395
Títulos de Dívida	56 974	0	0	56 974
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	0	0	0
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	0	0	0
Total	66 369	0	0	66 369

2016

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizadas em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	0	0	0
De uso próprio	0	0	0	0
De rendimento	0	0	0	0
Partes de Capital em filiais associadas e empreend. conjuntos	0	0	0	0
Valor ao custo	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	297 773	-2	0	297 771
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	62 930	-2	0	62 928
Títulos de Dívida	234 843	0	0	234 843
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	0	0	0
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	0	0	0
Total	297 773	-2	0	297 771

18. Ganhos e perdas por ajustamentos de justo valor em investimentos

2017

(valores em euros)

Ganhos e Perdas por ajustamentos de Justo Valor em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	-12 000	-28 206	2 000	-38 206
De uso próprio	0	14 734	0	14 734
De rendimento	-12 000	-42 940	2 000	-52 940
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
Valorizadas pela equivalência patrimonial	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV, detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	0	0	0
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	0	0	0
Total	-12 000	-28 206	2 000	-38 206

2016

(valores em euros)

Ganhos e Perdas por ajustamentos de Justo Valor em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	-1 000	0	-1 000
De uso próprio	0	-8 000	0	-8 000
De rendimento	0	7 000	0	7 000
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	15 504	15 504
Valorizadas pela equivalência patrimonial	0	0	15 504	15 504
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	0	0	0
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	0	0	0
Total	0	-1 000	15 504	14 504

2017

(valores em euros)

Perdas e Reversão provenientes de Imparidades em Investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	0	0	0
De uso próprio	0	0	0	0
De rendimento	0	0	0	0
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	22 113	22 113
Valorizadas ao custo	0	0	22 113	22 113
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 437	36 064	0	38 501
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	2 437	36 064	0	38 501
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros a deter até à maturidade	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Total	2 437	36 064	22 113	60 614

2016

(valores em euros)

Perdas e Reversão provenientes de Imparidades em Investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	0	0	0
De uso próprio	0	0	0	0
De rendimento	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	20 091	5 978	137 644	163 713
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	14 935	5 978	137 644	158 557
Títulos de Dívida	5 156	0	0	5 156
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros a deter até à maturidade	151 616	0	0	151 616
Títulos de Dívida	151 616	0	0	151 616
Total	171 707	5 978	137 644	315 329

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

- Não aplicável

20. Custos de financiamento

- Não aplicável

21. Gastos diversos por funções e natureza

21.1 Análise dos gastos

2017

(valores em euros)

Custos e Gastos por Natureza	Custos c/ Sinistros	Custos de Aquisição	Gastos Administrativos	Gastos de Investimento	Total
Gastos com Pessoal	557 724	451 281	511 615	114 455	1 635 075
Fornecimentos e Serviços Externos	325 605	263 462	298 686	66 820	954 572
Impostos e Taxas	70 263	6 752	15 069	35 354	127 437
Depreciações e Amortizações do Exercício	43 003	34 796	39 448	8 825	126 072
Outras Provisões	0	0	0	0	0
Juros Suportados	0	0	0	10 499	10 499
Comissões	0	0	0	32 064	32 064
Totais	996 594	756 290	864 818	268 017	2 885 719

2016

(valores em euros)

Custos e Gastos por Natureza	Custos c/ Sinistros	Custos de Aquisição	Gastos Administrativos	Gastos de Investimento	Total
Gastos com Pessoal	559 887	453 031	513 599	114 899	1 641 416
Fornecimentos e Serviços Externos	316 254	255 896	290 108	64 901	927 158
Impostos e Taxas	78 493	12 056	21 085	14 136	125 770
Depreciações e Amortizações do Exercício	44 827	36 271	41 121	9 199	131 418
Outras Provisões	0	0	0	0	0
Juros Suportados	0	0	0	15 939	15 939
Comissões	0	0	0	31 003	31 003
Totais	999 460	757 254	865 912	250 078	2 872 704

21.2 Análise dos gastos por classificação baseada na sua natureza
Ver Relatório de Direção - Ponto 2.6.1.

22. Gastos com pessoal

22.1 Número de trabalhadores ao serviço por categorias Profissionais

Categorias profissionais	2017	2016
	Nº Trabalhadores (44) e Dirigentes (2)	Nº Trabalhadores (43) e Dirigentes (2)
Dirigentes e Quadros Superiores	7	8
Quadros médios	4	5
Trabalhadores Altamente Qualificados	5	5
Trabalhadores Qualificados	28	26
Trabalhadores Semi - Qualificados	1	0
Trabalhadores Não Qualificados	1	1
Total	46	45

22.2 Despesas com o pessoal

(valores em euros)

Gastos com Pessoal	2017	2016
	Valores	Valores
Remunerações:	1 235.454	1 194 482
Órgãos Sociais	93 042	41 528
Pessoal	1 142 412	1 152 954
Encargos sobre remunerações	272 554	265 135
Benefícios pós emprego:	35 333	34 987
Planos de contribuição definida	0	0
Planos de benefícios definidos	35 333	34 987
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	102	95
Benefícios de cessação de emprego	0	0
Seguros obrigatórios	27 712	27 033
Gastos de ação social	41 845	31 570
Outros gastos com pessoal	22 074	88 115
Total	1 635 075	1 641 416

22.3 Relativamente aos membros dos Órgãos Sociais

Montante dos compromissos surgidos ou contratados em matérias de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos sociais;
- Não aplicável.

Montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos, bem como dos compromissos tomados por sua conta a título de qualquer garantia;
- Não aplicável.

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.1 A Mútua não tem Planos de Contribuição Definida

23.2 Plano de Benefício Definido

a) A política contabilística da entidade para reconhecer Ganhos e Perdas Atuariais, bem como o custo corrigido de serviços passados Para efeitos da IAS 19, o custo não corresponde necessariamente ao valor entregue ao Fundo, anualmente. Corresponde sim ao somatório do custo dos serviços correntes, dos juros e do resultado esperado dos Ativos.

b) Descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Contrato Coletivo de Trabalho do Setor Segurador, a Mútua aderiu a um Plano de Pensões, de Benefício Definido, gerido por Sociedade Gestora.

Os Benefícios assegurados são o pagamento das pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos do contrato.

A população abrangida é o conjunto de trabalhadores com admissão na indústria anterior a 1995 e com direito a complemento de reforma por velhice ou invalidez nos termos do CCT à data.

c) O veículo de financiamento utilizado

Contrato de Adesão Coletiva nº 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização.

d) O valor e a taxa de rendibilidade efetiva dos ativos do plano

Valor de 1.316.009€ e uma taxa de 3,36%.

e) A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego, separadamente entre o valor atual da responsabilidade por serviços passados e o valor atual dos benefícios já em pagamento

(valores em euros)

		2017	2016
Valor atual das responsabilidades por Serviços Passados	VARSP	677 269	629 476
Valor atual das Pensões em Pagamento	VAPP	616 669	602 266
Total das Responsabilidades		1 293 938	1 231 742

f) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos mostrando separadamente, se possível, os efeitos durante o período atribuível a cada um dos seguintes

(valores em euros)

	2017	2016
Valor Presente das Responsabilidades a 1 de Janeiro	1 231 742	1 248 080
Benefícios pagos	-56 705	-55 006
Custo dos Serviços Correntes	27 029	26 220
Custo dos Juros	24 638	28 722
(Ganhos) e Perdas Atuariais	67 234	(16 274)
Valor Presente das Responsabilidades a 31 de Dezembro	1 293 938	1 231 742

i. Custo do serviço corrente;
27.029€

ii. Custo dos juros;
24.638€

iii. Contribuições de participantes do plano;
- Não aplicável.

iv. Ganhos e perdas atuariais;
- (Ganhos) e Perdas Atuariais nas Responsabilidades 67.234€;

v. Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente da moeda de apresentação da entidade;
- Não aplicável.

vi. Benefícios pagos;
-56.705€

vii. Custo corrigido de serviços passados;
- Não aplicável.

viii. Concentrações de atividades empresariais;
- Não aplicável.

ix. Cortes e liquidações;
- Não aplicável.

g) Análise da obrigação de benefícios definidos em quantias resultantes de Planos que não têm qualquer financiamento e em quantias resultantes de planos que estão total ou parcialmente financiados
- Não aplicável.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos ativos do plano e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo, mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos seguintes itens.

(valores em euros)

	2017	2016
Valor do Fundo em 1 de Janeiro	1 266 232	1 266 802
Contribuições do Empregador	65 024	40 932
Benefícios Pagos	-56 705	-55 006
Retorno Real dos Ativos	49 915	22 097
Valor do Fundo em 31 de Dezembro	1 316 009	1 266 232

i. Retorno esperado dos ativos do plano;
24.790€

ii. Ganhos e perdas atuariais;
- Ganhos e (Perdas) Atuariais nos Ativos 25.125€

iii. Contribuições do empregador;
65.024€

iv. Contribuições de participantes no plano;
- Não aplicável.

v. Pontos v, vi, viii, e ix da alínea f);
- Ver alíneas anteriores

i) Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos da alínea f) e do justo valor dos ativos do plano da alínea h) com os ativos e passivos reconhecidos no balanço, evidenciando pelo menos

Benefícios Definidos Pós-Reforma dos empregados - IAS 19 - Dezembro 2017

(valores em euros)

	Dez-17	Dez-16	Diferenças
Responsabilidades por serviços passados	1 293 938	1 231 742	62 195
Valor quota-parte do fundo	1 316 009	1 266 232	49 777
(Excesso)/Insuficiência do Fundo	22 072	34 490	-12 418

(valores em euros)

	Dez-17	Dez-16
Ativo/(Passivo) reconhecido no início do exercício	34 490	18 722
(Ganhos) e Perdas atuariais do Ano nas Responsabilidades	67 233	-16 274
Ganhos e (Perdas) atuariais do Ano nos Ativos	-25 125	6 452
	42 108	-9 821
Custo do serviço corrente	27 029	26 220
Custo dos juros	24 638	28 722
Retorno esperado dos Ativos	-24 790	-28 549
Comissões administrativas do Plano	8 456	8 594
	35 333	34 987
Contribuições para o Fundo	65 024	40 933
Ativo/(Passivo) reconhecido no final do exercício	22 072	34 490

j) Indicação do gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas do exercício corrente relativos a:

- i. Custo dos serviços correntes
27.029€
- ii. Custo corrigido de serviços passados
- Não aplicável.
- iii. Custo de juros
24.638€
- iv. Retorno esperado dos ativos do plano e de eventuais direitos de reembolsos
-24.790€
- v. Ganhos e perdas atuariais
- Não aplicável.
- vi. Ganhos ou perdas decorrentes de cortes ou liquidação do plano
- Não aplicável.
- vii) Efeito do limite estabelecido na IAS 19
- Não aplicável.

k) As quantias reconhecidas no exercício corrente, na Conta de Ganhos e Perdas ou em rubrica específica de capital próprio, relativamente aos ganhos ou perdas atuariais e do limite estabelecido na IAS 19
- Não aplicável.

l) A quantia cumulativa de ganhos e perdas atuariais reconhecidos em rubrica específica de capital próprio no caso de adotada esta opção
- Não aplicável

m) A percentagem e quantia de cada categoria principal dos Investimentos do plano e outros ativos, que constituem o justo valor do total dos ativos do plano

31-12-2017					
Classes de Ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização		0,85% Quota parte Mútua dos Pescadores		%
		%		%	
Ações Euro	40 706 324	27%	361 372	27%	
Obrigações de taxa fixa	70 981 957	48%	630 145	48%	
Obrigações de taxa variável	24 850 757	17%	220 614	17%	
Fundos Imobiliários	1 512 733	1%	13 429	1%	
Hedge Funds	4 902 413	3%	43 521	3%	
Commodities	720 826	0%	6 399	0%	
Liquidez	4 565 334	3%	40 529	3%	
Total	148 240 343	100%	1 316 009	100%	

31-12-2016					
Classes de Ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização		0,92% Quota parte Mútua dos Pescadores		%
		%		%	
Ações Euro	36 663 734	27%	336 805	27%	
Obrigações de taxa fixa	64 862 464	47%	595 847	47%	
Obrigações de taxa variável	24 753 854	18%	227 397	18%	
Fundos Imobiliários	1 469 651	1%	13 501	1%	
Hedge Funds	5 699 089	4%	52 354	4%	
Commodities	0	0%	0	0%	
Liquidez	4 390 166	3%	40 329	3%	
Total	137 838 957	100%	1 266 232	100%	

n) As quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano relativas a Instrumentos financeiros da entidade e qualquer terreno e edifício ocupado, ou outros ativos utilizados, pela empresa de seguros
- Não aplicável.

o) Descrição da base usada para determinar a taxa esperada global de retorno dos ativos, incluindo o efeito das principais categorias de ativos do plano;

- A taxa de rendimento adotada como pressuposto atuarial foi de 2,00%.

p) Indicação do retorno real dos ativos do plano, bem como o retorno real sobre qualquer direito de reembolso como um ativo 49.915€

q) Descrição dos principais pressupostos atuariais (em termos absolutos) usados:

Taxa de crescimento salarial	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	1,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%
Taxa Técnica (Rendas Vitalícias)	1,75%
Tábua de mortalidade	TV 88/90

Tábua de Invalidez	Suisse Re
Nº. Pensões pagas anualmente	14
Idade normal de reforma	A estabelecida pela Segurança Social

r) Descrição dos elementos respeitantes aos planos de amortizações regularmente previstos e informação dos elementos necessários para o seu entendimento;

- Não aplicável.

s) Efeito das variações positiva e negativa de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos ao agregado do custo de serviço corrente e de componentes de custo de juros dos custos médicos pós-emprego periódicos líquidos, e, na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego relativa a custos médicos;

- Não aplicável.

t) Indicação das quantias nos referidos períodos:

	(valores em euros)	
	2017	2016
Valor Estimado da Quota-Parte do Fundo	1 316 009	1 266 382
Valor Atual das Pensões em Pagamento	616 669	602 266
Valor Atual das Responsabilidades Passadas	677 269	629 477
Saldo atuarial	22 072	34 490
Nível de Financiamento	101,7%	102,8%

u) A quantia do passivo (ou ativo) de transição reconhecida no exercício corrente, e a quantia que fica por reconhecer no caso do reconhecimento do passivo (ou ativo) de transição não ser efetuado imediatamente

- Não aplicável.

v) Descrição da melhor estimativa da empresa de seguros, assim que possa ser razoavelmente determinada, das contribuições que se espera que sejam efetuadas durante o período anual que começa após a data de balanço

- Não disponível.

24. Imposto sobre o rendimento

24.1. Principais componentes do gasto (ou rendimento) de imposto

a) Gasto por impostos correntes
128.437€

b) Ajustamentos em impostos correntes de anos anteriores
- Não aplicável.

c) Gasto (Rendimento) por impostos diferidos relacionados com a origem e reversão de diferenças temporárias:

	Origem		Ganhos e Perdas - Imposto Diferido	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Ativos Imposto Diferido - Imparidades Títulos	5 731	0	0	1 289
Ativos Imposto Diferido - Provisões	0	0	0	0
Passivos Imposto Diferido - Imóveis Rendimento (RR)	0	-20 640	0	4 644
Passivos Imposto Diferido - Imóveis Próprios (RR)	0	0	0	0

2016

(valores em euros)

	Origem		Ganhos e Perdas - Imposto Diferido	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Ativos Imp. Diferido - Imparidades títulos	231 615	0	0	52 113
Ativos Imp. Diferido - Provisões	0	0	0	0
Passivos Imp. Diferido - Imóveis Rendimento (RR)	0	-1 000	0	225
Passivos Imp. Diferido - Imóveis Próprios (RR)	0	0	0	0

d) Gasto e rendimento por alteração de taxas ou novos impostos;

- Não aplicável

e) Benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes;

- Não aplicável

f) Benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos diferidos;

- Não aplicável

g) Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição de um ativo por impostos diferidos;

- Não aplicável

h) Gasto (rendimento) de imposto relativa às alterações nas políticas contabilísticas e aos erros que estão incluídas nos resultados de acordo com a IAS 8, porque não podem ser contabilizadas retrospectivamente.

- Não aplicável

24.2 Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados ao capital próprio

2017

(valores em euros)

	Origem		Capital Próprio	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Ativos Imp. Dif. - Reserva Reavaliação Empresas	0	0	0	0
Ativos Imp. Dif. - Reserva Reavaliação Títulos	0	0	0	0
Passivos Imp. Diferido - Títulos (RR)	0	669 936	0	150 736
Passivos Imp. Diferido - Imóveis Próprios (RR)	0	350 301	0	78 818

2016

(valores em euros)

	Origem		Capital Próprio	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Ativos Imp. Dif. - Reserva Reavaliação Empresas	0	0	0	0
Ativos Imp. Dif. - Reserva Reavaliação Títulos	0	0	0	0
Passivos Imp. Diferido - Títulos (RR)	0	-82.853	0	18.642
Passivos Imp. Diferido - Imóveis Próprios (RR)	0	734	0	-165

24.3 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

(valores em euros)

	2017	2016
Resultado contabilístico antes Impostos	1 221 062	392 726
Resultado Fiscal	595 207	490 526
Imposto corrente (Gasto)	128 437	103 579
Imposto Diferido (Rendimento)	-5 933	-52 338
Imposto do exercício (Gasto)	122 504	51 239

24.4 Alterações na (s) taxa (s) de imposto aplicável comparada com o período Contabilístico Anterior

- Não aplicável

24.5 Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, Perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos seja reconhecido no balanço

- Não aplicável

24.6 Quantia agregada de diferenças temporárias associadas com investimentos em filiais, associadas e interesses em empreendimentos conjuntos, relativamente aos quais passivos por impostos diferidos não tenham sido reconhecidos

- Não aplicável

24.7 Indicação para cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de Perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados da:

a) Ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;

(valores em euros)

IMPOSTOS DIFERIDOS 2017 - ORIGEM E REVERSÃO DE DIF. TEMPORÁRIAS

	Base			Taxa %	Imposto		
	2017		2016		2017		2016
	Março	Dezembro	Dezembro		Março	Dezembro	Dezembro
Provisões não aceites fiscalmente	0	0	0	22,50%	0	0	0
Reserva Reavaliação - Empresas	0	0	0	22,50%	0	0	0
Reserva Reavaliação Títulos	0	0	0	22,50%	0	0	0
Imparidades	0	1 257 430	1 251 699	22,50%	0	282 922	281 632
Ativos por impostos diferidos		1 257 430	1 251 699			282 922	281 632
Reserva Reavaliação Títulos	602 838	1 272 774	602 838	22,50%	135 638	286 374	135 638
Reavaliações Imóveis Uso Próprio	829 510	1 179 812	504 931	22,50%	186 640	265 458	113 609
Reserva "Reavaliação" imóveis rendimento	371 560	350 920	339 289	22,50%	83 601	78 957	76 340
Passivos por impostos diferidos	1 803 909	2 803 506	1 447 058		405 879	630 789	325 588

Os impostos diferidos Ativos ou Passivos são lançados nas contas de Capital Próprio ou em Ganhos e Perdas – Impostos Diferidos, conforme a origem das diferenças temporárias serem resultantes de movimentos nas contas de Capital ou nas Contas de Resultados.

Os movimentos nas Contas de Balanço (mapa acima) estão refletidos:

No Capital Próprio (ver ponto 24.2)

Os Ativos por Impostos Diferidos não sofreram qualquer alteração em 2017.

Os Passivos por Impostos Diferidos tiveram aumentos de 150.736€ resultante do movimento na Reserva de Reavaliação de títulos e de 78.818€ resultante do movimento na Reserva de Reavaliação de Imóveis de uso próprio.

Na Conta de Resultados (ver ponto 24.1)

O montante lançado em Impostos Diferidos de 5.933€ resultou da imparidade dos títulos e da redução da avaliação nos imóveis de Rendimento (movimento do exercício).

b) Rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

- Rendimento por imposto diferido na conta 87: 5.933€

24.8 Quantia consequente do imposto de rendimento sobre os dividendos da empresa que foram propostos ou declarados antes das demonstrações financeiras serem aprovadas, mas que não são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras.

- Não aplicável.

24.9 Indicação da quantia de um ativo por impostos diferidos e a natureza dos elementos que suportam o seu reconhecimento, quando a utilização do ativo por impostos diferidos seja dependente de lucros tributáveis futuros em excesso dos lucros provenientes da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes, e, a empresa tenha sofrido um prejuízo quer no período corrente, quer no período precedente na jurisdição fiscal com que se relaciona o ativo por impostos diferidos.

25. Provisões Técnicas

(valores em euros)

Descrição	PROVISÕES TÉCNICAS											
	Ac Trabalho		Ac. Pessoais		Incêndio		Multiriscos		Marítimo		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Provisão para prémios não adquiridos	196 148	178 117	142 170	132 600	287	246	119 025	93 690	594 952	472 122	1 052 580	876 776
Provisão para Sinistros	13364856	13252358	710 308	734 925	-67	0	29 962	134 205	2 491 161	3 115 033	16 596 220	17 236 522
Provisão para Desvios Sinistralidade	0	0	0	0	2 500	2 500	61 000	56 000	0	0	63 500	58 500
Provisão para Riscos em Curso	0	48 176	0	0	0	35	41 332	60 663	236 143	384 112	277 475	492 986
TOTAL	13561003	13478651	852 478	867 526	2 720	2 781	251 318	344 558	3 322 256	3 971 267	17 989 775	18 664 783

(valores em euros)

Descrição	PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO											
	Ac Trabalho		Ac. Pessoais		Incêndio		Multiriscos		Marítimo		TOTAL	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Prov para prémios não adquiridos	0	0	41 804	40 845	258	277	105 232	103 526	434 907	422 490	582 200	567 138
Prov para Sinistros	274 048	871 054	263 284	283 432	0	0	26 416	94 335	1 527 105	2 150 626	2 090 853	3 399 447
TOTAL	274 048	871 054	305 088	324 277	258	277	131 647	197 861	1 962 012	2 573 116	2 673 054	3 966 586

26. Contas a receber por operações de seguro e outras operações

CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE SEGURO E OUTRAS OPERAÇÕES						
Descrição	Valor bruto		Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos		Valor líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Tomadores de Seguro	1 324 689	1 526 457				
Mediadores de Seguro	41 464	40 554				
Co- Empresas de Seguros	117 233	134 236				
Reembolso de sinistros	318 206	439 151				
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES SEGURO DIRETO	1 801 593	2 140 399	897 778	1 067 545	903 814	1 072 853
Resseguradores	312 834	53 048				
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO	312 834	53 048	0	0	312 834	53 048
Subscritores de Capital	6 977	6 134				
Acionistas	0	641 957				
Fornecedores	24 751	1 015 301				
Pessoal	71 561	70 807				
FAT	59 163	58 582				
Outros Devedores Diversos	671 778	157 052				
CONTAS A RECEBER POR OUTRAS OPERAÇÕES	834 230	1 949 834	26 132	667 373	808 098	1 282 460
TOTAL	2 948 656	4 143 281	923 911	1 734 919	2 024 746	2 408 362

27. Outros credores por operações de seguros e outras operações

OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES		
Descrição	Valor bruto	
	2017	2016
Tomadores de Seguro	240 298	180 637
Mediadores de Seguro	2 236 739	2 275 677
Co- Empresas de Seguros	127 752	146 915
Reembolso de sinistros	133 394	263 592
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES SEGURO DIRETO	2 738 184	2 866 822
Resseguradores	14 187	251 450
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO	14 187	251 450
Subscritores de Capital	89 868	89 665
Acionistas	264	264
Fornecedores	13 843	22 367
Pessoal	424	2 088
Sindicatos	396	483
FAT	0	0
Outros Devedores Diversos	117 168	132 886
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES	221 962	247 752
TOTAL	2 974 332	3 366 024

28. Capital**Requisitos de Solvência**

Durante o ano de 2015 a Diretiva 2009/138/CE foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei nº. 147/2015 de 9 de Setembro onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime de Solvência II a partir de 1 de Janeiro de 2016.

A Mútua acompanhou todo o processo de preparação e reportou à Autoridade de Supervisão, nos termos do normativo em vigor, a informação de abertura no âmbito do regime de Solvência II a 01.01.2016, reafirmando a situação de robustez ao nível do seu rácio de solvência. De acordo com o novo regime, será efetuado o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, divulgado pela primeira vez em 2017, de forma autónoma em relação a este relatório, onde se apresentará de forma detalhada informação sobre a situação financeira da empresa no final de 2017, designadamente sobre o nível de cumprimento do SCR (Solvency Capital Requirement).

28.1. Políticas de gestão do capital

A empresa tem seguido, uma política de reforço de capitais próprios, não distribuindo reservas e é sua intenção, continuar essa política.

28.2 Indicação para cada classe de capital em títulos

O capital social é representado por títulos de capital com o valor mínimo previsto por Lei, ou um seu múltiplo, podendo ser agrupados para perfazerem a entrada mínima de cada cooperador – artigo 7 n.º 2, dos Estatutos.

a) O capital social é variável e ilimitado, sendo o seu montante mínimo de Cinco Milhões de Euros, já integralmente realizado, correspondendo à soma dos títulos de capital atribuídos aos cooperadores iniciais e títulos de capitais detidos pela cooperativa - artigo 7 n.º 1, dos Estatutos. A quando da sua transformação em cooperativa de responsabilidade limitada, foram atribuídos aos associados da Mútua dos Pescadores em 31 de Dezembro de 2003, designados como cooperadores iniciais, 174.000 títulos com o valor nominal de 870.000 euros. É também capital inicial a quantia de 4.130.000 euros, propriedade comum da cooperativa, capital não titulado.

b) Títulos emitidos

	Títulos de Capital			
	2017		2016	
	Número	Valor Nominal	Número	Valor Nominal
Subscritos e Realizados	16 847	84 236	16 800	84 001
Subscritos e Não Realizados	1 200	6 000	1 050	5 250
Total	18 047	90 236	17 850	89 251

c) Cada título tem o valor nominal de 5 euros e a subscrição mínima é de 3 títulos.

d) Reconciliação da quantidade de Títulos em circulação no início e no fim do período.

	Títulos de Capital			
	2017		2016	
	Número	Valor Nominal	Número	Valor Nominal
Subscritos e Realizados	16 847	84 236	16 800	84 001
Subscritos e Não Realizados	1 200	6 000	1 050	5 250
Reembolsos	-275	-1 375	-103	-515
Total	17 772	88 861	17 747	88 736

	Movimentação de Títulos			
	2017		2016	
	Número	Valor Nominal	Número	Valor Nominal
Subscritos e Realizados	47	235	417	2 085
Subscritos e Não Realizados	150	750	1 050	5 250
Reembolsos	172	860	103	515

e) Direitos, preferências e restrições associados

Características

Os títulos de capital são nominativos e indivisíveis.

Os títulos de capital podem ser titulados ou escriturais.

O capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Direção, com a emissão de novos títulos de capital a subscrever pelos cooperadores.

O capital social responde em conjunto e solidariamente pelas obrigações assumidas pela cooperativa.

Reembolsos

O reembolso dos títulos de capital, na decorrência da demissão do cooperador ou da amortização parcial da sua participação, não pode implicar a redução do capital social para um montante inferior ao capital social mínimo – artigo 11º n.º 1, dos Estatutos.

A amortização parcial dos títulos de capital com vista à redução da participação do cooperador só é permitida até ao limite mínimo estabelecido no n.º 1 do artigo 7º, dos Estatutos.

Os títulos de capital só são transmissíveis mediante autorização da Direção, sob condição de o adquirente ou sucessor já ser cooperador ou, reunindo as condições de admissão previstas nos estatutos, solicitar a sua admissão.

Excedentes

Os excedentes líquidos apurados em cada exercício, que não resultem de operações com terceiros e depois de constituídas as reservas definidas no artigo 53º n.º 1 e 2 dos Estatutos, podem ser distribuídos, da seguinte forma:

- i) Uma percentagem não inferior a 20% para a formação de reserva legal, até à concorrência do dobro do capital social;
- ii) Uma percentagem não superior a 30% para pagamento de juros sobre os títulos de capital;
- iii) A percentagem que em cada ano for estabelecida pela Assembleia Geral para a formação da reserva para educação e formação cooperativa, nos termos do Código Cooperativo, e ainda a que for determinada para o Fundo Mutualista.

Depois de constituídas as reservas, o remanescente terá o destino que a Assembleia Geral deliberar, dentro dos limites da Lei.

Não pode proceder-se à distribuição de excedentes entre os Cooperadores, nem criar reservas livres, antes de se terem compensado as perdas dos exercícios anteriores, ou tendo-se utilizado a reserva legal para compensar essas perdas, antes de se ter reconstituído a reserva ao nível anterior ao da sua utilização.

A distribuição de resultados aos cooperadores tem carácter residual dada a natureza da companhia e não será proposta uma distribuição de resultados.

Embora prevista a distribuição do excedente não é essa a política da empresa.

A empresa tem seguido ao longo de mais de 70 anos a política de reforço dos capitais próprios não distribuindo reservas e pretende continuar essa política.

Os excedentes líquidos provenientes de operações com terceiros são obrigatoriamente afetos a reservas.

f) Títulos detidos pela Mútua ou por filiais ou associadas

– Não se verificam estas situações.

g) Títulos reservados para emissão segundo opções e contratos

– Não se verificam estas situações.

28.3 a 28.7 – Não aplicável

29. Reservas

29.1 Natureza e finalidade

(valores em euros)

Descrição	2017		2016	
	Valor Parcial	Valor Total	Valor Parcial	Valor Total
Reservas de Reavaliação				
Ajustamento Associadas	0		0	
Ajustamento Outros Investimentos	1 272 774		602 838	
Revalorização Terrenos e Edifícios Próprios	788 573	2 061 347	736 721	1 339 559
Reserva por Impostos Diferidos				
Impostos Ativos Diferidos	0		0	
Impostos Passivos Diferidos	-405 771	-405 771	-176 218	-176 218
Outras Reservas				
Reserva Legal	357 750		323 601	
Educação Formação Cooperativa	64 561		64 247	
Negócios c/ Terceiros	951 450		780 707	
Benefícios Pós Emprego -Plano Definido	-164 052	1 209 708	-121 944	1 046 611
		2 865 284		2 209 952

29.2 Descrição dos movimentos de cada reserva de acordo com o modelo de Demonstração de variação do capital próprio.

(valores em euros)

EXPLICAÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA - 2017				
Rubricas	2017	2016	Dif. 2017/16	Obs
Capital Social	5 045 058	5 011 046	34 012	a)
Reserva Reavaliação:	2 061 347	1 339 559	721 788	b)
Terrenos e Edifícios	788 573	736 721	51 852	
Outros Investimentos (Títulos):	1 272 774	602 838	669 936	
Empresas de Grupo	0	0	0	
Outros Investimentos	1 272 774	602 838	669 936	
Reserva por impostos diferidos	-405 771	-176 218	-229 553	c)
Impostos Diferidos Ativos	0	0	0	
Impostos Diferidos Passivos	-405 771	-176 218	-229 553	
Outras Reservas:	1 209 708	1 046 611	163 097	d)
Reserva Legal	357 750	323 601	34 149	
Educação Formação Cooperadores	64 561	64 247	314	
Negócios c/ Terceiros	951 450	780 707	170 743	
Plano Benefícios Definidos	-164 052	-121 944	-42 108	
Resultados Transitados	1 392 567	1 344 011	48 556	e)
Resultado Líquido do Exercício	1 098 559	341 486	757 073	
	10 401 469	8 906 496	1 494 973	

a) Capital Social

Fundo Mutualista

34 012

34 012

b) Composição da RR:

Mais-Menos Valias Ñ Realizadas Títulos:

RR Positiva - Títulos

719 414

Amortizações RR Títulos - Reclassificação (DAM)

8 439

Acerto RR pelas Alienações/Reembolsos - Títulos

-45 366

Acerto RR inicial (Consolidada) - Títulos

-14 988

<i>Transferência p^a Títulos por Perdas de Imparidade</i>	2 437
<i>RR positiva - Terrenos e Edifícios</i>	42 030
<i>Regularização amortização acumulada - Terrenos e Edifícios</i>	12 319
<i>Regularização p^a Resultados Transitados - Terrenos e Edifícios</i>	-2 498
	721 788
c) Reserva para Impostos Diferidos	
<i>Ativos por Impostos Diferidos - Reserva Reavaliação Títulos</i>	0
<i>Passivos por Impostos Diferidos - Reserva Reavaliação Títulos</i>	-150 736
<i>Passivos por Impostos Diferidos - Reserva Reavaliação Imóveis Próprios</i>	-78 818
	-229 553
d) Outras Reservas	
<i>Reserva legal</i>	34 149
<i>Educação Formação Cooperadores</i>	314
<i>Negócios c/ terceiros</i>	170 743
<i>Benefícios Pós-Emprego (Ganhos e Perdas Atuariais)</i>	-42 108
	163 097
e) Resultados Transitados	
<i>Aplicação resultado positivo do Exercício 2016</i>	125 977
<i>Regularização da RR Edifícios Próprios p^a Resultados Transitados</i>	5 375
<i>Regularização de Resultados Transitados p^a RR Edifícios Próprios</i>	-2 878
<i>Regularização Impostos Diferidos 2016</i>	-80 291
<i>Regularização RT 2016</i>	373
	48 556

30. Resultados por ação

- Não aplicável.

31. Dividendos por ação

- Não aplicável.

32. Justo valor

A Mútua utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

- Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos para os ativos e passivos identificáveis.
- Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.
- Nível 3 – Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado ativo. O justo valor de instrumentos financeiros não cotados é obtido mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

As avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Mútua encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

Ativos financeiros e não financeiros	2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<i>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</i>			578 099
<i>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</i>			689 604
<i>Ativos disponíveis para venda</i>	20 958 063		
<i>Empréstimos e contas a receber</i>			1 126 982
<i>Investimentos a deter até à maturidade</i>	261 165		
<i>Terrenos e edifícios</i>			7 553 780
<i>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</i>			2 024 746
	21 219 228	0	11 973 211
Passivos financeiros			
<i>Depósitos recebidos de resseguradores</i>			2 801 644
<i>Outros credores por operações de seguros e outras operações</i>			2 974 332
	0	0	5 775 976

	2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros e não financeiros			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			709 448
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			65 504
Ativos disponíveis para venda	19 248 970		
Empréstimos e contas a receber			1 674 495
Investimentos a deter até à maturidade	731 735		
Terrenos e edifícios			7 528 209
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			2 408 362
	19 980 705	0	12 386 018
Passivos financeiros			
Depósitos recebidos de resseguradores			4 094 958
Outros credores por operações de seguros e outras operações			3 366 024
	0	0	7 460 982

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros e não financeiros da Mútua que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2017		2016	
	Valor líquido contabilístico	Justo Valor	Valor líquido contabilístico	Justo Valor
Ativos financeiros e não financeiros				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	578 099	578 099	709 448	709 448
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	689 604	689 604	65 504	65 504
Ativos disponíveis para venda	20 958 063	20 958 063	19 248 970	19 248 970
Empréstimos e contas a receber	1 126 982	1 126 982	1 674 495	1 674 495
Investimentos a deter até à maturidade	254 941	261 165	694 892	731 735
Terrenos e edifícios	7 553 780	7 553 780	7 528 209	7 528 209
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 024 746	2 024 746	2 408 362	2 408 362
	33 186 215	33 192 439	32 329 881	32 366 723
Passivos financeiros				
Depósitos recebidos de resseguradores	2 801 644	2 801 644	4 094 958	4 094 958
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2 974 332	2 974 332	3 366 024	3 366 024
	5 775 976	5 775 976	7 460 982	7 460 982

A Administração da Mútua considera que caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber, outros devedores por operações de seguros e outras operações, depósitos recebidos de resseguradores e outros credores por operações de seguros e outras operações se aproximam do justo valor devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se valorizadas de acordo com a equivalência patrimonial. Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados com base no método comparativo ou de mercado e pelo método do custo de reposição.

33. Transações entre partes relacionadas

33.1 Indicação da empresa e da empresa mãe do topo do grupo e remuneração das pessoas que tem autoridade e responsabilidade pelo planeamento, Direção e Controlo

Não está constituído um grupo e os créditos sobre as empresas participadas e associadas estão integralmente provisionados.

Valor das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais, Membros do Conselho Fiscal e pelos Membros do Comité de Gestão e Investimentos (Diretor Geral e 2 Diretores Coordenadores) da Mútua dos Pescadores, com autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo.

(valores em euros)

Valores Anuais	2017	2016
Órgãos Sociais	93 042	41 528
Membros do Comité Gestão e Investimentos	203 734	254 762

As remunerações dos Membros do Comité de Gestão e Investimentos estão em conformidade com as tabelas e clausulado do Contrato Coletivo de Trabalho do Setor Segurador, não havendo fixada qualquer política de remuneração variável ou atribuição de outros benefícios não aplicáveis aos restantes trabalhadores.

33.2 Descrição dos relacionamentos entre empresa mãe e filiais
- Não aplicável

33.3 Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas constam do quadro abaixo e encontram-se totalmente provisionadas.

(valores em euros)

	2017	2016
Empresas Participadas e Associadas	689 604	19 679

Comissões pagas e saldos balanço da participada Ponto Seguro:

(valores em euros)

Comissões pagas		Contas do balanço	
2017	2016	2017	2016
181 265	163 394	9 550	7 001

34. Demonstração de fluxos de caixa

Fluxos de caixa				
Descritivo	Ano N	Total	Ano N-1	Total
1. Atividades Operacionais				
1.1 Operações Seguro Directo	1 743 956		2 224 621	
1.1.1 Recebimentos/Pagamentos(Directo)	7 657 487		8 293 532	
1.1.2 Recebimentos/Pagamentos(Co-seguro)	40 416		96 709	
1.1.3 Pagamento de Sinistros	-5 953 947		-6 165 620	
1.2 Operações de Resseguro	-1 362 772		901 595	
1.2.1 Recebimentos	70 370		1 330 546	
1.2.2 Pagamentos	-1 433 142		-428 951	
1.3 Outras Operações	-1 209 177		-1 797 723	
1.3.1 Recebimentos	2 916 513		858 654	
1.3.1.1 Clientes	0		0	
1.3.1.2 Outros	2 509 310		375 292	
1.3.1.3 Imposto sobre o Rendimento	188		44 568	
1.3.1.4 Outros Impostos e Taxas	407 015		438 794	
1.3.2 Pagamentos	-4 125 689		-2 656 377	
1.3.2.1 Fornecedores	-849 802		338 437	
1.3.2.2 Pessoal	-1 694 480		-1 760 434	
1.3.2.3 Outros	-636 450		-318 022	
1.3.2.4 Imposto sobre o Rendimento	-77 558		-45 755	
1.3.2.5 Outros Impostos e Taxas	-867 400		-870 604	
Fluxo das Atividades Operacionais(1)		-827 993		1 328 493
2. Atividades de Investimento				
2.1 Recebimentos	5 403 269		8 113 265	
2.1.1 Investimentos Financeiros(Vendas)	4 642 141		7 258 679	
2.1.1.1 Terrenos e Edifícios	0		0	
2.1.1.2 Títulos de Dívida	1 895 249		3 927 187	
2.1.1.3 Acções/Tit.Part/Unid.Participaç	96 892		231 492	
2.1.1.4 Outros(Depósitos Prazo/Outros)	2 650 000		3 100 000	
2.1.2 Outros Activos Tangíveis	0		6 000	
2.1.3 Outros Activos Intangíveis	0		0	
2.1.4 Subsídios de investimento	0		0	
2.1.5 Rendimentos	725 920		750 736	
2.1.5.1 Juros	527 945		540 407	
2.1.5.2 Dividendos	35 564		43 150	
2.1.5.3 Rendas	162 411		167 179	
2.1.6 Outros rendimentos rel.investment	35 209		97 850	
2.2 Pagamentos	-4 705 318		-8 964 325	
2.2.1 Investimentos Financeiros(Compras)	-4 652 689		-8 844 146	
2.2.1.1 Terrenos e Edifícios	0		0	
2.2.1.2 Títulos de Dívida	-2 548 923		-5 393 467	
2.2.1.3 Acções/Tit.Part/Unid.Participaç	-3 765		-679	
2.2.1.4 Outros(Depósitos Prazo/Outros)	-2 100 000		-3 450 000	
2.2.2 Outros Activos Tangíveis	-18 121		-85 136	
2.2.3 Outros Activos Intangíveis	0		0	
2.2.4 Outros pagamentos rel.investment	-34 508		-35 043	
Fluxo das Atividades Investimento(2)		697 951		-851 060
3. Atividades de Financiamento				
3.1 Recebimentos	585		1 747	
3.1.1 Empréstimos Obtidos	0		0	
3.1.2 Aumentos de Capital	585		1 747	
3.1.3 Subsídios e Doações	0		0	
3.1.4 Cobertura de Prejuízos	0		0	
3.1.5 Outros recebim.rel.a financiamento	0		0	
3.2 Pagamentos	-1 893		-515	
3.2.1 Empréstimos Obtidos	0		0	
3.2.2 Amortiz.contratos locação financei	0		0	
3.2.3 Juros e custos similares	0		0	
3.2.4 Excedentes (juros s/títulos)	0		0	
3.2.5 Redução de Capital	-1 065		-515	
3.2.6 Outros pagamentos rel.financiament	-828		0	
3.2.5 Redução de Capital	-515		-1 560	
Fluxo das Atividades Financiamento(3)		-1 308		1 232
4.VARIAÇÃO DE CAIXAS E SEUS EQUIVALENTES		-131 349		478 665
Caixas e equivalentes início período		709 448		230 784
Caixas e equivalentes fim período		578 099		709 448

35. Compromissos

35.1 Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis

- Não aplicável

35.2 Descrição dos acordos de locação do locatário

- Não aplicável

36. Passivos contingentes

Não se identificam possíveis obrigações a divulgar resultantes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa;

Nem obrigações presentes a divulgar não reconhecidas porque:

(i) Não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação; ou

(ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

37. Concentração de atividades empresariais

- Não aplicável

38. Elementos extrapatrimoniais

- Não aplicável

38.1 Compromissos da empresa por garantias prestadas

- Foram prestadas garantias bancárias no montante de 83.553€.

38.2 Valor dos compromissos financeiros que não constam do balanço

- Não aplicável

38.3 Fundos de pensões geridos pela empresa

- Não aplicável

39. Ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico e respetivos impactos

- Não aplicável

40. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

- Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a Mútua que afetem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

41. Outras informações

41.1 Entidades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação

- Não aplicável

O Contabilista Certificado

António dos Santos Monteiro
CC N.º 31942

O Conselho de Administração

José Manuel Jerónimo Teixeira - Presidente
João Paulo Quinzico Delgado - Vice-Presidente
Álvaro José Bota Guia
Arsénio Marques Caetano
Filipe Manuel Santos Dias Marques
Jerónimo Gomes Viana
José Luis Cabrita

Anexo 1

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço*	
						unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
PONTO SEGURO, LDª					689 603,92		689 603,92
CONSULINTER, S.A.	50 000	4,99		4,66	232 934,90	0,00	0,00
ARIARTE-Exp.Imp.Comercialização, Ldª					97 899,06	0,00	0,00
sub-total	50 000				1 020 437,88		689 603,92
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
sub-total	50 000				1 020 437,88		689 603,92
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
sub-total					0,00		0,00
1.1.9 - Outros títulos em filiais							
1.1.10 - Outros títulos em associadas							
1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
sub-total					0,00		0,00
sub-total	50 000				1 020 437,88		689 603,92
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
sub-total					0,00		0,00
1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
sub-total					0,00		0,00
1.2.9 - Outros títulos em filiais							
1.2.10 - Outros títulos em associadas							
1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
sub-total					0,00		0,00
sub-total					0,00		0,00
total	50 000				1 020 437,88		689 603,92
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
BCP - Nom.e Port.Reg.	34 768	0,00		4,26	148 278,79	0,272	9 456,90
PHAROL	5 247	0,03		8,17	42 880,15	0,250	1 311,75
Mota - Engil, SGPS	8 716	1,00		2,88	25 064,71	3,663	31 926,71
REN - Redes E. Nacionais, SGPS	16 650	1,00		3,01	50 047,05	2,479	41 275,35
SONAE Indústria, SGPS	4 169	0,00		13,73	57 256,19	3,501	14 595,67
Intersismet, SA	14 812	5,00		7,09	105 008,69	0,000	0,00
C.Portuguesa Cobre-SGPS	687	4,99		6,13	4 209,85	0,00	0,00
Geofinança - Port.	465	4,99		60,78	28 260,90	0,00	0,00
Gregório & Companhia	500	4,99		14,96	7 481,97	0,00	0,00
sub-total	86 014				468 488,30		98 566,38
2.1.1.2 - Títulos de participação							
sub-total					0,00		0,00
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
Millennium Acções Portugal	11 932,13			10,47	124 871,52	14,9777	178 715,83
Fundimo	4 689			6,02	28 223,41	7,2272	33 888,34
Fundo Compensação de Trabalho	1			3 330,71	3 330,71	3 330,71	3 330,71
sub-total	16 622,13				156 425,64		215 934,88
2.1.1.4 - Outros							
FENACOOP	500	5,00		5,00	2 500,00	5,00	2 500,00
sub-total	500				2 500,00		2 500,00
sub-total	103 136,13				627 413,94		317 001,26
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
Consolidado-1942		10 150,54	76,85%		10 150,54		7 850,75
Consolidado-1943		11 497,29	64,01%		11 497,29		7 373,28
Consolidado Cent.-1940		15 013,81	102,51%		15 013,81		15 688,47
O.T.-Abril-4,10%-15/04/2037		650 000,00	118,82%		683 969,87		791 167,53
O.T.-Fevereiro-4,10%-15/02/2045		400 000,00	116,44%		440 278,32		480 093,15
O.T.-Outubro-2,875%-15/10/2025		750 000,00	110,11%		776 260,28		830 314,73
O.T.-Junho-4,45%-15/06/2018		250 000,00	98,22%		245 544,57		251 609,98
O.T.-Fevereiro-3,875%-15/02/2030		550 000,00	115,89%		566 881,70		656 021,54
O.T.-Outubro-2,20%-17/10/2022		250 000,00	108,37%		248 357,75		272 055,14
O.T.-Julho-2,875%-21/07/2026		650 000,00	108,85%		638 762,36		715 870,38
O.T.-Abril-4,125%-14/04/2027		300 000,00	118,45%		332 127,09		367 114,73
OTRV-Novembro-Tx.Var.-30/11/2021		75 000,00	105,31%		75 063,01		79 111,67
OTRV-Agosto-Tx.Var.-02/08/2022		155 000,00	104,57%		155 000,00		163 123,72
OTRV-Dezembro-Tx.Var.-05/12/2022		116 000,00	102,76%		116 000,00		119 293,76
sub-total					4 314 906,59		4 756 688,83
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total					0,00		0,00
2.1.2.3 - De outros emissores							
CAMFER - 4,17% - 16/10/2019		150 000,00	106,99%		149 876,99		161 787,41
GALP - 3,00% - 14/01/2021		300 000,00	107,02%		305 932,61		329 665,48
PESTANA - 3,95% - 15/07/2022		300 000,00	99,77%		299 287,05		304 796,71
PTC - 6,25% - 26/07/2016		5 000,00	0,00%		5 000,00		0,00
Emasa-S.A-88		9 975,96	0,00%		9 975,96		0,00
Emasa-S.B-88		9 975,96	0,00%		9 975,96		0,00
Emasa-S.C-88		9 975,96	0,00%		9 975,96		0,00
Emasa-S.D-88		9 975,96	0,00%		9 975,96		0,00
Emasa-S.E-88		9 975,96	0,00%		9 975,96		0,00
Bráz & Bráz-88/97		49 879,79	0,00%		49 811,20		0,00
sub-total					859 787,65		796 249,60
sub-total					5 174 694,24		5 552 938,43
sub-total	103 136,13				5 802 108,18		5 869 939,69
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
BANESTO - Ac.Pref.- 5,5%		200 000,00	101,90%		210 500,00		205 511,11
E.ON - SE	785			25,81	20 260,36	9,061	7 112,89
UNIPER - SE	78			0,00	0,00	26,000	2 028,00

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço*	
						unitário	Total
GAS NATURAL	1 857			26,17	48 592,68	19,250	35 747,25
TELEFONICA	3 507			15,23	53 396,28	8,125	28 494,38
BOUYGUES	1 525			32,86	50 104,19	43,310	66 047,75
ORANGE	2 500			20,22	50 546,00	14,475	36 187,50
ENI, STK	1 726			14,52	25 065,14	13,800	23 818,80
ROYAL BANK of SCOTLAND - Ac.Pref. - 5,5%		200 000,00	101,18%		207 200,00		202 390,56
sub-total	11 978				665 664,65		607 338,24
2.2.1.2 - Títulos de participação							
sub-total					0,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LYXOR ETF CAC 40	1 755			42,74	75 000,80	52,135	91 496,93
LYXOR EASTERN EUROPE ETF	2 640			22,78	60 142,10	22,510	59 426,40
sub-total	4 395,00				135 142,90		150 923,33
2.2.1.4 - Outros							
sub-total					0,00		0,00
sub-total	16 373,00				800 807,55		758 261,57
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB - 4,25% - 28/09/2021		100 000,00	117,17%		99 908,08		118 264,52
BGB - 2,25% - 22/06/2023		150 000,00	112,53%		151 508,49		170 570,34
BGB - 3,00% - 22/06/2034		300 000,00	127,35%		330 988,13		386 784,26
BGB - 1,00% - 22/06/2031		750 000,00	99,90%		703 070,02		753 195,21
SPGB - 4,00% - 30/04/2020		200 000,00	109,73%		199 409,58		224 873,70
SPGB - 4,40% - 31/10/2023		300 000,00	121,68%		348 737,42		367 246,03
SPGB - 1,60% - 30/04/2025		150 000,00	104,54%		152 027,29		158 414,38
SPGB - 1,95% - 30/07/2030		1 050 000,00	100,13%		1 040 007,67		1 059 947,67
SPGB - 1,30% - 31/10/2026		450 000,00	99,80%		453 989,56		450 077,67
SPGB - 1,50% - 30/04/2027		450 000,00	100,34%		454 826,34		456 042,33
SPGB - 4,20% - 31/01/2037		300 000,00	127,76%		371 206,44		394 809,86
FRTR - 4,25% - 25/10/2023		350 000,00	124,63%		388 082,65		438 935,48
FRTR - 2,25% - 25/10/2022		150 000,00	111,40%		150 102,87		167 719,52
FRTR - 2,50% - 25/05/2030		250 000,00	118,03%		278 360,65		298 842,12
FRTR - 1,25% - 25/05/2036		650 000,00	98,25%		648 643,34		643 522,26
FRTR - 0,25% - 25/11/2026		150 000,00	97,40%		149 322,10		146 134,93
FRTR - 2,00% - 25/05/2048		200 000,00	105,56%		208 774,73		213 530,96
BTPS - 4,75% - 01/08/2023		300 000,00	120,39%		348 566,10		367 104,25
BTPS - 5,00% - 01/09/2040		100 000,00	130,46%		129 953,20		132 117,53
BTPS - 4,25% - 01/03/2020		150 000,00	109,25%		150 991,13		165 988,36
BTPS - 5,50% - 01/09/2022		200 000,00	121,94%		233 173,18		247 526,58
BTPS - 3,50% - 01/06/2018		100 000,00	101,57%		100 203,63		101 857,67
BTPS - 4,75% - 01/09/2044		100 000,00	127,73%		127 849,61		129 904,66
BTPS - 3,50% - 01/12/2018		150 000,00	103,48%		150 346,15		155 651,51
BTPS - 1,65% - 01/03/2032		450 000,00	90,32%		431 390,56		408 901,44
BTPS - 1,60% - 01/06/2026		150 000,00	98,65%		150 677,95		148 172,26
BTPS - 2,25% - 01/09/2036		650 000,00	92,50%		640 468,78		606 098,29
BTPS - 2,45% - 01/09/2033		300 000,00	98,07%		291 587,49		296 646,58
BTPS - 2,20% - 01/06/2027		200 000,00	102,19%		196 700,17		204 741,64
BTPS - 2,05% - 01/08/2027		200 000,00	100,53%		204 371,97		203 081,92
BRAZIL - 2,875% - 01/04/2021		100 000,00	106,69%		102 453,00		108 832,47
sub-total					9 387 698,28		9 724 936,40
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total					0,00		0,00
2.2.2.3 - De outros emissores							
MAPFRE - 1,625% - 19/05/2026		100 000,00	102,18%		103 310,61		103 186,16
AREVA - 3,125% - 20/03/2023		200 000,00	104,06%		198 979,88		213 017,26
INFRA PARK - 2,125% - 16/04/2025		100 000,00	106,80%		100 487,47		108 302,05
TTIM - 5,375% - 29/01/2019		100 000,00	105,53%		101 168,69		110 477,95
PEMEX - 5,50% - 24/02/2025		100 000,00	117,96%		119 976,61		122 631,23
PORTEL - 4,375% - 24/03/2017		150 000,00	0,00%		148 739,61		0,00
LEH - Float - 20/07/2012		350 000,00	0,00%		350 071,01		0,00
RDSALN - 4,375% - 14/05/2018		100 000,00	101,68%		101 052,49		104 448,84
TELEFONICA - 4,693% - 11/11/2019		150 000,00	108,86%		150 021,40		164 215,74
TTIM - 4,75% - 25/05/2018		250 000,00	101,71%		250 647,30		261 432,53
BHP - 3,25% - 24/09/2027		100 000,00	119,65%		101 868,83		120 513,70
PETBRA - 4,25% - 02/10/2023		100 000,00	109,67%		98 506,71		110 717,95
TELEFONICA - 3,987% - 23/01/2023		100 000,00	116,77%		106 044,82		120 505,76
GASSM - 3,875% - 17/01/2023		200 000,00	116,45%		200 644,91		240 289,04
REPSOL - 2,625% - 28/05/2020		100 000,00	105,97%		99 387,88		107 523,42
IBESM - 2,875% - 11/11/2020		100 000,00	107,87%		99 891,16		108 248,08
ENI - 3,25% - 10/07/2023		150 000,00	114,52%		150 851,06		174 103,97
ELEPOR - 4,875% - 14/09/2020		100 000,00	112,83%		101 166,80		114 272,47
PETBRA - 4,75% - 14/01/2025		100 000,00	110,30%		106 031,12		114 841,78
ELEPOR - 4,125% - 20/01/2021		200 000,00	111,96%		199 703,54		231 717,95
CEMEX - 4,75% - 11/01/2022		100 000,00	102,40%		99 935,59		104 651,37
OBRASCON - 4,75% - 15/03/2022		100 000,00	100,75%		98 075,80		102 142,47
PEMEX - 3,75% - 16/04/2026		100 000,00	104,31%		106 572,45		106 960,68
MTNA - 2,875% - 06/07/2020		150 000,00	106,50%		152 060,94		161 853,08
ELEPOR - 2,625% - 18/01/2022		300 000,00	109,05%		302 974,26		334 636,64
CPFSM - 3,375% - 15/03/2022		160 000,00	101,93%		161 764,31		164 693,78
TELEFONICA - 2,932% - 17/10/2029		100 000,00	110,86%		105 835,14		111 462,47
REPSOL - 2,25% - 10/12/2026		400 000,00	108,60%		394 113,85		434 893,15
IBERIA - 3,50% - 28/05/2022		500 000,00	100,00%		496 085,43		510 356,16
ELEPOR - 1,125% - 12/02/2024		100 000,00	101,00%		97 926,25		102 003,13
ENI - 1,125% - 19/09/2028		100 000,00	95,45%		98 937,85		95 767,47
sub-total					5 002 833,77		4 859 866,28
sub-total					14 390 532,05		14 584 802,68
sub-total	16 373,00				15 191 339,60		15 343 064,25
2.3 - Derivados de negociação							
sub-total					0,00		0,00
2.4 - Derivados de cobertura							
sub-total					0,00		0,00
total	119 509,13				20 993 447,78		21 213 003,94
3 - TOTAL GERAL	169 509,13				22 013 885,66		21 902 607,86

*Inclui o valor dos juros decorridos.

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS
EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Anexo 2 - Valores em euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	0	0	0	0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	13 987 284	2 502 134	11 697 908	212 758
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	134 205	60 655	11 351	-62 199
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0
-OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 115 033	1 453 868	1 217 647	-443 518
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	0	0	0	0
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	17 236 522	4 016 657	12 926 906	-292 959
TOTAL GERAL	17 236 522	4 016 657	12 926 906	-292 959

NOTAS: * Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC nº 31942

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia,
Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Anexo 3 - Valores em euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	3 416 288	758 339	193 027	4 367 655
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	67 420	52 368	-80 950	38 838
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0
OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2 130 197	185 887	-505 062	1 811 022
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	0	0	0	0
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	5 613 905	996 594	-392 985	6 217 515
RESSEGURO ACEITE	0	0	0	0
TOTAL GERAL	5 613 905	996 594	-392 985	6 217 515

O Contabilista Certificado
António dos Santos Monteiro
CC nº 31942

O Conselho de Administração
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia,
Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Anexo 4 - Valores em euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	5 468 848	5 440 558	4 367 655	912 958	-39 772
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	270 229	268 338	38 838	137 920	-161 382
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0	0
- OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2 774 628	2 755 470	1 811 022	795 199	-545 675
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	0	0	0	0	0
DIVERSOS	0	0	0	0	0
TOTAL	8 513 705	8 464 366	6 217 515	1 846 076	-746 829
RESSEGURO ACEITE	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	8 513 705	8 464 366	6 217 515	1 846 076	-746 829
NOTAS:					
* Sem dedução da parte dos resseguradores					

O Contabilista Certificado
 António dos Santos Monteiro
 CC nº 31942

O Conselho de Administração
 José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia,
 Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos cooperadores da

MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, CRL. elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício de 2017.

2. Acompanhámos, durante o exercício, a atividade e gestão da empresa em todas as matérias do seu âmbito de competências. O Conselho Fiscal esteve presente, a convite, em reuniões do Conselho Nacional e diversas iniciativas, efetuou reuniões com os responsáveis técnicos das áreas financeiras e de contabilidade e com o Revisor Oficial de Contas desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados. Procedemos ao exame dos registos e documentos de suporte, analisámos o Relatório da Administração, a Demonstração da posição financeira (Balanço), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração de variações do capital próprio, a Demonstração do rendimento Integral e as Notas à Demonstração da posição financeira e Conta de Ganhos e Perdas. Apreciámos a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e tanto quanto é do nosso conhecimento consideramos terem sido elaboradas em conformidade com as normas legais e contabilísticas vigentes e que refletem a atividade e situação financeira da empresa. Para além da análise aos documentos o Conselho Fiscal obteve sempre todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer.

3. O Resultado Líquido de 1.098.559€ no exercício incorpora o resultado positivo extraordinário de 641.956€ pela dissolução e encerramento das empresas participadas Ariarte, Lda e Consulinter, SA, com liquidação dos seus valores em débito com libertação das perdas por imparidade que expurgado daquele seria de 456.603€ o que reflete, já, o esforço de toda a estrutura para levar por diante as linhas condutoras e fazer cumprir os objetivos propostos para o triénio 2018-2020 em que os Prémios Brutos Emitidos, em relação a 2016, apresentam um ligeiríssimo decréscimo de 0.03%, os Custos com Sinistros Líquidos de resseguro com um decréscimo de 6% e os Custos por Natureza um acréscimo de 0.5%. As Cobranças apresentam um decréscimo de 3% comparativamente a 2016.

O Activo Líquido é de 37.694.730€, com destaque para os Investimentos no valor de 30.644.890€, Passivo de 27.293.261€ e o Capital Próprio de 10.401.469€ com um aumento de 1.494.973€ em relação a 2016.

4. Parecer

Face ao que antecede e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2017, tal como foram apresentados pela Administração;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração;

5. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 22 de março de 2018

O Conselho Fiscal,

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Presidente
Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal
José Joaquim Salvado Mesquita, Vogal



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRELHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CAVRO
OCTÁVIO CARVALHA VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 37.694.730 euros e um total de capital próprio de 10.401.469 euros, incluindo um resultado líquido de 1.098.559 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

(Divulgações relacionadas com os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos apresentadas nas notas 3, 7 e 11 do Anexo às demonstrações financeiras).

A Entidade procede ao reconhecimento dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos ao custo de aquisição.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias é avaliado, a cada data de balanço, caso existam indicadores de imparidade. A identificação de indicadores de imparidade envolve um grau de julgamento por parte do Órgão de Gestão.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para identificar a existência de indicadores de imparidade envolveram, entre outros, da:

- Análise de alterações no mercado, regulamentares ou económicas que advenham em impactos adversos para a subsidiária; e
- Análise de indicadores financeiros.

Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda

(Divulgações relacionadas com as notas 3, 6, e 11 do Anexo às demonstrações financeiras).

As demonstrações financeiras da Entidade, em 31 de dezembro de 2017, incluem no seu balanço instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 20.958.063 euros (19.248.970 euros em 31 de dezembro de 2016), apresentando-se como a rubrica mais significativa do ativo.

A mensuração dos ativos financeiros disponíveis para venda encontra-se ao justo valor, de acordo com as políticas contabilísticas detalhadas nas notas 3 do anexo às demonstrações financeiras.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar os ativos financeiros disponíveis para venda incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes;
- Teste à valorização da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade.
- Testes para avaliar eventuais perdas de imparidade; e
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento das provisões para sinistros

(Divulgações relacionadas com as provisões para sinistros apresentadas nas notas 3, 4 e 25 do anexo às demonstrações financeiras).

A provisão para sinistros de seguro direto apresenta-se como a rubrica mais significativa das responsabilidades da Entidade, ascendendo a 16.724.081 euros em 31 de dezembro de 2017 (17.236.522 euros em 31 de dezembro de 2016).

A valorização desta responsabilidade envolve um julgamento significativo por parte do órgão de gestão, incluindo estimativas contabilísticas identificadas como tendo uma elevada incerteza de estimação.

As alterações nos pressupostos atuariais utilizados na determinação destas responsabilidades podem conduzir a impactos materiais no cálculo da provisão para sinistro.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar a responsabilidade estimada na provisão para sinistro incluíram a realização, entre outros, de:

- Testes efetuados às fontes de informação da Entidade;
- Comparação das metodologias, modelos e pressupostos utilizados face às práticas de mercado;
- Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de sinistralidade e cobertura; e
- Seleção de amostras para execução de testes de detalhe.

Avaliação dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento

(Divulgações relacionadas com os terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento apresentadas nas notas 3, 9 e 32 das demonstrações financeiras).

A Entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2017, terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento, num montante de 3.297.480 Euros e 4.256.300 Euros, respetivamente (3.277.609 euros e 4.250.600 euros em 31 de dezembro de 2016).

A valorização dos imóveis é uma área de julgamento significativo, baseando-se numa série de pressupostos.

A Entidade utiliza avaliadores externos profissionalmente qualificados para valorizar os seus imóveis. Os imóveis são valorizados através do método comparativo ou de mercado e pelo método do custo de reposição.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar a valorização dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento incluíram a realização, entre outros, de:

- Avaliação das metodologias de valorização dos imóveis;
- Análise dos pressupostos significativos das avaliações dos imóveis; e
- Avaliação da competência dos avaliadores externos.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descreveremos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de cooperadores realizada em 20 de março de 2016 para o exercício de 2016.
- Fomos eleitos na assembleia geral de cooperadores realizada em 19 de março de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 22 de março de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1.266

Plano de Atividades e Orçamento para 2018-2020

1. Introdução

O Plano de Atividades e Orçamento que agora se apresenta concretizar-se-á num contexto social e económico que se espera mais favorável, relativamente aos dos últimos anos, na medida em que se assiste à apresentação de indicadores que apontam para sinais positivos do produto interno bruto, do volume de exportações de bens e de serviços, com a consequente melhoria na balança de pagamentos externos. Não obstante todas as incertezas do ponto de vista financeiro, sempre muito condicionadas por opções do chamado “mercado” internacional e pelas orientações da União Europeia, espera-se a consolidação da diminuição da taxa de desemprego, a progressiva recuperação de remunerações e pensões e consequentemente alguma retoma do poder de compra da população, contribuindo, assim, para uma maior disponibilidade para o consumo, para as transações e para a poupança.

Apesar do clima económico mais favorável, as preocupações relativamente ao setor âncora da Mútua – a pesca – mantêm-se, na medida em que crescem as limitações à atividade nas artes tradicionais e mais representativas no nosso universo, por força de imposições europeias que Portugal ainda não foi capaz de contrariar. Somos e seremos socialmente solidários e ambientalmente responsáveis, não deixando de compreender, apoiar ou reivindicar as medidas que contribuam para o desenvolvimento de um setor de que nos orgulhamos na História e que deverá continuar a distinguir-nos no presente e no futuro!

Neste contexto, e face também às exigências com que estamos confrontados no plano da Regulação e Supervisão, o documento que ora se apresenta, tem, pela primeira vez, um caráter plurianual, prevendo-se o desenvolvimento da empresa num horizonte de três anos para o qual se estima a respetiva receita, despesa e desenvolvimento da atividade.

Sendo mais exigente, na medida em que pressupõe uma visão e objetivos estratégicos, mais do que um simples plano de ações, tem também o mérito de nos desafiar e orientar por designios que refletimos, partilhámos e assumimos coletivamente, como o indispensável impulso para o nosso crescimento, condição fundamental para a manutenção do papel que a Mútua tem tido nos seus 75 Anos de história: uma âncora no mar!

2. Geral

Em 2017, os cooperadores da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL, elegeram os novos membros dos órgãos sociais, para o quadriénio 2017-2020, tendo sido eleita a Lista A, com o lema “Tanto Mar – O Mesmo Rumo”, afirmando o objetivo de “um efetivo regresso ao Mar, na sua plenitude.”

Somos líderes no mercado da pesca profissional, onde registamos cerca de 70% da nossa produção, e este setor continuará a merecer claramente a nossa atenção prioritária no próximo triénio.

Mas, com tanto Mar ao nosso alcance e olhando para a multiplicidade de setores e atividades económicas que, de modo dinâmico e empreendedor se vão desenvolvendo no setor marítimo, devemos continuar a estender o nosso olhar para um horizonte mais amplo, reforçando visivelmente a nossa atividade seguradora em setores marítimos, como a marítimo-turística, onde somos líderes de mercado, a náutica de recreio, onde também o pretendemos ser e as comunidades ribeirinhas, aproveitando a nossa especialização e o conhecimento que adquirimos destes setores.

O reforço da nossa presença no setor marítimo deve ser alcançado, sobretudo através do reforço da produção dos nossos seguros, em ramos como o Marítimo, onde somos especialistas, Acidentes Pessoais e Multiriscos, conjugando o desenvolvimento de ações que permitam uma redução visível dos custos com sinistralidade, especialmente no ramo de Acidentes de Trabalho.

Sendo a Mútua dos Pescadores uma cooperativa de utentes de seguros, é fundamental também aumentar consideravelmente a produção no setor cooperativo e da economia social, reforçar a ligação com as entidades aí integradas, respondendo, de forma eficaz e com a garantia da confiança de sempre, às suas necessidades de seguros. O setor público e o setor sindical são também áreas onde devemos afirmar claramente a nossa presença, enquanto seguradora.

Ao nível da nossa ação cooperativa, o objetivo para o quadriénio 2017-2020 é reforçar visivelmente o número de cooperadores, assumindo o desafio de duplicar o atual número e fomentar a respetiva participação na vida da nossa cooperativa. Juntos, seremos mais fortes para atuar na defesa do desenvolvimento social, económico, cultural das comunidades, em especial das comunidades ribeirinhas, e pugnar pelo desenvolvimento do setor da pesca profissional.

Uma cooperativa não sobrevive apenas com crescimento económico, com aumento de produção e redução de custos com sinistralidade.

É o coletivo de pessoas que a distingue!

Os dirigentes desempenham e desempenharam historicamente um papel importante na afirmação e desenvolvimento da nossa cooperativa, sendo o contributo empenhado e resiliente dos nossos trabalhadores crucial. São eles que, no dia-a-dia, com o seu esforço e dedicação, “levam o barco a bom porto”.

Em 2017 a Mútua dos Pescadores iniciou um processo de negociação com vista à celebração de um Acordo de Empresa, que merece ser sublinhado enquanto processo pioneiro no Grupo Mútua.

Em 2018, proceder-se-á à aplicação do novo instrumento de regulamentação coletiva do trabalho, procurando defender e valorizar no Grupo Mútua condições mais favoráveis para os trabalhadores, harmonizando, tanto quanto possível, práticas diferenciadas, mantendo a adesão aos princípios base do Contrato Coletivo de Trabalho para o Setor Segurador de 2008.

Contamos com os nossos trabalhadores, os dirigentes e os cooperadores para cumprir e honrar a missão que nos confiam, certos de que o envolvimento e a participação das Pessoas são indispensáveis para o bom desempenho do grupo e o alcançar dos objetivos traçados.

3. Área Comercial

- Sem prejuízo de continuarmos a desenvolver os nossos ramos tradicionais, é importante crescer significativamente nos ramos de Marítimo,

Acidentes Pessoais e Multiriscos, na Pesca e, sobretudo, na Marítimo-Turística e Náutica de Recreio, sendo a atividade onde há mais margem potencial de crescimento;

- Desenvolver o Marketing Comercial, aproveitando os diversos canais de comunicação ao nosso dispor;
 - Desenvolver a formação dos trabalhadores e colaboradores relativamente a produtos (incluindo o P&I), técnicas de vendas, análise do risco e sinistros;
 - Tomar as medidas necessárias para implementar a nova Diretiva sobre Distribuição de Seguros.
- Vetor 1 – Pesca:
 - Defender a carteira da Pesca e implementar ações comerciais para conquistar novos negócios;
 - Dinamizar a Campanha de Vendas do ramo Marítimo.
 - Vetor 2 – Náutica de Recreio e Marítimo-Turística:
 - Continuar a desenvolver ações de divulgação e comercialização dos nossos produtos nestes setores;
 - Encontrar soluções para fazer face à sazonalidade de algumas atividades Marítimo-Turísticas;
 - Desenvolver estratégias comerciais para alargar a nossa área de intervenção a novos segmentos alvo;
 - Ajustar regras e condições tarifárias à realidade de cada linha de negócio;
 - Desenvolver campanhas de comercialização para o setor da animação turística.
 - Vetor 3 – Comunidades Ribeirinhas:
 - Dinamizar e desenvolver a comercialização dos produtos de Multiriscos Habitação;
 - Identificar segmentos de mercado alvo, para promover a comercialização de produtos para empresas, nomeadamente os Multiriscos (MPME), Acidentes Pessoais e Acidentes de Trabalho;
 - Melhorar a divulgação e comercialização do produto Multiriscos Condomínio, nomeadamente através de parcerias;
 - Desenvolver e criar produtos no ramo dos Acidentes Pessoais, que permitam dar resposta a exigências legais de algumas instituições/organizações, para além de produtos adaptados ao segmento dos clientes particulares;
 - Aquacultura: continuar a aprofundar as relações com as entidades que exploram este mercado, procurando encontrar soluções que melhor se adaptem às suas necessidades.
 - Vetor 4 – Setor Cooperativo e Social:
 - Definir novas formas de trabalho junto destas entidades, reforçando a relação com as mesmas, procurando promover as soluções que a Mútua dos Pescadores pode oferecer, em resposta às suas necessidades em termos de seguros;
 - Setor Sindical: melhorar a ligação a este sector, procurando encontrar igualmente resposta para as suas necessidades específicas, tanto para os sindicatos, como para os seus associados.

4. Área Técnica

- Desenvolvimento de produtos e subscrição:
 - Prosseguir com o trabalho de configuração dos produtos na plataforma eGIS, designadamente o produto Multipesca;
 - Potenciar a especialização da gestão dos produtos aplicáveis às linhas de seguro da Marítimo-Turística, a fim de melhorar a eficácia nas áreas da subscrição e tarifação;
 - Continuar a desenvolver a política de avaliação e condição das embarcações seguras no ramo Marítimo;
 - Desenvolver a atualização do produto Multiriscos, nas suas diversas vertentes: Lar, Condomínio e PME.
- Gestão de Sinistros:
 - Aprofundar as valências da gestão clínica da plataforma informática Claims Manager e aplicar essas valências à gestão de sinistros de Acidentes de Trabalho;
 - Parametrizar melhores metodologias para a avaliação do dano corporal, na gestão dos sinistros de Acidentes de Trabalho;
 - Melhorar os procedimentos de controlo dos tempos de incapacidade e respetivos custos, por tipo de lesão;
 - Ajustar os protocolos e os procedimentos na rede clínica, necessários à melhoria da gestão dos sinistros de Acidentes Trabalho, enquadrado na nossa política de proximidade e qualidade de serviço;
 - Assegurar a implementação do mecanismo referente às participações eletrónicas de Acidentes de Trabalho;
 - Desenvolver as ações de formação convenientes à implementação do novo mecanismo de participação eletrónica de Acidentes de Trabalho;
 - Desenvolver trabalho de identificação das boas práticas existentes no tratamento das participações de sinistro.

5. Área Financeira e de Resseguro

- Área Financeira e Contabilidade:
 - Prosseguir na melhoria da informação contabilística e financeira, adaptando-a às novas exigências financeiras e fiscais;
 - Prosseguir uma gestão prudente dos nossos investimentos financeiros, com especial atenção aos riscos de mercado e risco de crédito, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes;
 - Manter e desenvolver os procedimentos de controlo interno das Despesas Gerais e Orçamento;
 - Dar continuidade à informatização dos ativos fixos tangíveis no programa de gestão de imobilizado;

- Implementar o programa informático de faturação, para comunicação à Autoridade Tributária (SAFT-T), que servirá para a emissão de fatura-recibo e permitir aos clientes habilitarem-se ao sorteio fiscal da Autoridade Tributária;
 - Implementar as devoluções de contas correntes, no âmbito do sistema de Gestão de Pagamentos;
 - Prosseguir na melhoria da aplicação informática de prestação de contas dos mediadores;
 - Desenvolver os automatismos informáticos no âmbito do GIS;
 - Prosseguir com o trabalho de auditoria interna nas nossas dependências e balcões.
- Cobranças:
 - Manter o acompanhamento dos vários canais de cobrança, aperfeiçoando os seus circuitos de controlo, nomeadamente no serviço de contencioso;
 - Desenvolver informação ligada a cobranças, com o objetivo de criar dinâmica de produção.
- Pessoal e Logística:
 - Sistematizar procedimentos e políticas de gestão de Recursos Humanos que contribuam para incentivar as boas práticas e otimizar os indicadores de desempenho;
 - Continuar o aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho, como instrumento de apoio ao desenvolvimento das competências dos trabalhadores;
 - Prosseguir o trabalho de organização do arquivo na sede e balcões.
- Gestão de Riscos, Controlo Interno, Atuariado e Estatísticas:
 - Desenvolver, para efeitos da autoavaliação prospetiva dos riscos, os procedimentos adequados, tendo em conta a natureza e dimensão dos riscos inerentes à nossa atividade;
 - Prosseguir a definição das Políticas Internas, bem como, dos instrumentos de medida dos vários riscos;
 - Prosseguir o desenvolvimento de indicadores de gestão, essenciais à gestão de riscos, na dimensão financeira, técnica, comercial e de resseguro;
 - Prosseguir o aprofundamento da informação necessária aos reportes de Solvência II, em todas as suas vertentes – estatística e atuarial.
- Resseguro:
 - Prosseguir a política de resseguro, privilegiando a relação de longo prazo que mantemos com os nossos resseguradores e fomentando a sua participação em todos os ramos, de forma equilibrada, de modo a acompanharem o nosso negócio de uma forma global.

6. Área de Ação Cooperativa e Comunicação

- Comunicação, Imagem e Marketing:
 - Rever o modelo de comunicação e refletir sobre os meios existentes, com o objetivo de reforçar a objetividade e a proximidade da nossa comunicação, junto dos cooperadores e das comunidades;
 - Privilegiar a comunicação através dos meios de comunicação próprios, nomeadamente a Revista “Marés”, o site (www.mutuapescadores.pt) e a página na rede Facebook.
 - Manter presença regular nos órgãos de comunicação social, escritos e eletrónicos, nas edições que abordem com alguma profundidade a atividade seguradora, o setor cooperativo e social, a pesca e as restantes áreas marítimas que constituem os nossos vetores estratégicos.
 - Desenvolver ações de marketing dirigidas para as campanhas comerciais que a Mútua dos Pescadores e o Grupo Mútua encetem.
- Formação:
 - Avançar com ações internas, nas áreas em que a Mútua dos Pescadores está acreditada pela DGERT (finanças, banca e seguros; enquadramento na organização/empresa; segurança e higiene no trabalho), dando especial ênfase aos aspetos de natureza técnica, comercial e cooperativa.
 - Recorrer a prestadores externos para as restantes ações de formação. Neste âmbito, prestar especial atenção à formação em torno do Solvência II, novas orientações contabilísticas “IFRS17” e nova Lei da Distribuição de Seguros.
- Projetos:
 - Acompanhar os avisos de candidaturas do programa de apoio Mar2020, incluindo os Grupos de Desenvolvimento de Base Comunitária (DLBC) Costeiros, e de outros sistemas de financiamento nacionais ou internacionais, de forma a explorar as hipóteses de desenvolvimento de ações de formação em segurança e higiene no trabalho, numa parceria com instituições especializadas e certificadas, quer para a pesca, quer para a marítimo-turística, quer ainda para outras iniciativas que sirvam os nossos trabalhadores, utentes, cooperadores e comunidades.
- Sistema de Audição:
 - Assegurar o cumprimento das disposições legais aplicáveis, da ética seguradora e da justiça social, mantendo total isenção e autonomia, em diálogo com os serviços internos, numa estreita ligação à Provedora e em sintonia com as orientações da ASF.
- Ação Social:
 - Garantir o acompanhamento regular dos sinistros que provoquem danos corporais mais graves e/ou que impliquem apoio social;
 - Prestar todo o apoio social que estiver ao nosso alcance, nas restantes situações que afetem os cooperadores e utentes da Mútua dos Pescadores;

- Intervenção Cooperativa:
 - Estimular e apoiar a ação dos trabalhadores e dirigentes, no sentido do desenvolvimento cooperativo, nomeadamente através da captação de novos cooperadores, do reforço da subscrição de títulos de capital social, da campanha "Pés no Terreno" e de outras ações convergentes.

7. Área de Sistemas de Informação

- Prosseguir o trabalho de desenvolvimento e implementação dos produtos na plataforma informática eGIS;
- Implementar o sistema de gestão de Logs da Firewall Centralizada da rede do Grupo Mútua;
- Evoluir para a melhoria das redes de dados em todos os balcões do Grupo Mútua;
- Atualizar o licenciamento Microsoft do Grupo Mútua;
- Reestruturar e implementar um novo serviço de e-mail, para todo o Grupo Mútua;
- Alterar os layouts de documentos e impressões a partir do GIS;
- Implementar melhorias na gestão do parque de impressoras do Grupo Mútua;
- Desenvolver uma nova versão da INTRANET (incluindo simuladores);
- Reformular o projeto de Unidade Ininterrupta de Energia (UPS) – Plano de Continuidade de Negócio;
- Efetuar a ligação de todos os balcões à sede (integração total e efetiva da rede do Grupo Mútua);
- Desenvolver plataformas informáticas para digitalização de documentos e gestão documental;
- Implementar uma solução integrada de Voz fixa – VoIP;
- Prosseguir e melhorar o serviço de Helpdesk.

8. Orçamento para 2018 - 2020

ORÇAMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

(valores em euros)

	2016 Real	2017 Orçamento	2018 Orçamento	2019 Orçamento	2020 Orçamento
Prémios Emitidos	8 515 981	8 569 321	8 997 787	9 357 698	9 732 006
Prémios Resseguro Cedido	-2 833 413	-3 080 675	-3 285 583	-3 484 379	-3 708 244
Prémios Não Adquiridos	-28 374	14 923	-28 283	-29 023	-29 693
Proveitos de Investimentos	1 170 042	837 519	814 897	826 507	841 082
Outros Proveitos	1 025 714	851 412	972 809	1 033 485	1 101 620
Total	7 849 949	7 192 500	7 471 627	7 704 288	7 936 772
Custos com Sinistros	5 137 433	4 864 763	4 843 395	4 832 284	4 859 281
Custos de Exploração	1 820 499	1 784 512	1 808 645	1 869 142	1 938 569
Custos com Investimentos	650 204	325 101	311 753	320 171	329 932
Outros Custos	-231 196	33 500	103 500	103 500	103 500
Outras Provisões	80 284	5 000	5 000	5 000	5 000
Total	7 457 224	7 012 876	7 072 293	7 130 097	7 236 282
RESULTADO	392 726	179 624	399 333	574 191	700 490

ORÇAMENTO PARA INVESTIMENTOS - 2018-2020

(valores em euros)

	2018	2019	2020
RECURSOS			
Saldo de operações correntes	1 280 000	1 430 000	1 530 000
Títulos de Capital	n.d.	n.d.	n.d.
Alienação/Reembolso de Investimentos	2 150 000 3 430 000	1 900 000 3 330 000	2 500 000 4 030 000
APLICAÇÕES			
Títulos de Crédito/DP	2 100 000	2 000 000	2 700 000
Remição de Pensões	800 000	800 000	800 000
Melhorias em Instalações	30 000	30 000	30 000
Equipamentos	150 000 3 080 000	150 000 2 980 000	150 000 3 680 000
Segurança de Tesouraria	350 000 3 430 000	350 000 3 330 000	350 000 4 030 000

O Conselho de Administração

Jerónimo Teixeira - Presidente
 João Paulo Delgado - Vice-Presidente
 Álvaro Bota Guia
 Arsénio Marques Caetano
 Filipe Manuel Marques
 Jerónimo Gomes Viana
 José Luis Cabrita

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos cooperadores da

MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento plurianual 2018-2020 da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de seguros, C.R.L..

2. Pela primeira vez a Mútua elaborou um orçamento plurianual, 2018-2020, opção que o Conselho de Administração e o Comité de Gestão assumiram considerando a regulamentação do Solvência II e pretende atingir os objetivos globais: cerca de 9,7 milhões de euros de Prémios Brutos Emitidos, em 2020; uma rentabilidade adequada; um rácio de Solvência II superior a 100% permitindo resistir às oscilações causadas pela própria atividade e por fatores externos e resultados antes de impostos positivos.

O Conselho Fiscal procedeu à análise dos documentos e obteve todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer.

O orçamento 2018-2020 prevê proveitos totais de 7 471 627€, 7 704 288€ e 7 936 772€, em 2018, 2019 e 2020, respetivamente e custos totais de 7 072 293€, 7 130 097€ e 7 236 282€ nos anos referidos assim como um resultado positivo de 399 333€ para 2018, de 574 191€ para 2019 e de 700 490€ para 2020.

3. Sendo um orçamento ambicioso, os membros do Conselho Fiscal reconhecem que os desafios lançados são possíveis, que os pressupostos utilizados na sua elaboração se afiguram adequados tendo em conta a definição de uma estratégia para diminuição dos riscos da empresa, as medidas para controlo dos custos e cobranças, a manutenção dos tratados de resseguro, as ações para atingir os objetivos da produção.

4. Parecer

Face ao que antecede, apreciados os documentos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Plano de Atividades e Orçamento para 2018-2020.

5. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 22 de Novembro de 2017

O CONSELHO FISCAL

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Presidente
Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal
José Joaquim Salvado Mesquita, Vogal



MÚTUA
DOS PESCADORES

Mútua dos Pescadores - Mútua de Seguros, C.R.L

Sede: Avenida Santos Dumont, Edifício Mútua n.º 57, 6º, 7º e 8º, 1050-202 Lisboa

Telef. 213 936 300 • Fax 213 936 310

www.mtuapescadores.pt • geral@mtuapescadores.pt

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 16.616 • NIF 500 726 477 – Capital variável, mínimo 5 Milhões de euros